

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO JORNALISMO

Izabela Gonçalves dos Santos

**O JORNALISMO REGIONAL NA COBERTURA DO ROMPIMENTO DA  
BARRAGEM DE FUNDÃO: UMA ANÁLISE DOS JORNAIS O ESPETO E O  
LIBERAL INCONFIDENTES, DE 2015 A 2024**

Mariana  
2025

IZABELA GONÇALVES DOS SANTOS

**O jornalismo regional na cobertura do rompimento da barragem de Fundão: uma análise dos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes, de 2015 a 2024**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Bravin.

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237j Santos, Izabela Goncalves Dos.

O jornalismo regional na cobertura do rompimento da barragem de fundão [manuscrito]: uma análise dos jornais o espeto e o liberal inconfidentes, de 2015 a 2024. / Izabela Goncalves Dos Santos. - 2025. 129 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Bravin.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. O Espeto (Jornal). 2. O Liberal Inconfidentes (Jornal). 3. Jornalismo local - Minas Gerais. I. Bravin, Adriana. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 070(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Izabela Gonçalves dos Santos

**O jornalismo regional na cobertura do rompimento da barragem de Fundão: uma análise dos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes, de 2015 a 2024**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Aprovada em 05 de setembro de 2025

### Membros da banca

Dra. Adriana Bravin - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr. Evandro José Medeiros Laia (Universidade Federal de Ouro Preto)  
MSc. André Luiz Carvalho (Universidade Federal de Ouro Preto)

Adriana Bravin, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 08/09/2025



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Bravin, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/09/2025, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0974729** e o código CRC **12CC1187**.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por ter sido meu alicerce em todos os momentos. Nos dias de incerteza, angústia, saudade de casa, a Tua força me manteve firme.

À minha família, em especial, ao meu pai, Doney, e à minha mãe, Marlúcia, que colocaram os próprios sonhos de lado para que eu pudesse viver os meus. O amor, o esforço e os sacrifícios de vocês foram minhas motivações para seguir aqui. A saudade foi grande, os momentos especiais longe de vocês fizeram meu coração doer. Mas hoje celebramos, juntos, essa conquista tão importante para nós três. Agradeço também ao meu irmão Lucas, e à minha pequena grande inspiração, minha sobrinha Amélie, que mesmo tão novinha, me faz querer ser alguém melhor todos os dias.

Aos meus avós que sempre acreditaram em mim e estiveram de longe torcendo pelo meu sucesso. Minha maior alegria é poder dar orgulho para vocês. À minha tia Fernanda por todo cuidado e amor desde que cheguei ao mundo. Ao meu tio Feliciano pelo apoio e por todas as revisões de texto feitas nesses anos. Obrigada, tio, por ter atendido a todos os meus pedidos de socorro.

Ao meu namorado Luccas, por seu amor, cuidado e generosidade. Foi você quem acompanhou de perto essa reta final e me incentivou todos os dias a chegar até aqui. Obrigada, meu amor, por sonhar esse sonho comigo, segurar minhas mãos nos dias difíceis e me lembrar que eu seria capaz.

Aos amigos que a Universidade me deu: Júlia, Wanessa, Maria Clara e Carlos. Obrigada por terem sido minha família longe de casa. Nossos risos, conversas e desabafos fizeram tudo valer a pena. À minha amiga Lívia, que dividiu comigo esse sonho e que foi meu porto seguro durante esses anos. Amiga, obrigada por ter feito parte dessa história e por me fazer lembrar diariamente que poderemos sim fazer o jornalismo que acreditamos.

À minha orientadora, Adriana, por ter caminhado comigo nessa jornada de TCC. Sua orientação, discernimento e paciência foram essenciais para a construção deste trabalho. Obrigada por cada palavra de incentivo desde a primeira disciplina até aqui. Ao Evandro, membro da banca examinadora, que também foi meu orientador de Iniciação Científica, obrigada professor, por todos os ensinamentos. Foi graças ao nosso trabalho juntos que conheci o meu lado pesquisadora e que nasceu este trabalho de conclusão de curso.

Agradeço também a todos os professores que passaram por mim durante a graduação. Cada aula deixou marcas que levarei comigo para sempre. Sou hoje a jornalista que sonhei porque tive o exemplo e os aprendizados de vocês.

Ao meu chefe, Caetano, por ter me concedido a minha primeira oportunidade profissional. Você abriu as portas para a minha carreira e serei eternamente grata pela confiança depositada em mim. Muito obrigada também a todos os colegas da comunicação e demais departamentos do SAAE Mariana. Com carinho excepcional para Cecília, que se tornou mais que uma colega, mas uma amiga especial, com quem posso contar todos os dias.

Às pessoas que abriram as portas de suas casas durante as reportagens desenvolvidas no curso: muito obrigada por me acolherem, por confiarem em mim e por permitirem que eu contasse suas histórias. Vocês deram sentido à minha profissão. Obrigada por darem a oportunidade para uma aprendiz acreditar que esse sonho fosse possível.

Obrigada a todos que, de alguma forma, fizeram parte deste percurso. Este trabalho é fruto de muitos braços, corações e sonhos. Amo todos vocês.

*“A dor da gente não sai no Jornal.”*

Haroldo Barbosa e Luís Reis

## RESUMO

Esta monografia investiga os enquadramentos produzidos pelos jornais regionais O Espeto (Mariana-MG) e O Liberal Inconfidentes (Ouro Preto-MG) sobre o rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015, da mineradora Samarco (Vale S.A e BHP Billiton). O objetivo é analisar como as narrativas jornalísticas construíram a história do maior desastre ambiental da mineração no país. A metodologia combinou entrevistas qualitativas, análise de conteúdo e análise de enquadramentos, considerando edições publicadas na semana de 5 de novembro dos jornais, entre os anos 2015 e 2024, em diferentes gêneros jornalísticos, e identificando pautas enfatizadas e silenciadas, bem como o papel da mídia regional na construção da narrativa e da memória sobre o desastre. Os resultados indicam que a cobertura priorizou danos econômicos, mantendo enquadramento institucional, sem responsabilizar as mineradoras. Com o tempo, houve esvaziamento da pauta, silenciamento das demandas sociais e maior destaque a releases institucionais. Essa dinâmica revela uma minério-dependência comunicacional, na qual a mídia regional reforça a centralidade da mineração e limita a emergência de narrativas críticas ou alternativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo regional; O Liberal Inconfidentes; O Espeto; rompimento; barragem.

## ABSTRACT

This monograph investigates the framing produced by the regional newspapers O Espeto (Mariana-MG) and O Liberal Inconfidentes (Ouro Preto-MG) regarding the rupture of the Fundão dam on November 5, 2015, by the mining company Samarco (Vale S.A and BHP Billiton). The study aims to analyze how journalistic narratives constructed the story of Brazil's largest mining-related environmental disaster. The methodology combined content analysis and framing analysis, examining editions from 2015 to 2024 across different journalistic genres, identifying emphasized and silenced topics, and considering the role of regional media in shaping the disaster narrative. Results indicate that initial coverage prioritized economic damage and immediate suffering, maintaining an institutional frame and treating the event as an "accident" without explicitly holding the mining companies accountable. Over time, the coverage diminished, silencing social demands and emphasizing institutional releases, revealing a communication mineral-dependence, in which regional media reinforce the centrality of mining while limiting critical or alternative narratives.

**KEYWORDS:** Regional journalism; O Liberal Inconfidentes; O Espeto; rupture; dam

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa do Jornal O Espeto (Edição 1).....	18
Figura 2: Capa do Jornal O Liberal Inconfidentes (Edição 1) .....	23
Figura 3: Peça gráfica publicada na página 3 da Edição 324 do Jornal O Espeto .....	50
Figura 4: Peça gráfica publicada na página 6 da Edição 324 do Jornal O Espeto .....	50
Figura 5: Peça gráfica publicada na página 7 da Edição 324 do Jornal O Espeto .....	51
Figura 6: Charge publicada na edição 1169 Jornal O Liberal Inconfidentes .....	55
Figura 7: Peça gráfica publicada na página 7 da Edição 324 do Jornal O Liberal Inconfidentes.....	56
Figura 8: Charge publicada na página 9 da edição 363 do Jornal O Espeto.....	60
Figura 9: Charge publicada na página 2 da edição 1265 do Jornal O Liberal Inconfidentes	71
Figura 10: Cartaz da Prefeitura de Mariana publicado na página 7 da edição 1265 do Jornal O Liberal Inconfidentes .....	73
Figura 11: Informe publicado na página 2 da edição 463 do Jornal O Espeto.....	77

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Edições selecionadas para análise jornal O Liberal Inconfidentes.....	41
Tabela 2: Edições selecionadas para análise jornal O Espeto.....	42
Tabela 3: Classificação dos gêneros jornalísticos.....	44
Tabela 4: Quantificação dos gêneros jornalísticos por edição em O Espeto.....	45
Tabela 5: Quantificação dos gêneros jornalísticos por edição em O Liberal Inconfidentes	45

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 JORNALISMO REGIONAL: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E SINGULARIDADES .....</b>	<b>14</b>
2.1 Jornal O Espeto.....	17
2.2 Jornal O Liberal Inconfidentes.....	21
2.3 As cidades, os jornais e a minério-dependência.....	24
<b>3 “O QUE ESTÁ ACONTECENDO AQUI?” .....</b>	<b>32</b>
3.1 Os jornais e a cobertura de uma catástrofe ambiental.....	36
3.2 Percorso metodológico.....	39
<b>4 DESCRIÇÃO DAS EDIÇÕES E O RETRATO DO ROMPIMENTO EM 10 ANOS .....</b>	<b>47</b>
4.1 Ano 2015: “Que Deus nos ajude!”.....	47
4.2 Ano 2016: “Está respingando lama em todos nós” .....	58
4.3 Ano 2017: “Dois anos sem funcionar. Até quando a Samarco vai aguentar?” .....	67
4.4 Ano 2018: “Samarco planeja voltar a minerar em 2019” .....	76
4.5 Ano 2019: “Quanto valem as vidas perdidas?” .....	81
4.6 Ano 2020: “5 anos depois: Comunidade relembra tragédia de Fundão” .....	85
4.7 Ano 2021: “Um Novo Bento surge na paisagem” .....	88
4.8 Ano 2022: “Atingidos ainda lutam por reparação” .....	91
4.9 Ano 2023: “Justiça tardia é injustiça” .....	93
4.10 Ano 2024: “Quase 10 anos depois, pessoas ainda enfrentam muitas dificuldades na reparação de danos” .....	94
<b>5 A COBERTURA E OS ENQUADRAMENTOS.....</b>	<b>99</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICE - ENTREVISTAS .....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O jornalismo regional desempenha um papel essencial na construção da memória coletiva<sup>1</sup> (Halbwachs, 1990), na formação da identidade local e na mediação do debate público. Diferente da grande imprensa, que cobre acontecimentos de forma ampla e generalizada, os jornais regionais possuem um vínculo mais estreito com as comunidades onde circulam. Isso se reflete na maneira como selecionam e enquadram os eventos, dando visibilidade a temas de interesse local que, muitas vezes, não recebem atenção da mídia nacional.

O rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG), foi o maior desastre socioambiental da história do Brasil e gerou ampla cobertura midiática em diferentes escalas. Enquanto grandes veículos de comunicação destacaram os impactos ambientais e as responsabilidades das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, os jornais regionais enfrentaram desafios distintos para noticiar o acontecimento. Por um lado, a proximidade geográfica dos veículos locais com as áreas afetadas impôs a necessidade de um acompanhamento contínuo e prolongado da situação, por outro, havia a escassez de recursos humanos, técnicos e financeiros, típicos de redações pequenas. Além disso, a forte presença econômica das empresas mineradoras na região, seja por meio de publicidade institucional ou de vínculos históricos com a cidade e com os jornais, configurou um fator de pressão que pode ter comprometido a autonomia editorial e inibido a veiculação de críticas mais incisivas à atuação dessas empresas no contexto do desastre.

Neste sentido, esta pesquisa busca analisar a cobertura do desastre-crime pelos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes, dois dos principais periódicos da Região dos Inconfidentes. Essa área histórica de Minas Gerais recebe esse nome em referência à Inconfidência Mineira, um movimento separatista do século XVIII que teve como objetivo libertar o Brasil do domínio português; abrange as cidades de Ouro Preto, Ouro Branco, Mariana, Itabirito e Congonhas. A região está situada na zona central do estado, a cerca de 100 quilômetros da capital, Belo Horizonte. O jornal O Espeto tem sede em Passagem de Mariana, distrito de Mariana, enquanto O Liberal Inconfidentes é publicado na vizinha Ouro Preto.

A escolha dos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes como objetos de estudo desta

---

<sup>1</sup> Conceito do autor Maurice Halbwachs. Memória coletiva concentra todo o conjunto de acontecimentos sociais e culturais que foram importantes para uma coletividade, que procura manter viva, no inconsciente coletivo, todas as crenças e costumes que, em algum momento foram estabelecidos. É preciso lembrar, no entanto, que a memória é coletiva, mas a sua elaboração e o ato de lembrar são sempre individuais. Seria possível, portanto, distinguir duas memórias: uma interior ou pessoal; a outra exterior ou social; ou, mais precisamente ainda, uma memória autobiográfica e uma memória histórica.

pesquisa se deve à relevância de ambos no cenário jornalístico da região de Mariana e Ouro Preto, além de seu papel na cobertura de eventos de grande impacto social e ambiental. Ambos os veículos possuem características que os tornam fontes importantes para a análise dos enquadramentos jornalísticos, especialmente no contexto do rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em 2015.

O Jornal O Espeto tem uma trajetória consolidada na imprensa local, sendo reconhecido pela população e um dos principais da região. Sua abordagem privilegia a proximidade com a realidade dos moradores, destacando-se a cobertura de temas sociais, culturais e principalmente políticos. A escolha desse jornal se justifica pela sua atuação como um veículo diretamente relacionado à cobertura jornalística em Mariana e seus distritos, locais impactados pelo rompimento da barragem da Samarco.

Já o Jornal O Liberal Inconfidentes, sediado em Ouro Preto, tem um perfil editorial voltado para a informação geral, com um enfoque pluralista e de alcance regional. Sua importância para este estudo reside na forma como articula diferentes perspectivas sobre os acontecimentos, especialmente no que diz respeito a temas políticos, econômicos e ambientais. A seleção desse jornal permite compreender como diferentes abordagens jornalísticas constroem narrativas distintas sobre um mesmo evento, contribuindo para o debate acerca do papel da mídia regional na formação da opinião pública.

Ao analisar a cobertura desses dois veículos, esta pesquisa busca identificar as estratégias de enquadramento utilizadas na construção das notícias, observando como os discursos midiáticos moldam a percepção do público sobre acontecimentos de grande impacto, como o rompimento da Barragem de Fundão. Dessa forma, a escolha dos jornais se justifica tanto por sua relevância histórica e social quanto pela diversidade de perspectivas que oferecem sobre os fatos analisados.

O estudo investiga os enquadramentos utilizados por esses veículos para narrar o rompimento da barragem, considerando como as notícias foram construídas ao longo do tempo e quais aspectos receberam maior ou menor ênfase.

O primeiro capítulo desta monografia, intitulado “Jornalismo regional: conceitos, características e singularidades”, apresenta um panorama teórico sobre a imprensa regional, suas especificidades e sua relevância para a formação da identidade local e a disseminação da informação. Para isso, são analisadas definições e estudos que contextualizam o papel desses jornais no cenário midiático brasileiro. Ainda no primeiro capítulo, nas seções 2.1 e 2.2 apresento os jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes, respectivamente, objetos de estudos desta pesquisa. Nesta parte, descrevo o histórico e as características dos dois periódicos, assim

como seus impactos na região onde circulam. Esta seção busca compreender como esses veículos se consolidaram na imprensa regional e como sua estrutura de funcionamento influencia a forma como as notícias são produzidas e divulgadas.

Ainda neste capítulo, em 2.3, faço uma contextualização sobre “As cidades, os jornais e a minério-dependência”, apresentando um panorama histórico e social de Mariana e da Região dos Inconfidentes, destacando como a mineração se consolidou como eixo central da economia e da vida cotidiana. Nesta seção, mostro que esses veículos não apenas informam, mas também participam das dinâmicas políticas e econômicas que sustentam a mineração como modelo hegemônico de desenvolvimento. Além disso, busco evidenciar como a minério-dependência (Dicionário crítico da mineração, 2018, p. 78) atravessa tanto as práticas produtivas quanto os discursos jornalísticos, influenciando enquadramentos, agendas e silenciamentos na cobertura de acontecimentos, como o rompimento da barragem de Fundão. Ao estabelecer essa relação entre cidade, imprensa e mineração, o item fornece as bases para compreender de que maneira a estrutura socioeconômica local condiciona a produção de sentidos nos jornais analisados.

O terceiro capítulo, “O que está acontecendo aqui?”, busco identificar quais aspectos foram priorizados ou negligenciados na construção da narrativa jornalística em cada um dos jornais com base na teoria dos enquadramentos (Goffman, 1986, Entman (1993). Analiso no subitem 3.1 deste capítulo, “Os jornais e a cobertura de uma catástrofe ambiental”, o contexto do rompimento da barragem de Fundão e como esse evento foi noticiado pelos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes. São discutidos os desafios enfrentados pelo jornalismo regional na cobertura do desastre e as técnicas adotadas para informar a população.

No item 3.2, apresento o “Percurso metodológico” do trabalho, que combina abordagens qualitativas e quantitativas, articulando entrevistas qualitativas, análise de conteúdo e análise de enquadramentos para estudar a cobertura jornalística sobre o rompimento da barragem de Fundão nos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes, na semana de 5 de novembro, de 2015 a 2024. O corpus foi definido por meio de amostragem probabilística de semanas compostas (Barros, 2005, apud Lozano, 1994). As matérias foram classificadas segundo gêneros jornalísticos e enquadramentos temáticos, permitindo mapear tendências e variações na cobertura. A análise investigou como títulos, legendas, imagens e escolhas lexicais construíram sentidos e posicionamentos ao longo do tempo.

O quarto capítulo “Descrição das edições e o retrato do rompimento em 10 anos”, apresenta uma análise dos enquadramentos jornalísticos adotados por O Espeto e O Liberal

Inconfidentes ao longo da cobertura do desastre. No panorama da cobertura, é identificado como o desastre foi registrado e narrado ao longo da última década. Nesse processo, observou-se não apenas o conteúdo das matérias, mas também o que não foi pautado, revelando ausências e silêncios significativos. Esse levantamento permitiu compreender a frequência e a distribuição dos enquadramentos, assim como mudanças no foco e na intensidade da cobertura em diferentes momentos, fornecendo base empírica para a análise final desenvolvida posteriormente.

Por fim, no quinto capítulo, “A cobertura e os enquadramentos”, proponho uma discussão a partir dos enquadramentos jornalísticos encontrados, suas implicações e sua influência na percepção pública local do desastre. Os resultados evidenciaram diferenças de ênfase entre os jornais: enquanto O Espeto privilegiou pautas de caráter institucional e econômico, O Liberal Inconfidentes deu maior visibilidade a aspectos simbólicos, como a memória do crime. Observou-se, ainda, um padrão de silenciamento em relação às causas estruturais do desastre e às responsabilidades das empresas e do poder público, o que contribuiu para a manutenção de uma narrativa centrada nos impactos imediatos e na gestão da crise. Ao longo da década, mudanças pontuais no tratamento dado ao tema refletem transformações no contexto local, como a intensificação dos impactos econômicos da minério-dependência e a incorporação gradual de toda a população de Mariana como atingida. Nas considerações finais, faço uma sintetização dos principais achados do estudo, além de uma reflexão sobre o papel do jornalismo regional na cobertura de grandes desastres socioambientais e apontando possíveis caminhos para futuras pesquisas sobre o tema.

Este trabalho de conclusão de curso pretende contribuir para a compreensão do papel do jornalismo regional na percepção pública de eventos de impactos socioambientais prolongados. Ao investigar como os jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes retrataram o desastre-crime da Samarco, a pesquisa busca refletir sobre os desafios e as potencialidades da imprensa regional na cobertura de eventos dessa natureza.

## **2 JORNALISMO REGIONAL: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS**

## E SINGULARIDADES

Os jornais funcionam como um fórum para as discussões sobre a sociedade e o ambiente. Baseado em eventos e diferentes enquadramentos, os meios de comunicação informam e debatem questões que são vistas como significativas, dando destaque a determinados temas e atores sociais, enquanto ignoram ou menosprezam outros. Essa função de mediação exercida pela imprensa se manifesta de maneiras distintas dependendo do contexto em que é produzida, especialmente quando se considera a diferença entre os grandes centros urbanos e as localidades afastadas deles. O jornalismo praticado fora dos grandes centros urbanos pode ser designado por diferentes expressões, como jornalismo local, jornalismo regional ou jornalismo do interior. Embora esses termos sejam, por vezes, utilizados de forma intercambiável, há distinções conceituais que os diferenciam no campo da comunicação.

O jornalismo local refere-se à produção jornalística voltada para uma comunidade específica, geralmente restrita a uma cidade ou município. Sua principal característica é a proximidade geográfica entre o veículo de comunicação e o público-alvo, permitindo a abordagem de temas diretamente relacionados à realidade dos leitores. Mendes (2021) destaca que esse tipo de jornalismo se ancora na ligação entre os membros da comunidade, que compartilham valores, modos de vida e interesses em comum. Assim, a cobertura jornalística local se torna essencial para a formação da identidade comunitária e para a garantia do direito à informação em espaços de menor abrangência. O que também ajuda a compreender por que o jornal é produzido da maneira que é e para o público específico ao qual se destina. Segundo Lima (2014), a comunicação comunitária e a mídia local passaram a ganhar espaço no circuito jornalístico brasileiro, transformando a maneira como as informações são produzidas e disseminadas, especialmente em regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Por sua vez, o jornalismo do interior é um conceito frequentemente utilizado para designar a produção jornalística realizada em cidades de pequeno porte e áreas rurais. Essa forma de jornalismo tem como foco as dinâmicas sociais, econômicas e culturais de municípios interioranos, atendendo a um público que, muitas vezes, não encontra representação na mídia de grande circulação. Para Ghizzoni (2013), a proximidade do jornal impresso local com o público é um ponto positivo para o jornalismo do interior. A autora acredita que o conteúdo publicado nos veículos locais, na maioria das vezes, aborda temas que já são discutidos na vida das pessoas daquela localidade. Anchieta (2007) completa, afirmando que o jornalismo

produzido nesses locais serve, em muitos casos, para confirmar boatos que já circulam entre a população. O jornal do interior, portanto, se torna uma ferramenta capaz de legitimar fatos (não necessariamente desconhecidos) por meio da publicação de relatos ou testemunhos.

Já o jornalismo regional possui um alcance territorial mais amplo, cobrindo não apenas uma cidade, mas um conjunto de municípios ou até mesmo estados dentro de uma determinada região. Essa modalidade extrapola os limites das localidades onde estão sediados os veículos de comunicação, permitindo a difusão de informações relevantes para diferentes públicos dentro de um mesmo contexto regional (Santos, 2018). Dessa forma, o jornalismo regional ocupa uma posição intermediária entre o jornalismo local e o nacional, ao tratar de temas que interessam a uma coletividade mais ampla, sem, no entanto, perder sua conexão com a realidade específica de cada local.

Outro aspecto relevante do jornalismo regional está na forma como os veículos se relacionam com suas comunidades. Devido à proximidade com o público e com as fontes, há uma tendência à personalização das notícias, bem como a uma cobertura mais direta das demandas sociais. Isso pode implicar tanto em um jornalismo mais engajado com causas locais quanto em riscos de interferência política ou econômica na linha editorial (Lopes; Bazzi, 2020), os quais esta monografia irá abordar.

Diante dos conceitos apresentados, para este trabalho de conclusão de curso, irei me apoiar na noção de jornalismo regional, considerando que os jornais que são o objeto de estudo desta pesquisa - *O Espeto* e *O Liberal Inconfidentes* - possuem a característica de fazer coberturas jornalísticas não apenas de uma cidade, mas um conjunto de municípios (Mariana, Ouro Preto, Itabirito, entre outras), além de seus respectivos distritos.

Dentre as principais funções do jornalismo regional estão a divulgação da informação das diversas regiões e a contribuição para o desenvolvimento cultural e identidade da respectiva região (Estatuto da Imprensa Regional de Portugal, 1988). Camponez (2002, pg. 108), por sua vez, considera que a imprensa nacional e a imprensa regional se diferenciam pelas “formas de organização empresarial e a sua estratégia claramente vocacionada para uma abordagem dos temas.”

Ghizzoni (2013) enfatiza que é necessário compreender que o jornalismo regional não está imune às práticas mercadológicas e que, bem como a grande mídia, os pequenos jornais também trabalham visando os lucros. Desse modo, é sabido que o jornalismo realizado regionalmente, muitas vezes não é comprometido, de fato, com o interesse público<sup>2</sup> e que a

---

<sup>2</sup> O interesse público é um conceito fundamental no campo da comunicação. Refere-se ao conjunto de valores, necessidades e demandas que beneficiam a coletividade, acima dos interesses individuais ou de grupos específicos.

transformação de certos acontecimentos em notícias é constantemente influenciada por interesses econômicos, como veremos neste estudo.

Outro problema enfrentado pelo jornalismo regional é a escassez de profissionais qualificados. Em primeiro lugar, estes jornais não contam com a estrutura de uma redação. É comum que haja apenas um ou dois profissionais que atuam no processo jornalístico. Em segunda instância, os veículos de comunicação regionais estão pouco preocupados em contratar jornalistas graduados ou profissionais da área da comunicação para compor seu quadro de funcionários. O que não é o caso dos jornais analisados nesta monografia, já que O Liberal Inconfidentes conta com três repórteres, todos formados em jornalismo, enquanto no jornal O Espeto há um jornalista responsável pela cobertura das reuniões nas Câmaras de Mariana e Ouro Preto, pela revisão e diagramação do jornal. Além disso, são contratados dois repórteres para suprir a demanda.

Dessa forma, embora os três conceitos apresentem pontos em comum, suas diferenças são marcadas pelo nível de abrangência e pelo contexto geográfico em que estão inseridos. O jornalismo local se concentra em uma comunidade específica, o jornalismo regional amplia sua cobertura para múltiplas cidades, dentro de uma mesma região, e o jornalismo do interior se volta às dinâmicas informativas de áreas afastadas dos grandes pólos urbanos. Esses diferentes enfoques ressaltam a importância da mídia como instrumento de fortalecimento das identidades regionais e de promoção do acesso à informação em diversas escalas territoriais.

Conforme reforçam Gomes e Lima (2019), o jornalismo praticado nessas regiões atua como mediador entre o poder público e a população, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de identidades culturais e memória coletiva (Halbwachs 1990). Além disso, é importante para a descentralização da informação e para a democratização do acesso ao conhecimento, oferecendo perspectivas diferentes daquelas difundidas pelos grandes conglomerados midiáticos. O que não necessariamente é feito pelos jornais analisados nesta monografia.

## **2.1 O Espeto**

Segundo Vera França (1998), a história de um jornal está intrinsecamente ligada ao contexto social em que se insere, sendo um reflexo das transformações políticas e culturais de sua época. E, por isso, o jornalismo regional exerce um papel fundamental na construção da

---

Segundo Vera França (1998), o jornalismo estrutura o espaço público ao selecionar e hierarquizar acontecimentos, e sua responsabilidade está em garantir que temas essenciais à cidadania, à democracia e ao controle social sejam amplamente discutidos.

memória e identidade das comunidades onde está inserido. Na Região dos Inconfidentes, o jornal *O Espeto* é um importante veículo de comunicação que documenta a vida social e a política local e regional desde o início do século XX. Fundado em 1928 por Ignácio Vieira e José Ignácio e Henrique Caetano dos Santos, *O Espeto* foi o primeiro periódico de Passagem de Mariana, distrito de Mariana, localizado entre esta cidade e Ouro Preto. A publicação tinha uma periodicidade mensal e era composta por quatro páginas. Enquanto as duas centrais variavam na apresentação das colunas, a última página era totalmente dedicada à publicidade. O jornal sobrevivia por meio de assinaturas e propaganda local, consolidando-se como um espaço de expressão e registro das dinâmicas sociais do distrito. (Barufi; Bravin, 2017).

*O Espeto* circulou entre 1928 e 1933 e retornou em 1998 como um jornal semanal de distribuição gratuita, tendo à frente de sua direção o neto do fundador, Leandro Henrique dos Santos. A nova versão ampliou a cobertura para Mariana, Ouro Preto, Itabirito, Ouro Branco, Catas Altas, Santa Bárbara, Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Barra Longa e região central de Minas. Sua principal fonte de financiamento passou a ser pequenos anúncios dos comércios locais e divulgações institucionais, bem como anúncios das prefeituras e câmaras municipais da região.

Figura 1: Capa da primeira edição da retomada do jornal *O Espeto*, publicada em dezembro de 1998.



Fonte: Jornal O Espeto

A nova fase do periódico manteve seu compromisso com as questões locais, abordando temas relevantes para a comunidade e preservando sua função de registro histórico. Hoje, O Espeto continua exercendo um papel fundamental na socialização da informação e na manutenção da identidade cultural de Passagem de Mariana e arredores. O jornal possui edições impressas semanais, publicadas todas as sextas-feiras, que variam entre 16 e 24 páginas, distribuídas nos comércios e nos órgãos públicos dos municípios de Mariana e Ouro Preto, tendo uma tiragem de dois mil exemplares por edição, impressas pelo próprio jornal.

Além disso, as edições impressas também estão disponibilizadas na internet, no site

jornaloespeto.com.br e pelas redes sociais Instagram, Facebook e YouTube<sup>3</sup>. A redação do jornal está localizada na Rua Olímpio Diniz, 269, em Passagem de Mariana. O jornal conta com uma equipe enxuta, composta pelo proprietário Leandro Henrique dos Santos, que desempenha o papel de editor chefe, de um jornalista contratado, que também exerce a função de designer gráfico e diagramador do jornal, dois jornalistas que atuam no regime *freelancer* e da equipe de distribuição do impresso.

Silva e Martins (2003) apontam que os jornais regionais possuem características próprias que os diferenciam dos grandes veículos nacionais. Enquanto a grande imprensa tende a cobrir eventos de alcance global e nacional, os periódicos regionais estão intimamente ligados ao cotidiano das comunidades onde circulam. O Espeto exemplifica essa dinâmica pois, além das reportagens e coberturas tradicionais, conta com seções fixas que reforçam seu vínculo com os moradores e sua identidade editorial. Uma delas é a coluna "Fica Feio", um espaço aberto à participação popular, onde os leitores podem manifestar, com humor, sarcasmo e ironia, suas críticas ao cotidiano da cidade, apontando situações problemáticas, negligências do poder público ou comportamentos considerados inadequados na vida das pessoas onde o jornal circula. Essa coluna funciona como uma espécie de termômetro social, ao mesmo tempo em que mantém o tom descontraído característico do periódico.

Outra seção é o editorial, no qual o editor-chefe, Leandro, comenta acontecimentos recentes e posiciona o jornal frente às questões locais. Essa seção contribui para consolidar a identidade editorial do jornal e estabelecer um diálogo direto com seus leitores. Além disso, há uma seção intitulada "Horosucupu", uma versão alternativa dos tradicionais horóscopos, com previsões caricatas e bem-humoradas para os signos, reforçando o caráter irreverente do jornal. Em quase todas as páginas do impresso, há também espaços dedicados à publicidade local, que constituem a principal fonte de receita da publicação e evidenciam sua integração com o comércio regional.

Esses elementos conferem ao jornal O Espeto não apenas o papel de informativo, mas também de espaço simbólico de pertencimento e participação, em que o cotidiano da população é retratado com leveza, crítica e afetividade. O conteúdo do jornal, expresso nas matérias, nas manchetes e na organização de suas páginas, representa a concretização de um discurso. Esse

---

<sup>3</sup> Instagram: <https://www.instagram.com/jornaloespeto/>

Facebook:

<https://www.facebook.com/login/?next=https%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2Fjornaloespeto%2F>

YouTube: <https://www.youtube.com/c/JornalOESPETO>

discurso, no entanto, não fixa um significado único ou imutável, mas inaugura um campo de sentidos possíveis, aberto à interpretação. (França, 1998, p. 207)

A atuação de O Espeto também evidencia uma das principais funções do jornalismo regional: a valorização da cultura local e da memória coletiva (Halbwachs 1990). De acordo com Barros Filho (2003), os meios de comunicação regionais cumprem um papel essencial ao registrar e dar visibilidade às manifestações sociais e culturais que, muitas vezes, não encontram espaço na grande mídia. Ao manter um vínculo direto com a comunidade e adotar uma linguagem coloquial, O Espeto cumpre essa função ao mesmo tempo em que se consolida como um agente formador de opinião e identidade local.

A sua longevidade, combinada com a reinvenção do formato impresso e digital, demonstra sua adaptabilidade às transformações tecnológicas e sociais, mantendo-se relevante ao público que atende. Essa permanência e atualização constante atestam o que Silva (2012) define como uma “resistência comunicacional”, característica de veículos locais que operam com poucos recursos, mas com forte engajamento comunitário. Assim, o jornal não apenas informa, mas também reforça laços de pertencimento e participação cidadã, elementos centrais na definição contemporânea do jornalismo regional.

O estilo editorial de O Espeto combina tradição e irreverência, articulando-se com o que Lopes (2008) chama de “editorialidade identitária”, ou seja, a construção de um discurso jornalístico que incorpora traços culturais, linguísticos e afetivos da comunidade em que está inserido. A adoção de seções como “Horosucupu” e “Fica Feio” não apenas promove a aproximação com os leitores, mas também revela uma dimensão simbólica fundamental do jornalismo regional: a capacidade de dialogar com o cotidiano local em suas múltiplas expressões, da crítica à celebração. Ao dar voz ao público por meio do humor e da sátira, o jornal amplia seu alcance comunicativo e reforça seu papel como mediador das tensões e afetos que atravessam a vida comunitária.

Do ponto de vista histórico, a trajetória do periódico reflete os desafios e as continuidades da imprensa no interior de Minas Gerais. Como observa Mendonça (2009), muitos jornais regionais enfrentam dificuldades estruturais e financeiras, mas encontram na proximidade com o leitor um elemento de sobrevivência e legitimidade. O Espeto, nesse sentido, pode ser compreendido como um exemplo de imprensa resiliente, que se reinventa a partir da memória familiar, da tradição local e de uma perspectiva editorial comprometida com as demandas informativas da população. Ao mesmo tempo, ao longo da análise, pode-se notar que o jornal também atende a interesses econômicos alinhados à mineração, aspecto que se manifesta em escolhas editoriais e na forma como determinados temas são abordados ou

silenciados.

Além disso, a manutenção de um modelo de distribuição gratuita, financiado majoritariamente por pequenos anunciantes e instituições públicas e privadas, como as mineradoras da região, aponta para um ecossistema de comunicação regional que se sustenta em redes de apoio locais. Esse modelo confirma a ideia de que o jornalismo regional opera com dinâmicas econômicas e afetivas próprias, como descrevem Silva e Martins (2003), e que sua sustentabilidade está profundamente ligada à confiança e ao reconhecimento simbólico da comunidade.

## **2.2 O Liberal Inconfidentes**

O jornal O Liberal Inconfidentes se consolidou como um dos principais veículos de comunicação impressa na Região dos Inconfidentes, abrangendo as cidades de Ouro Preto, Mariana e Itabirito, além de seus respectivos distritos. Sua fundação, em agosto de 1988, por Dyrceu José Rendeiro de Noronha e sua esposa, Paula Karacy Saliba Silva, marcou o início de um projeto voltado para a democratização da informação e para a valorização da memória e da cultura local. É importante destacar que o surgimento de O Liberal Inconfidentes ocorreu em um contexto de escassez de publicações regionais impressas, preenchendo uma lacuna comunicacional na região. Seu lançamento antecede em dez anos a retomada do jornal O Espeto, que só voltaria a circular em 1998, o que evidencia a relevância de O Liberal na reconfiguração do cenário da imprensa local a partir do final da década de 1980.

Segundo Paulo Felipe Noronha<sup>4</sup>, filho dos fundadores e atual diretor do jornal, O Liberal Inconfidentes surgiu, buscando fornecer uma alternativa democrática de informação para a população local. Diferente de outros jornais da época, que muitas vezes eram restritos a assinantes ou tinham alto custo de venda para a população local, o periódico foi idealizado como um semanário gratuito, a proposta editorial buscava aproximar o conteúdo jornalístico dos leitores da região, evitando jargões técnicos e adotando um estilo de linguagem mais simples e compreensível, além do formato tabloide, que facilitou o manuseio e a leitura.

Dyrceu Noronha, seu fundador, era um ativista político natural do Pará, que se destacou por sua militância contra o regime militar instaurado em 1964, no país. Sua experiência e engajamento político influenciaram a linha editorial do jornal, que sempre teve um viés de defesa da democracia e dos direitos da população. Ao longo das décadas, o jornal passou por mudanças significativas para se adaptar às novas tecnologias e às novas demandas do público.

---

<sup>4</sup> Em entrevista concedida à autora desta monografia, realizada em 05 de março de 2025.

Em 2010, foi lançado o portal digital do jornal, ampliando seu alcance e consolidando sua presença no ambiente online sem perder a credibilidade e a qualidade da versão impressa.

O jornal possui uma equipe composta por três repórteres. O periódico possui uma tiragem de seis mil exemplares em edições semanais de 16 páginas, circula nas cidades de Itabirito, Ouro Preto e Mariana de forma gratuita. O Liberal Inconfidentes também disponibiliza as edições impressas no site, veicula notícias no portal [oliberalinconfidentes.com.br](http://oliberalinconfidentes.com.br) e está presente nas redes sociais<sup>5</sup> Instagram, Facebook, YouTube e Tiktok.

O conteúdo editorial de O Liberal Inconfidentes é organizado de forma a garantir cobertura equilibrada e aprofundada das três principais cidades de sua área de circulação. O jornal é dividido em três editorias: Ouro Preto, Mariana e Itabirito, cada uma dedicada à cobertura dos acontecimentos relevantes em seus respectivos territórios. Dentro dessas seções, o jornal aborda uma ampla variedade de temas, como cultura, política, esporte, questões sociais, o que evidencia sua diversidade temática e seu compromisso com o jornalismo regional. Essa estrutura permite que os leitores encontrem, de forma segmentada, informações relevantes sobre sua localidade, promovendo maior proximidade entre o conteúdo jornalístico e a realidade dos moradores.

Entre as colunas está o “Ponto de Vista do Batista”, assinada por Nylton Gomes Batista, que oferece uma análise crítica e bem fundamentada sobre temas da atualidade, com ênfase nos desdobramentos políticos e sociais da região. A coluna se tornou uma referência para os leitores que buscam reflexão e opinião qualificada sobre os acontecimentos locais e nacionais. Outra seção é a “Carta aos Tempos”, assinada por diferentes colunistas convidados. Essa coluna propõe diálogos com o passado e o presente, refletindo sobre temas culturais, históricos e existenciais, contribuindo para o aprofundamento do debate público e a valorização da memória regional.

Com uma linha editorial que prioriza a pluralidade de vozes e a valorização das expressões culturais e políticas locais, O Liberal Inconfidentes se consolida como um importante instrumento de democratização da informação e de fortalecimento da identidade da Região dos Inconfidentes.

---

<sup>5</sup> Instagram: [https://www.instagram.com/oliberal\\_inconfidentes/](https://www.instagram.com/oliberal_inconfidentes/)

Facebook: [https://www.facebook.com/oliberalinconfidentes/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/oliberalinconfidentes/?locale=pt_BR)

YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UCIAKcUPSshfHVpkPVUUSQyQ>

Tiktok: <https://www.tiktok.com/@oliberalinconfidentes>

Figura 2: Capa da primeira edição do Jornal O Liberal Inconfidentes, publicada em agosto de 1988.



Fonte: Jornal O Liberal Inconfidentes

Em sua análise sobre a imprensa regional, Esdras Silva e Salvador Martins (2003) destacam que a principal singularidade dos jornais do interior é a proximidade com seu público. Essa relação se estabelece não apenas pela cobertura de temas locais, mas também pela linguagem utilizada, pelas práticas de distribuição e pela forma como se constroem as agendas públicas a partir das realidades vividas por seus leitores. É o que se observa em O Liberal Inconfidentes, cuja estrutura editorial privilegia conteúdos específicos para cada cidade que compõe a Região dos Inconfidentes, fortalecendo o senso de pertencimento e contribuindo para a formação de uma consciência cidadã local.

Para França (1998), o jornalismo praticado fora das capitais tem papel essencial na

constituição da memória, pois atua como registro das transformações sociais, culturais e políticas de seu tempo. Essa função memorial é visível tanto na escolha das pautas quanto na manutenção de colunas de opinião e seções fixas que ajudam a consolidar a identidade editorial do jornal ao longo do tempo. Este ponto interessa em particular a este estudo visto que, por meio da imprensa regional, como veremos mais adiante, o rompimento da barragem de Fundão, como acontecimento, ganhará diferentes contornos na cobertura jornalística ao longo da última década, constituindo tanto uma memória de dor, luto e injustiça social e econômica, de acordo com os públicos com os quais estes jornais dialogam, quanto uma memória silenciada ou mesmo apagada.

Vizeu (2011) acrescenta, ainda, que a imprensa regional não deve ser interpretada a partir de uma lógica de “menor importância” em relação à grande mídia, mas sim como uma expressão autônoma e necessária dentro do ecossistema midiático nacional, perspectiva com a qual este trabalho de conclusão de curso está alinhado.

### **2.3 As cidades, os jornais e a minério-dependência**

Fundada em 1711 como vila de Nossa Senhora do Carmo, Mariana foi a primeira cidade e primeira capital de Minas Gerais. Localizada na região central do estado, conhecida como Região dos Inconfidentes, a cidade se tornou um dos principais pólos da exploração aurífera durante o período colonial, e desempenhou papel central tanto na organização administrativa da colônia quanto na vida cultural e religiosa. Sua importância histórica está relacionada ao seu acervo arquitetônico e urbanístico, ao legado do Ciclo do Ouro, e pelo tombamento federal de seu conjunto urbano pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Posteriormente, a capital foi transferida para Vila Rica (Ouro Preto) que se consolidou como o centro político, econômico e cultural da capitania das Minas Gerais. Foi em Ouro Preto, inclusive, que surgiram os primeiros jornais mineiros, ainda no século XIX. Esse fato colocou a província em sexto lugar no surgimento de periódicos no Brasil.

Por ser a capital da Província, em Ouro Preto surgiram os primeiros e mais importantes jornais de Minas Gerais (...). Os seis primeiros jornais mineiros surgiram na cidade: *Compilador Mineiro* (1823), *Abelha do Itaculamy* (1824), *O Universal* (1825), *O Diário do Conselho do Governo da Província de Minas* (1825) e *Patriota Mineiro* (1825). (Mendes, 2007, p. 33).

O desenvolvimento da imprensa em Minas Gerais ocorreu de forma tardia e lenta quando comparado a outras regiões do Brasil. Essa particularidade histórica está relacionada às especificidades do processo de colonização no território mineiro. Ao contrário de outras capitâneas, onde a atividade agrícola e o comércio foram predominantes, a economia mineira se organizou, desde o início do século XVIII, em torno da exploração mineral. Segundo Jairo Faria Mendes (2012), essa configuração alterou o desenvolvimento da imprensa, uma vez que a mineração impôs um outro ritmo de urbanização, letramento e circulação de ideias.

Mendes (2012) identifica quatro causas principais que explicam o atraso da imprensa mineira. A primeira delas está relacionada à crise econômica provocada pela decadência da exploração de ouro e diamantes no final do século XVIII, o que comprometeu a sustentação de uma elite intelectual e a criação de estruturas editoriais duradouras. A perda de dinamismo econômico e demográfico causada pelo êxodo populacional afetou diretamente as condições materiais para o crescimento da imprensa. Isso se deu devido ao desmonte do principal núcleo urbano da região, Vila Rica (atual Ouro Preto), após a repressão à Inconfidência Mineira. Ainda assim, como destaca Mendes (2012), Ouro Preto permaneceu durante décadas como o principal centro da imprensa mineira, reforçando sua posição como capital da província e como um dos poucos pólos de articulação política e cultural da época.

Com o esgotamento progressivo das jazidas de ouro a partir do final do século XVIII e início do XIX, Mariana, assim como outras cidades da região, passou por um longo período de estagnação econômica. No entanto, a atividade mineral nunca deixou de exercer influência sobre a organização do território e da vida social. Ou seja, a mineração constituiu, desde os primórdios da ocupação do território mineiro, o eixo estruturante da vida econômica, política e simbólica de Mariana.

Entre o declínio da exploração aurífera e o início da extração de ferro em larga escala, no século XX, especialmente com a instalação da Samarco, que detinha os direitos de exploração de minério de ferro na “Mina Alegria”, posteriormente adquirida pela Samarco Mineração S.A., houve um hiato marcado por certa retração econômica, embora a cidade tenha sobrevivido com base em outras formas de produção, como a agricultura e o comércio. A partir dos anos 1980, Mariana voltou a se inserir com força no circuito minerador, desta vez ancorada na extração de minério de ferro, retomando sua dependência estrutural da mineração.

Nesse contexto, a chegada da Samarco Mineração S.A., ainda no final da década de 1970, é marcada por uma mudança importante no funcionamento da cidade de Mariana. Fruto de uma sociedade entre a brasileira Vale (antiga Vale do Rio Doce) e a anglo-australiana BHP Billiton, a empresa se instalou com o objetivo de explorar e exportar o minério de ferro de baixo

teor. A matéria-prima é processada nas usinas da própria Samarco, que a transforma em pelotas (pequenas esferas de minério concentrado) e as escoas por meio de um mineroduto até o porto de Ubu, no litoral do Espírito Santo, onde a empresa mantém um complexo industrial e logístico.

É certo, então, afirmar que este modelo econômico que se baseia na exportação dos recursos naturais não renováveis, por parte de atores transnacionais e seus sócios locais, gera uma série de tensões. (...) Além disso, é preciso pontuar que a lógica extrativista não contribui para que esses países se desvinculem do papel de exportador de recursos primários no âmbito do mercado global, onerando o ambiente e todos que vivem nele. (Millanez, 2017, p. 344)

Ao longo dos anos, a Samarco se consolidou como uma das principais empregadoras da cidade e passou a financiar projetos sociais, culturais e de infraestrutura, assumindo um papel quase institucional na vida local. A presença constante da Samarco, em Mariana, contribuiu para fortalecer um cenário de forte dependência no município, impactando sua economia, organização territorial e dinâmicas sociais. Esse quadro, no entanto, não é exclusivo de Mariana: a cidade vizinha, Ouro Preto, também se insere nesse modelo econômico, com significativa atuação da Vale S.A., especialmente nos distritos de Antônio Pereira e Miguel Burnier. Juntas, Samarco e Vale exercem papel central na estruturação econômica da Região dos Inconfidentes, sendo ainda acompanhadas, mais recentemente, pela atuação de outras mineradoras de menor porte, que operam minas menos expressivas, mas contribuem para a intensificação da atividade mineral no território. Esse contexto reforça a condição de minério-dependência das duas cidades, que são justamente os pólos de circulação dos jornais analisados nesta pesquisa.

A minério-dependência pode ser caracterizada como a situação na qual a estrutura produtiva e política de uma região encontram-se especializadas na extração de minerais, fazendo com que os empregos, a renda e a arrecadação local esteja centrada na atividade mineradora. (Dicionário crítico da mineração, 2018, pg. 78)

Em 2015, o setor de mineração enfrentava uma forte crise internacional provocada pela queda do preço do minério de ferro no mercado global, com impactos diretos sobre a produção, os investimentos e os empregos na cidade. O rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em novembro daquele ano, aconteceu justamente nesse contexto de retração econômica. Após o rompimento, a Samarco teve suas operações suspensas por tempo indeterminado, o que gerou impactos imediatos na arrecadação municipal e no mercado de trabalho local. A paralisação se estendeu por mais de cinco anos, com a empresa retomando suas atividades apenas em dezembro de 2020, durante a pandemia, de forma parcial e condicionada ao cumprimento de medidas ambientais e de segurança.

A tendência é de que a dependência reproduza a si mesma num movimento circular e acumulativo graças à estrutura econômica e política voltada para a atividade mineradora. (...) O fechamento de minas e sua infraestrutura conexa causa instabilidade social, mesmo que a causa para o fechamento ou paralisação das atividades extrativas tenham sido os graves impactos negativos decorrentes da atividade. (Dicionário da crítica da mineração, pg. 79)

A volta das operações se deu com capacidade reduzida, sem o uso de barragens para disposição de rejeitos, e mediante a adoção de um sistema de filtragem e empilhamento a seco. Apesar da reativação, os efeitos econômicos e sociais da interrupção prolongada ainda repercutem na região, aprofundando a discussão sobre os riscos da dependência econômica em relação à mineração.

A arrecadação municipal em Mariana é fortemente atrelada à atividade mineradora, sendo a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) sua principal fonte de receita. Em 2012, esse repasse correspondeu a cerca de 30% das receitas do município, percentual significativamente superior ao registrado em cidades vizinhas com tradição mineral, como Ouro Preto e Santa Bárbara (Milanez, 2016 apud SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2016). No ano do desastre, 2015, Mariana foi o município com maior arrecadação de CFEM em Minas Gerais, somando R\$ 104 milhões (Milanez, 2016 apud DNPM, 2015).

No entanto, como observa Milanez (2016), esse valor representa uma fração irrisória dos lucros da empresa: em 2014, a Samarco obteve um lucro líquido de R\$ 2,81 bilhões, dos quais R\$ 1,81 bilhão foi repassado a seus acionistas, Vale e BHP Billiton. Essa discrepância evidencia os limites da CFEM como mecanismo de compensação e reforça a lógica extrativista que beneficia as empresas em detrimento dos territórios explorados.

Embora Mariana tenha sido, em 2015, o município brasileiro que mais recebeu repasses da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), a cidade ainda apresenta indicadores sociais desfavoráveis, especialmente no que se refere à desigualdade de renda e à pobreza nas áreas rurais. Essa realidade revela um ciclo de retroalimentação entre pobreza e dependência da indústria extrativa mineral (IEM). De um lado, a vulnerabilidade social facilita a aceitação da presença das mineradoras e de seus impactos negativos; de outro, a própria dinâmica da mineração tende a inibir o desenvolvimento de outras atividades econômicas, reduzindo a diversidade produtiva local.

Assim, a dependência da mineração acaba sendo reforçada por investimentos públicos e privados que priorizam esse setor, dificultando alternativas de desenvolvimento sustentável para a região. (Milanez, 2016). “Em particular, a estrutura econômica de Mariana sustenta e reforça a minério-dependência e perpetua uma situação agravada de fragilidade ambiental e

social.” (Milanez, 2016, pg. 28). À medida que a atividade mineral se intensifica, os gastos públicos também aumentam, impulsionados por demandas relacionadas à manutenção da infraestrutura viária, ao crescimento populacional e ao conseqüente aumento da procura por serviços básicos, como saúde, além dos custos ambientais gerados pela poluição do ar e dos recursos hídricos.

Essa contradição é agravada pelo perfil da ocupação no setor mineral. Os postos de trabalho mais qualificados, com maiores salários e estabilidade, costumam ser ocupados por profissionais oriundos de grandes centros urbanos, enquanto a população local é majoritariamente inserida no mercado de trabalho por meio de empresas terceirizadas, exercendo funções de limpeza, manutenção e apoio operacional, em condições precárias e com baixos salários (Millanez, 2016 apud Zonta, 2016). Segundo o autor, à época, cerca de metade dos 3 milhões de trabalhadores do setor mineral atuavam sob regime de terceirização. Essa precariedade é ilustrada tragicamente no caso do rompimento da barragem de Fundão, em 2015, que vitimou 14 trabalhadores, dos quais 12 eram terceirizados da Samarco.

Conforme destaca Milanez (2016), a vulnerabilidade socioeconômica das regiões mineradas e sua dependência da Indústria Extrativa Mineral (IEM) se retroalimentam: a pobreza e a falta de alternativas econômicas favorecem a aceitação da atividade mineral e de seus impactos, enquanto a própria presença da mineração inibe o desenvolvimento de outras atividades produtivas, contribuindo para a concentração de renda e o desequilíbrio na estrutura econômica local. “A falta de acesso a serviços básicos e a miséria sempre foi o cenário lindeiro da riqueza mineral desde a colonização”. (Santacruz, 2023, p. 27).

Esse conjunto de práticas revela o caráter contraditório da presença mineradora: ao mesmo tempo em que a empresa se apresenta como “provedora” de empregos, infraestrutura e recursos fiscais, sua atuação limita o desenvolvimento de outras alternativas econômicas e se apoia em um modelo de trabalho precarizado. (Millanez, 2016). Assim, a mineração molda um cenário no qual a dependência econômica, a desigualdade social e a fragilidade política se entrelaçam, dificultando o rompimento com a lógica extrativista.

Ao considerar a estruturação econômica dos municípios minerados, como Mariana e Ouro Preto, marcada pela forte dependência das receitas oriundas da mineração, é necessário estender essa análise ao campo da comunicação local. Os jornais *O Espeto* e *O Liberal Inconfidentes* não estão à margem dessa lógica. Como empresas inseridas no mercado regional, também operam sob condições de sustentabilidade financeira, o que inclui, entre outros aspectos, a captação de receitas publicitárias e a manutenção de boas relações institucionais com atores locais – entre eles, as mineradoras.

No campo da comunicação, esse cenário acentuou os dilemas já existentes. Com a Samarco ausente do cotidiano produtivo da cidade, de 2015 a 2020, parte da imprensa local perdeu não apenas uma fonte de financiamento direta, por meio de anúncios publicitários, por exemplo, mas também uma de suas principais pautas institucionais. Ao mesmo tempo, os veículos locais encontraram dificuldades em manter uma cobertura crítica diante da expectativa da comunidade pela reativação da mineradora e da presença da Fundação Renova, criada em 2016 para gerir os processos de reparação após o rompimento da barragem. A tensão entre o papel fiscalizador da imprensa e os laços sociais e econômicos com os agentes do setor mineral permaneceu presente.

Em cidades pequenas ou médias, como lembra Vera França, “o jornalismo se articula fortemente com o campo político e econômico local, sendo difícil estabelecer fronteiras claras entre os papéis sociais” (França, 2007, p. 81). Ou seja, os jornais das pequenas cidades mineiras tendem a funcionar como extensão das redes de sociabilidade locais, estruturando-se a partir de laços de proximidade, pertencimento e conciliação. Sua função, nesse contexto, não é apenas a de informar, mas a de contribuir para a manutenção da coesão social. Em Mariana, essa característica pode ser observada de forma particular diante da presença das mineradoras. Como observa França (2007), em contextos marcados por um ator econômico hegemônico, como é o caso da mineração, a imprensa regional tende a reproduzir os limites simbólicos e materiais impostos por esse domínio.

Para além da concentração econômica em torno da mineração, que gera uma forte dependência no território, a atividade também se sustenta por meio de processos de legitimação social. Esses processos envolvem a construção de estratégias territoriais baseadas na difusão de discursos favoráveis à mineração, muitas vezes articulados por empresas especializadas na gestão da comunicação com as comunidades locais. Empresas como a Samarco contratam agências especializadas em comunicação e gestão socioambiental para construir uma imagem pública positiva. Essas agências planejam e executam ações de merchandising social, utilizando meios de comunicação locais (rádios, jornais, TV), além de promoverem eventos, feiras, campanhas publicitárias e distribuição de brindes. Conforme Milanez (2016), essas ações fazem parte de um esforço de monitoramento e gestão de riscos sociais, cujo objetivo é identificar possíveis pontos de tensão nas comunidades e neutralizá-los antes que ameacem a continuidade das operações da empresa.

A concepção desse discurso tem como objetivo a coesão social em contextos caracterizados pelos impactos da mineração. Contratando agências

especializadas em comunicação e gestão socioambiental, a Samarco – e outras empresas do setor – planeja estratégias de abordagem e mantém avaliação e monitoramento contínuos das comunidades e dos riscos sociais potenciais (reputacionais e econômicos) (Milanez, 2016, pg 29).

A dificuldade em estabelecer limites entre os papéis desempenhados pelo jornalismo, pela política e pelos agentes econômicos locais se mostra na cobertura produzida pelos jornais regionais de Mariana e Ouro Preto, após o rompimento da barragem. A matéria intitulada “Samarco firmou acordo na Justiça do Trabalho para ampliar benefícios para empregados e ex-empregados”, publicada na edição 363, na primeira semana de 2016, pelo jornal O Espeto, é exemplar nesse sentido. O texto se estrutura como um informe institucional, traz termos como “flexibilidade nas negociações trabalhistas”, “respeito aos seus empregados” e “construção de soluções com os sindicatos”, o que configura uma retórica de valorização da empresa. Podemos observar a predominância de um discurso que legitima a atuação da mineradora, com pouco ou nenhum espaço para vozes críticas, como a dos trabalhadores e seu sindicato que, eventualmente, discordaram dos termos do Programa de Demissão Voluntária ou do Programa de Demissão Involuntária.

A reportagem reforça ainda a ideia de que a Samarco agiu de forma responsável ao evitar demissões em massa e conceder benefícios adicionais, como manutenção do plano de saúde, bônus indenizatórios e perdão de dívidas. Ao adotar essa perspectiva, o jornal naturaliza a lógica de compensação financeira como suficiente para lidar com os efeitos da tragédia, ignorando questões mais estruturais e éticas relativas à responsabilização da empresa e à sustentabilidade econômica da cidade pós-rompimento. Em vez de tensionar a atuação da empresa, o jornal se posiciona como um canal de disseminação de suas iniciativas, contribuindo para a manutenção de sua imagem institucional em um contexto de crise.

O mesmo também ocorre na cobertura realizada pelo jornal O Liberal Inconfidentes, na matéria intitulada “Manifestações marcam um ano da tragédia de Bento Rodrigues”, publicada na edição 1.217, em 11 de novembro de 2016. A reportagem aborda dois protestos realizados no mesmo dia: um promovido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com caráter de denúncia e defesa dos direitos das vítimas, e outro organizado pelo movimento “Justiça sim, desemprego não”, que reivindicava a reativação da mineradora em Mariana. Nota-se uma dificuldade dos jornais locais para exercer uma função crítica mais incisiva, adotando uma narrativa “amena”, evitando o conflito direto e suavizando as tensões que possam abalar o equilíbrio comunitário (França, 2007, p. 88). Essa suavização se manifesta na maneira como os dois protestos são apresentados de forma equilibrada, quase simétrica, como se representassem

visões igualmente legítimas e complementares, apesar de seus interesses serem profundamente divergentes.

O jornal evita aprofundar o caráter de denúncia do protesto organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), não explicita as críticas à responsabilidade da Samarco e tampouco problematiza o apoio à reativação da mineradora por parte de segmentos da população. Assim, a cobertura adota um tom descritivo e moderado, priorizando a conciliação e evitando tensionar as relações sociais locais, o que reforça a postura de cautela típica da imprensa regional diante de conflitos envolvendo grandes atores econômicos.

Essa tendência à conciliação não é exclusividade de Mariana, mas pode ser entendida como parte de uma cultura mais ampla do estado, pois a “a moderação foi uma característica forte da imprensa de Minas Gerais, um reflexo do modo de ser mineiro” (Mendes, 2012, p. 25). Ao fazer isso, os jornais evitam tensionar a memória do rompimento e adotam uma abordagem centrada na reconstrução e na unidade comunitária, em vez da responsabilização e do embate político. Essa escolha editorial revela uma abordagem que prioriza a dependência econômica com a empresa em detrimento da função crítica do jornalismo.

A tensão entre pertencimento e crítica torna-se ainda mais visível diante de situações de crise, como foi o caso do rompimento da barragem de Fundão. Diante desse cenário, os jornais locais enfrentaram o desafio de noticiar fatos que envolviam diretamente a empresa responsável pela cadeia econômica da cidade e, conseqüentemente, dos veículos de comunicação e ao mesmo tempo, as próprias comunidades onde os jornais estão inseridos. Essas particularidades devem ser consideradas ao abordarmos o modo como se deu a cobertura do rompimento da barragem e seus efeitos ao longo da última década. Preliminarmente, nota-se que estes jornais regionais optaram por uma cobertura que priorizou a reconstrução e o acolhimento, evitando o embate com as responsabilidades da empresa. Essa escolha ilustra os limites e contradições do jornalismo em contextos de forte dependência econômica e social (França, 2007).

### **3 “O QUE ESTÁ ACONTECENDO AQUI?”**

A forma como eventos e acontecimentos sociais são percebidos pelo público depende, em grande medida, dos enquadramentos utilizados pelos meios de comunicação para organizá-los. O conceito de enquadramento, formulado por Erving Goffman (1986), refere-se a

“conjuntos de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles” (Goffman, 1986, p. 10-11). Para Goffman, as interações cotidianas deparam-se constantemente com a questão: “O que está acontecendo aqui?”, na qual o enquadramento pode ajudar a responder. No campo do jornalismo, essa pergunta se desdobra na forma como os fatos são selecionados, hierarquizados e narrados.

Para Entman (1993), o enquadramento não se limita à seleção de temas: ele atua na ênfase de certos aspectos da realidade, na omissão de outros e na ativação de interpretações específicas. O enquadramento, portanto, é um dispositivo simbólico que opera tanto por meio da escolha de palavras, imagens e fontes, quanto pela repetição de narrativas que atribuem sentidos particulares aos acontecimentos. Isso fica evidente na análise comparativa entre os jornais *O Espeto* e *O Liberal Inconfidentes*, realizada neste trabalho.

Durante a leitura flutuante e pré-análise dos objetos de estudo desta monografia, percebi que, enquanto *O Espeto* privilegiou enquadramentos de natureza institucional e assistencialista, como observado, por exemplo, nos títulos “Solidariedade nas ruas” (Ed. 324/2016) e “Governador Pimentel e Tiago Cota visitam Bento Rodrigues” (Ed. 324/2016), o jornal *O Liberal Inconfidentes* apresentou, com maior frequência, enquadramentos de responsabilização e crítica, como em “Sem avisos sonoros, barragens da Samarco rompem” (edição/ano). Essa diferença reforça a ideia de que os enquadramentos não são neutros, mas refletem escolhas editoriais, posicionamentos ideológicos e interesses locais, como destacam Mendonça e Simões (2017).

A cobertura do desastre da Samarco revela também como os enquadramentos operam em função do lugar ocupado pelo veículo na estrutura social. *O Espeto* reproduz o que Lima (2017) chama de “tradição do silêncio” da imprensa mineira frente aos poderes econômicos regionais. Já *O Liberal Inconfidentes*, ainda que também enfrente as limitações da minério-dependência local, apresenta fissuras no discurso dominante ao incluir artigos opinativos e charges que tensionam a narrativa oficial.

Segundo Reese (2001), o enquadramento jornalístico atua como um “sistema simbólico”, que não apenas informa, mas organiza a experiência social, estabelecendo conexões entre causas e consequências, responsabilidades e soluções. Nesse sentido, a presença ou ausência das vozes dos atingidos na cobertura, a extensão temporal da memória do fato e o espaço dedicado à crítica são elementos que evidenciam diferentes escolhas de enquadramento. Essa diversidade de abordagens confirma que um mesmo evento pode ser enquadrado de maneiras radicalmente distintas, dependendo do repertório simbólico e dos interesses do veículo de comunicação. Como exemplifica Wolf (2008), uma manifestação popular pode ser

representada como “ato democrático” ou como “tumulto”, revelando como o enquadramento altera profundamente a percepção pública sobre os fatos.

No caso da cobertura do rompimento da barragem de Fundão, o enquadramento adotado pelos jornais define se o evento será interpretado como uma tragédia natural, um acidente técnico, um crime ambiental ou uma emergência humanitária. Esse processo de definição não se resume à escolha de um ângulo, mas começa já no ato de nomear o acontecimento (Amaral, 2020 apud Charaudeau & Maingueneau, 2006; Maingueneau, 2001, p. 179). A denominação é um dos indicadores para a análise da cobertura que será utilizada neste trabalho de conclusão de curso. Essa observação considera títulos, legendas e o corpo do texto, permitindo identificar as escolhas lexicais dos jornais e os sentidos que essas escolhas produzem na construção da narrativa sobre o desastre. Ela é uma das primeiras operações discursivas do jornalismo em situações de desastre, e nela se inscreve um poder simbólico importante: o de incluir ou excluir atores e argumentos, qualificar ou desqualificar ações, responsabilizar ou isentar. Nesse sentido, denominar o rompimento como “acidente” ou “tragédia” não é neutro, essas escolhas enquadram o fato dentro de determinadas ordens imaginárias e deslocam ou diluem responsabilidades (Amaral, 2020 apud Maingueneau, 2001).

A nomeação, portanto, não apenas apresenta o acontecimento ao público, mas também o inscreve em certos campos problemáticos e desfoca outros. Como destaca Amaral (2015), o jornalismo pode optar por denominações técnicas, populares ou espetaculares, cada uma delas acionando diferentes sentidos sociais. Ao escolher expressões como “tragédia” ou “desastre natural”, por exemplo, a cobertura pode reforçar a ideia de fatalidade, reduzindo o potencial de responsabilização. Já expressões como “crime ambiental” ou “desastre anunciado” acionam uma lógica distinta, apontando para causas estruturais e agentes claramente identificáveis.

Além disso, a cobertura jornalística de desastres tende a apresentar limitações específicas, sobretudo no “durante” do acontecimento. No caso analisado, como os periódicos não são diários, eles não realizaram uma cobertura imediata do rompimento da barragem, mas repercutiram o fato apenas na edição publicada uma semana depois. Assim, não houve acompanhamento em tempo real, mas sim uma reconstrução do evento a partir de informações e interpretações posteriores. Na primeira edição após o rompimento da barragem, em O Espeto sobressaíram matérias voltadas à solidariedade local e à preocupação com o futuro da cidade sem a presença da Samarco, enquanto O Liberal Inconfidentes enfatizou os impactos imediatos, como o isolamento de comunidades e a situação de pessoas desabrigadas. Nessa etapa, desafios como falta de dados, tempo e estrutura favoreceram o uso de fórmulas narrativas convencionais, com forte apelo ao espetáculo e à emoção (Amaral, 2015). A cobertura, assim, tende a se

concentrar no evento pontual (a morte, a destruição) deixando de lado as causas profundas e os processos anteriores e posteriores ao desastre. Essa limitação narrativa é reforçada pelo próprio conceito de notícia, que privilegia o fato isolado e o ineditismo em detrimento das explicações de fundo (Amaral, 2015 apud Berger, 2003).

A forma como o jornalismo constrói o acontecimento também está diretamente relacionada ao modo como seleciona e posiciona suas fontes. A diversidade de fontes não garante, necessariamente, a diversidade de pontos de vista.. As fontes jornalísticas são agentes sociais ativos, e o modo como são representadas nas matérias, se como testemunhas emocionadas, vítimas, técnicos ou autoridades, influencia diretamente os sentidos produzidos (Amaral, 2015). Em coberturas de desastres, costuma-se recorrer a autoridades e especialistas, que tendem a fornecer explicações técnicas, enquanto as vítimas e testemunhas são convocadas a expressar suas emoções, legitimando o acontecimento pela via da verossimilhança sensível (Amaral, 2015).

De acordo com Mendonça e Simões (2017), o enquadramento pode ser definido como o conjunto de regras e instruções que orientam uma situação e o envolvimento dos atores. A forma como os eventos são enquadrados pela mídia influencia diretamente a percepção do público sobre determinados temas, afetando as interpretações e reações a respeito deles. A origem do conceito de enquadramento remonta às reflexões de Gregory Bateson no campo da psicologia. O autor argumenta que as interações humanas são moldadas por quadros de sentido que influenciam tanto as interpretações quanto às ações dos envolvidos (Mendonça e Simões, 2017). Segundo Bateson, toda mensagem pode ser analisada em três níveis: o denotativo (conteúdo), o metacomunicativo (relação entre os falantes) e o metalinguístico (forma como a própria mensagem repensa a linguagem).

Diferentes autores têm compreendido o conceito de enquadramento a partir de perspectivas analíticas diversas. D'Angelo (2002) identifica três paradigmas principais no estudo dos enquadramentos: cognitivo, construcionista e crítico. Já Mauro Porto (2004) diferencia os enquadramentos noticiosos, que dizem respeito ao ângulo dado às notícias pelos jornalistas, dos enquadramentos interpretativos, que são construídos pelos diferentes atores sociais.

Uma abordagem recorrente na pesquisa sobre enquadramento é a análise de conteúdo discursivo. Essa abordagem busca compreender como enunciados e discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando a realidade a partir de determinadas perspectivas (Mendonça e Simões, 2017, p. 193). Segundo Robert Entman, "enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição

particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado" (Entman, 1993, p. 52).

Estudos anteriores demonstram a relevância do enquadramento na cobertura jornalística. Gitlin (1980) analisou a cobertura midiática dos movimentos pacifistas durante a Guerra do Vietnã, enquanto Alessandra Aldé (2004) estudou o tratamento da mídia sobre a Guerra do Iraque. Outros trabalhos, como os de Ferree et al. (2002) e Andrea Azevedo (2009), abordaram o enquadramento do debate sobre o aborto em diferentes países. No estudo das batalhas simbólicas, Gamson propõe três tipos essenciais de enquadramento:

1. Frames de injustiça: expressam a indignação moral, denunciando culpados;
2. Frames de agência: são propositivos e sugerem soluções por meio da ação coletiva;
3. Frames de identidade: definem um "nós" que se contrapõe a um "outro" (Mendonça; Simões, 2017, p. 196).

A análise de enquadramentos no jornalismo possibilita compreender como diferentes atores disputam a definição da realidade midiática. Van Gorp (2007) destaca que o enquadramento ocorre em vários níveis: textual (frames empregados pela mídia), cognitivo (esquemas da audiência e jornalistas), extra midiático (discurso de grupos que defendem certos frames) e cultural (estoque de frames disponíveis em uma sociedade).

Dessa forma, o enquadramento é um recurso essencial na comunicação jornalística, uma vez que estrutura a percepção da audiência e influencia os debates públicos. Compreender como os enquadramentos são construídos e mobilizados é fundamental para avaliar o papel da mídia na formação da opinião pública e na mediação de controvérsias sociais.

Os enquadramentos noticiosos chamam a atenção para determinados pontos e excluem outros. Iluminar alguns atributos e obscurecer outros configura uma percepção do acontecimento, ampliando a visibilidade de uns elementos em detrimento de outros, sugerindo explicações causais e avaliações normativas sobre o fato noticiado. Os enquadramentos vão além: destacam os dados fornecidos por determinada fonte em detrimento de outra, evidenciam as ações de determinados agentes, minimizando outros, tornando-os, por vezes, sem relevância (Ferreira; Moura, 2020, p.434).

Compreender os enquadramentos utilizados na cobertura do rompimento da barragem de Fundão é, portanto, essencial para analisar como a realidade social é construída, disputada e negociada no campo jornalístico. A forma como o evento é nomeado, quais fontes são acionadas e como os fatos são encadeados narrativamente não apenas refletem uma perspectiva

sobre o desastre, mas também participam ativamente da sua construção simbólica e política. Desse modo, a análise proposta no presente trabalho também busca reconhecer os limites e as possibilidades de atuação dos meios de comunicação frente a eventos que desafiam tanto a ordem cotidiana quanto os vínculos históricos de uma região com seus principais agentes de poder.

Quando um desastre ambiental ocorre, rompe a normalidade e impõe novos sentidos à paisagem e à vida social, os jornais locais são convocados a construir, narrar e disputar versões sobre o acontecimento. É justamente nesse entrelaçamento entre evento extremo e narrativa jornalística que os enquadramentos revelam sua força simbólica e também suas omissões.

### **3.1 Os Jornais e a cobertura de um desastre ambiental**

Por volta das 16h20min do dia 5 de novembro de 2015, o Brasil vivenciou o maior desastre socioambiental de sua história: o rompimento da barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana, Minas Gerais. O desastre-crime causado pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento da Vale S.A e BHP Billiton, provocou a morte de 19 pessoas e é o maior desastre mundial no que diz respeito às barragens de mineração. Isso porque a barragem liberou aproximadamente 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério, destruiu comunidades inteiras e contaminou o Rio Doce ao longo de mais de 600 quilômetros, alcançando também o litoral do Espírito Santo.

Desastre socioambiental vai além da compreensão de uma catástrofe natural, pois envolve a interação entre fatores ambientais, sociais, políticos e econômicos. Diferente de eventos exclusivamente naturais, como terremotos ou furacões, um desastre socioambiental geralmente resulta da ação humana, seja por negligência, exploração descontrolada dos recursos naturais ou falhas na gestão ambiental. Segundo Acsehrad (2004), esses desastres afetam não apenas o meio ambiente, mas também as comunidades atingidas, resultando em deslocamentos forçados, perda de modos de vida e impactos psicológicos duradouros.

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), é um exemplo emblemático desse tipo de tragédia, pois envolveu não apenas a destruição ambiental em larga escala, mas também graves consequências sociais, como o deslocamento de comunidades inteiras e a contaminação de recursos hídricos essenciais (Zhou, 2018), além de resultar de decisões políticas e econômicas. Dessa forma, compreender o desastre socioambiental exige uma abordagem interdisciplinar, que leve em conta não apenas os impactos físicos e ambientais, mas também as desigualdades estruturais que tornam certas populações mais vulneráveis a esses eventos.

Ao ocorrer um acontecimento desta proporção, jornais de todo o Brasil e do mundo realizam uma cobertura pautada na urgência do acontecimento, de maneira geral, de forma a espetacularizar o fato, já que tragédias assim vitimizam um grande número de pessoas e, no caso do rompimento da barragem da Samarco, destruiu territórios e modos de vida de territórios tricentenários. Segundo Bueno (2009), a imprensa, ao se deparar com eventos dessa magnitude, tende a priorizar o sensacionalismo em detrimento da análise profunda e contextualizada dos fatores que levaram à tragédia. Esse enfoque contribui para a superficialidade do debate e para a omissão de responsabilidades.

O desastre-crime teve uma ampla cobertura jornalística na grande mídia brasileira e internacional, e foi destaque em jornais como Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, O Estado de Minas e O Globo. Essas publicações buscaram abordar o evento sob diversas perspectivas, incluindo as consequências socioambientais, as responsabilidades das empresas envolvidas e as falhas na fiscalização estatal. Entretanto, a abordagem da mídia regional, em especial dos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes, merece atenção especial, pois esses veículos possuem um papel crucial na construção da memória coletiva (Halbwachs 1990) do desastre na manutenção do debate público sobre este acontecimento e suas consequências dentro das comunidades diretamente afetadas.

A imprensa regional, por sua proximidade com os acontecimentos locais, tem potencial para oferecer uma cobertura mais voltada à realidade das vítimas e das questões estruturais envolvidas. No entanto, enfrenta desafios específicos, como a falta de equipes, a escassez de recursos e, em alguns casos, a relação de dependência econômica com as mineradoras. Essa proximidade econômica pode influenciar o enquadramento das notícias, restringindo a abordagem crítica sobre os impactos negativos da mineração na região? Essa é uma das questões que este trabalho de conclusão de curso busca responder.

No caso de O Espeto e O Liberal Inconfidentes, observa-se, previamente, que a cobertura do rompimento da barragem de Fundão enfrentou as limitações citadas acima. Enquanto a grande mídia pode deslocar correspondentes e manter uma cobertura extensiva, os jornais locais contaram com poucos profissionais, alguns sem ter formação em jornalismo, muito menos especialização em jornalismo ambiental.

Essa foi a realidade enfrentada pelo Jornal O Liberal Inconfidentes. Segundo seu diretor, Paulo Noronha<sup>6</sup>, as primeiras notícias veiculadas pelo jornal sobre o acontecimento não tiveram uma apuração própria, mas sim foram produzidas a partir de releases enviados pela

---

<sup>6</sup> Em entrevista à autora, realizada em cinco de março de 2025.

Samarco, e de notícias veiculadas nos grandes portais jornalísticos. Além disso, a continuidade da cobertura nos anos seguintes foi um desafio para os veículos regionais, que tendem a priorizar temas de impacto imediato na comunidade (Fernandes, 2003, p.168). Já Leandro Santos, diretor do Jornal O Espeto esteve no local no dia 05 de novembro de 2015. Em entrevista realizada no dia 21 de março de 2025 para esta monografia, ele comenta:

“E no dia do rompimento, nós fomos lá ver no mesmo dia. E o fedor de água sanitária lá na lama era impressionante. A pessoa fala assim: "Ah, não tem produto químico na lama". Eu falei: "Ah, beleza, eu não tem. Então porque está fedendo?". Eu conheço aquela área toda. Eu vi a situação, tirei foto, ou seja, estava in loco ali sentindo o cheiro das coisas.” (Santos, 2025)

Esse relato, no entanto, não foi mencionado no Jornal.

Entender como os jornais regionais retrataram o desastre com o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, é essencial para esta monografia. Enquanto os grandes veículos noticiaram o desastre sob uma perspectiva nacional e internacional, pressupõe-se que a imprensa regional teve o desafio de traduzir a tragédia para a realidade das comunidades atingidas, destacando o cotidiano dos atingidos, suas lutas por reparação e os desdobramentos do caso ao longo dos anos. Vera França (1998) argumenta que a imprensa não apenas informa, mas também estrutura o espaço público ao selecionar e hierarquizar os acontecimentos que ganham visibilidade. Segundo a autora, um jornal regional não pode ser analisado isoladamente, pois sua história está entrelaçada com o contexto social em que está inserido.

Nesse contexto, é importante analisar os enquadramentos (Mendonça e Simões, 2017) utilizados pelos jornais regionais ao cobrir o rompimento da barragem. Qual foi a ênfase dada pelos veículos? Houve um posicionamento crítico em relação às mineradoras e às autoridades? O jornalismo regional conseguiu manter a cobertura do caso após o impacto inicial da tragédia? Essas são questões fundamentais para entender a dinâmica da informação em contextos regionais e o papel que a mídia desempenha na construção local da memória e narrativa de um desastre socioambiental de grandes proporções.

### **3.2 Percorso metodológico**

Para observar e analisar a cobertura dos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes sobre o rompimento da barragem de Fundão, em 2015, e seus desdobramentos até 2024, optou-se por uma metodologia mista, envolvendo a coleta, análise e integração de dados quantitativos e qualitativos no estudo. Assim, a pesquisa envolveu entrevistas qualitativas com os proprietários dos veículos pesquisados, análise de conteúdo e análise dos enquadramentos

jornalísticos.

A entrevista com Paulo Noronha, diretor do jornal O Liberal Inconfidentes, foi realizada de forma remota, via Google Meet, no dia 05 de março de 2025. Já a entrevista com Leandro Henrique dos Santos, proprietário de O Espeto, ocorreu presencialmente na redação do jornal, em 21 de março de 2025. Essas conversas tiveram como objetivo compreender de que forma os proprietários percebem e definem seus veículos, quais tipos de pautas priorizam e quais assuntos tendem a ser deixados de fora. Elas contribuíram para complementar o contexto histórico dos jornais, especialmente no caso de O Liberal Inconfidentes, que ainda não havia sido objeto de estudo em outras monografias. As transcrições integrais das entrevistas encontram-se disponíveis em apêndice.

Para iniciar a análise das edições que interessavam a este estudo optou-se pela análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977), dividida em três etapas cronológicas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A presente pesquisa é inspirada neste percurso metodológico, tendo início com a pré-análise, etapa em que foi realizada uma leitura flutuante do material jornalístico dos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes, a fim de identificar reportagens e notícias relevantes ao objeto da pesquisa.

Barros (2005, p. 293), aponta que após a leitura flutuante, procede-se à constituição do *corpus*, ou seja, à definição do conjunto de documentos que serão efetivamente analisados. A seleção final considerou dois critérios principais: a disponibilidade das edições e a pertinência temática e temporal dos conteúdos jornalísticos em relação aos objetivos desta monografia, garantindo a relevância do material para a análise dos enquadramentos discursivos sobre o rompimento da barragem.

Foram mapeados, ao todo, dentro do recorte temporal citado anteriormente, 70 textos jornalísticos que tratavam da temática relacionada ao rompimento, sendo 36 publicados no jornal O Liberal Inconfidentes e 34, no jornal O Espeto. Para a constituição do *corpus*, foram selecionadas 10 edições impressas de cada jornal, disponíveis em formato digital, publicadas na semana subsequente ao rompimento da barragem de Fundão (5 de novembro), entre os anos de 2015 e 2024. A escolha por esse recorte temporal teve como objetivo observar os enquadramentos jornalísticos, ao longo da última década, principalmente no que diz respeito à rememoração do acontecimento e os desdobramentos do pós-desastre.

Foi adaptada à necessidade desta pesquisa a técnica da amostragem probabilística de semanas compostas, conforme descrita por Barros (2005, apud Lozano, 1994). Essa técnica consiste em agrupar todas as segundas, terças, quartas-feiras, e assim por diante, em conjuntos distintos, e em cada um desses grupos sortear uma data, até atingir o número de edições

previamente estabelecido (Barros, 2005). A escolha dessa metodologia tem como objetivo minimizar possíveis vieses editoriais ou sazonais, oferecendo uma representação mais equilibrada da cobertura jornalística ao longo do tempo.

Nesse sentido, esse percurso metodológico mostra-se adequado nesta pesquisa, considerando que os jornais analisados possuem periodicidade semanal, sendo publicados às sextas-feiras. Como cada edição contempla os principais acontecimentos dos dias anteriores, geralmente de segunda a quinta-feira, a aplicação da amostragem por semanas compostas possibilita que a cobertura de diferentes dias da semana esteja refletida no corpus. Dessa forma, ainda que a seleção se concentre em edições de um único dia da semana, há uma representação dos acontecimentos e narrativas produzidas ao longo de toda a semana, o que reforça a validade do método no contexto deste estudo.

O *corpus*, portanto, é composto pelas edições selecionadas listadas nas tabelas a seguir, organizadas pelo número da edição do jornal, o ano em que foi publicada e a semana da edição.

Tabela 1: Edições selecionadas do Jornal O Liberal Inconfidentes

<b>Número da edição</b>	<b>Ano</b>	<b>Semana em que foi publicada</b>
1169	2015	2ª Semana de novembro de 2015, 13/11/2015
1217	2016	2ª Semana de novembro de 2016, 11/11/2016
1265	2017	2ª Semana de novembro de 2017, 10/11/2017

1324	2018	2ª Semana de novembro de 2018, 09/11/2018
1364	2019	2ª Semana de novembro de 2019, 08/11/2016
1423	2020	1ª Semana de novembro de 2020, 06/11/2020
1463	2021	2ª Semana de novembro de 2021, 12/11/2021
1512	2022	2ª Semana de novembro de 2022, 11/11/2022
1561	2023	2ª Semana de novembro de 2023, 10/11/2023
1608	2024	2ª Semana de novembro de 2024, 08/11/2024

---

Fonte: Autoria própria.

Tabela 2: Edições selecionadas do Jornal O Espeto<sup>7</sup>

<b>Número da edição</b>	<b>Ano</b>	<b>Semana em que foi publicada</b>
324	2015	1ª semana de novembro de 2015
363	2016	1ª semana de novembro de 2016
413	2017	1ª semana de novembro de 2017
463 e 464	2018	1ª e 2ª semana de novembro de 2018
515	2019	5ª semana de outubro de 2019
612	2020	2ª semana de novembro de 2020, 13/11/2020
688	2021	1ª semana de novembro de 2021, 05/11/2021
721	2022	2ª semana de novembro de 2022
773	2023	2ª Semana de novembro de 2023, 10/11/2023
825	2024	2ª Semana de novembro de 2024, 07/11/2024

Fonte: Autoria própria.

Durante a definição do *corpus* da pesquisa, destacam-se as edições 463 e 464, publicadas em 2018. Essas edições foram escolhidas devido a incoerências editoriais

<sup>7</sup> Até o ano de 2019 o Jornal O Espeto não colocava a data exata da publicação, apenas a semana do mês.

observadas entre elas, apesar de serem consecutivas. A comparação entre as duas semanas evidenciou diferenças significativas na priorização e na organização dos conteúdos, o que me despertou interesse para uma análise aprofundada dos enquadramentos jornalísticos. Além disso, a edição 464 apresentou maior volume de matérias diretamente relacionadas ao tema central desta monografia, permitindo uma investigação mais detalhada sobre as narrativas construídas pelo veículo.

A escolha dessas edições integra-se à metodologia de amostragem, que buscou contemplar variações temporais e editoriais, proporcionando uma compreensão mais ampla das abordagens jornalísticas adotadas pelo jornal em diferentes momentos do processo de cobertura do desastre.

Outra observação foi que optei pela substituição da edição 516 do jornal O Espeto (publicada na primeira semana de novembro de 2019) pela edição 515 (publicada na última semana de outubro de 2019). A decisão se justifica pela ausência, na edição 516, de qualquer conteúdo relacionado ao rompimento da barragem de Fundão, mesmo diante da proximidade do marco de quatro anos da tragédia. Essa ausência, por si só, revela um aspecto relevante para a análise: a seletividade na cobertura jornalística, que em determinados momentos silencia ou minimiza a rememoração do desastre em função de outras pautas consideradas prioritárias. Trata-se, portanto, de um dado significativo para compreender como O Espeto construiu a memória do acontecimento.

Por outro lado, a edição 515 apresenta conteúdos de grande relevância para a pesquisa. Em sua capa, destacam-se uma manchete sobre a construção do novo reassentamento de Bento Rodrigues e uma chamada de capa para um release que aborda a autorização para que a Vale retomasse a operação da Mina de Alegria, em Mariana. Além disso, a mesma edição veiculou um editorial sob o título “O que falta para a Samarco voltar?”, na qual a análise que farei posteriormente mostra, de forma mais aprofundada, a narrativa em defesa da retomada da mineração e as tensões ligadas à minério-dependência. Por fim, a publicação de um release da Fundação Renova informando o pagamento de R\$ 1,84 bilhão em indenizações a cerca de 320 mil pessoas contribui com o discurso institucional de legitimação das ações reparatórias.

Diante disso, a substituição da edição se mostra metodologicamente necessária para que a análise contemple um material mais consistente acerca dos enquadramentos em disputa no período, sem, contudo, deixar de assinalar a relevância da ausência de cobertura sobre o desastre na edição subsequente, o que também se configura como dado empírico de interesse para o presente estudo. Após a definição do *corpus*, procedeu-se à identificação e classificação dos materiais jornalísticos, considerando os enquadramentos temáticos e os gêneros em que foram

veiculados. Para tanto, adotou-se a tipologia proposta por José Marques de Melo (2016), que compreende os gêneros jornalísticos como formas sistematizadas de organizar a mensagem de atualidade, a partir das convenções produtivas e discursivas próprias do campo jornalístico. De acordo com o autor, os gêneros distribuem-se em cinco grandes grupos:

Tabela 3 : Classificação dos gêneros jornalísticos

<b>Gêneros jornalísticos</b>	<b>Formatos</b>
Informativo	Nota, notícia, reportagem, entrevista
Opinativo	Editorial, comentário, resenha, artigo, coluna, caricatura, carta, crônica
Interpretativo	Análise, perfil, enquete, cronologia, dossiê
Diversional	História de interesse humano, história colorida
Utilitário	Indicador, cotação, roteiro, serviço.

Fonte: José Marques de Melo (2003).

A adoção dessa classificação possibilitou compreender ainda as funções exercidas pelos diferentes tipos de materiais publicados ao longo dos anos. Essa perspectiva é relevante para a presente pesquisa, uma vez que, conforme destaca Melo (2003, p. 11), “os gêneros jornalísticos correspondem a um sistema de organização do trabalho cotidiano de codificação das mensagens de atualidade, refletindo em certo sentido o consenso corporativo”.

Assim, cada matéria identificada nas edições selecionadas foi classificada segundo seu gênero. Esse levantamento permitiu observar a predominância de conteúdos informativos, em especial as notícias, bem como mapear a ocorrência de editoriais, reconhecidos como espaços nobres nos quais o jornal explicita seu posicionamento institucional. Ao mesmo tempo, a análise revelou a presença pontual de outros gêneros, como reportagens, cartas de leitores, charges e releases, este último não se enquadra nos gêneros jornalísticos, mas sim constitui textos provenientes de comunicação institucional, elaborados por assessorias de imprensa para divulgar ações de determinada entidade e enviados aos veículos para eventual publicação. Esses diferentes formatos também contribuíram para a construção dos sentidos atribuídos ao rompimento da barragem de Fundão.

As tabelas, a seguir, apresentam, de forma sistematizada, a classificação dos materiais por gêneros, distribuídos segundo as edições e os anos de publicação, possibilitando visualizar a evolução da cobertura jornalística ao longo do período analisado.

Tabela 4: Quantificação dos gênero jornalístico por edição em O Espeto

<b>Edição/ Ano</b>	<b>Informativo</b>	<b>Opinativo</b>	<b>Interpretativo</b>	<b>Diversional</b>	<b>Utilitário</b>
324/2015	5	1	0	0	3
363/2016	4	1	0	0	0
413/2017	3	0	0	0	0
463/2018	4	1	0	0	0
464/2018	2	1	0	0	0
515/2019	1	1	0	0	0
612/2020	0	0	0	0	0
668/2021	2	1	0	0	0
721/2022	1	0	0	0	0
773/2023	1	0	0	0	0
825/2024	3	0	0	0	0

Fonte: Autoria própria.

Tabela 5: Quantificação dos gênero jornalístico por edição em O Liberal Inconfidentes

<b>Edição/ Ano</b>	<b>Informativo</b>	<b>Opinativo</b>	<b>Interpretativo</b>	<b>Diversional</b>	<b>Utilitário</b>
1169/2015	5	3	0	0	1
1217/2016	2	0	0	0	0
1265/2017	4	1	0	0	0
1314/2018	1	0	0	0	0
1364/2019	2	1	0	0	0
1413/2020	1	2	0	0	0
1463/2021	2	0	0	0	0
1512/2022	1	0	0	0	0
1561/2023	1	0	0	0	0
1608/2024	3	0	0	0	0

Fonte: Autoria própria.

A análise das edições dos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes, neste trabalho de conclusão de curso, busca identificar os enquadramentos atribuídos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015, e aos seus desdobramentos até 2024. Retomando a definição de Entman (1993, p. 52), "enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado".

Foram considerados, também, os marcos temporais relativos a acontecimentos pós-rompimento que influenciaram a produção e a ênfase das matérias jornalísticas. Entre eles estão: a criação da Fundação Renova, em 2016, responsável por conduzir a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão; a retomada parcial das atividades da Samarco, em dezembro de 2020, após cinco anos de paralisação pós-rompimento e a intensificação das disputas pela reparação das populações e dos municípios atingidos, envolvendo novos atores institucionais em arenas internacionais, sobretudo por meio de ações judiciais na Inglaterra e nos Países Baixos, a partir das ações judiciais movidas por atingidos. Esses elementos históricos e contextuais constituem camadas fundamentais para compreender os enquadramentos atribuídos ao desastre ao longo do tempo e como eles refletem (ou silenciam) as relações de poder, a lógica da mineração e as estratégias de comunicação dos diferentes atores envolvidos.

## 4 DESCRIÇÃO DAS EDIÇÕES E O RETRATO DO ROMPIMENTO EM 10 ANOS

Para a análise dos jornais sob a perspectiva dos enquadramentos, foi elaborado um quadro analítico que considerou múltiplos elementos presentes em cada edição. Foram observadas as manchetes de capa, as chamadas de capa e os temas recorrentes, com o intuito de identificar o que foi destacado como principal notícia e qual espaço físico ocupou no impresso. Também foram registradas as fontes consultadas em cada matéria, a fim de compreender quais vozes foram priorizadas na cobertura, e analisados os termos e expressões mais utilizados, especialmente aqueles que se repetiram ao longo do período analisado, permitindo identificar padrões discursivos. Além disso, a análise contemplou o que não foi pautado pelos jornais, considerando os silenciamentos como elemento relevante para compreender os enquadramentos adotados. Essa abordagem possibilitou compreender não apenas o conteúdo noticiado, mas também a hierarquização das informações e os enquadramentos adotados, revelando como cada veículo construiu sentidos sobre o rompimento da barragem de Fundão e seus desdobramentos.

### 4.1 Ano 2015: “Que Deus nos ajude!”

Na edição 324, da primeira semana<sup>8</sup> de novembro de 2015, O Espeto apresenta um conjunto de matérias que prioriza um viés centrado na solidariedade local e em atos heróicos individuais. O rompimento da barragem é referido, nessa edição, como “tragédia” ou “desastre”, sendo também mencionado como “acidente”, no editorial.

A manchete principal é “Anjo da guarda de uniforme”, que personifica uma funcionária da Samarco como responsável por evitar uma tragédia ainda maior, ao alertar uma escola no distrito de Bento Rodrigues sobre o rompimento. A ausência de fontes nominais e a centralidade de um suposto ato heróico revelam uma tentativa de deslocamento do foco das responsabilidades das mineradoras para narrativas individuais. Nota-se ainda a ausência de discussão das causas do rompimento da barragem, apesar da menção à Samarco. Vale e BHP Billiton, acionistas da Samarco, não são mencionadas no texto.

As outras duas matérias de capa do jornal na Edição 324 seguem a mesma lógica narrativa, priorizando o engajamento da população local e ações de voluntariado, especialmente em Mariana e Ouro Preto. Há destaque para as campanhas de arrecadação, mobilização de

---

<sup>8</sup> O Jornal O Espeto não colocava, nessa época, a data exata da publicação das edições. Era mencionada apenas a semana do mês.

jovens e atuação da prefeitura de Ouro Preto, o que contribui para a construção de um frame de agência (são propositivos e sugerem soluções por meio da ação coletiva, Mendonça; Simões, 2017, p. 196). No entanto, essa agência é exercida não pelos atingidos, mas pelos que se colocam como apoiadores. A população diretamente afetada segue invisibilizada no discurso, aparecendo apenas como destinatária passiva da solidariedade. Do ponto de vista territorial, embora haja menção a distritos como Paracatu e a cidade de Barra Longa, regiões mais afastadas e severamente atingidas, como Gesteira, não aparecem nesse primeiro momento neste jornal.

Além das matérias informativas, o espaço editorial, e de opinião, publicado na edição 324, oferece elementos importantes para a compreensão da forma como o rompimento da barragem foi simbolicamente enquadrado no contexto regional. Conforme analisa Vera França (1998), os jornais não apenas comunicam fatos, mas constroem sentidos compartilhados sobre os acontecimentos, atuando como atores sociais implicados na vida comunitária. Essa função é visível nos textos opinativos, em que os veículos assumem diretamente a tarefa de interpretar os fatos e oferecer uma mediação emocional e identitária à sua audiência.

O editorial do jornal O Espeto, intitulado “Tragédia em Bento Rodrigues e Paracatu comove todo Brasil, que Deus nos abençoe”, apresenta uma narrativa que entrelaça memória histórica e mobilização. Ao rememorar que, em 4 de dezembro de 1918, ocorreu uma inundação na Mina da Passagem, na qual morreram muitos trabalhadores, o texto compara os dois eventos históricos e sugere uma continuidade do sofrimento vivido pela cidade de Mariana ao longo do tempo. O jornal também se posiciona como testemunha direta, afirmando ter feito questionamentos prévios à empresa Samarco sobre a segurança da barragem, gesto que reforça sua tentativa de reivindicar legitimidade e compromisso com a comunidade. Contudo, o editorial revela também a ambivalência que marca a relação da cidade com a mineração. Ao mesmo tempo em que relata o sofrimento dos moradores e a destruição de distritos, o texto exalta a Samarco como “motivo de orgulho” dos marianenses, minimizando responsabilidades imediatas ao afirmar que “ninguém está livre de acidentes”. Essa contradição expressa o que Vera França (1998) identifica como um dos dilemas centrais da imprensa regional: a necessidade de equilibrar laços econômicos e afetivos com o poder local, mesmo em situações de crise.

Ainda na edição 324, O Espeto optou por publicar, na íntegra e sem qualquer mediação editorial, a nota oficial enviada pela mineradora Samarco. O texto institucional, assinado pela empresa, é apresentado ao leitor como um comunicado formal de esclarecimento, no qual o caráter técnico e institucional revela uma tentativa de controle da narrativa pública ainda nas primeiras semanas da crise. O conteúdo da nota enfatiza a suposta celeridade da Samarco em

acionar o Plano de Ação Emergencial de Barragens (PAEBM), em articulação com a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e demais órgãos públicos. Reforça ainda que, no momento da divulgação, não era possível confirmar o número de vítimas e desaparecidos, tampouco as causas do rompimento, postergando, assim, o reconhecimento de responsabilidades. A empresa também afirma que todas as suas estruturas estavam licenciadas e fiscalizadas regularmente pelos órgãos competentes, e que a última vistoria, realizada em julho de 2015, havia atestado as boas condições de segurança da barragem. Por fim, o comunicado informa que o rejeito liberado no desastre era “inerte”, composto majoritariamente por sílica, e que não apresentava riscos à saúde, o que evidencia uma tentativa de minimizar a gravidade ambiental do ocorrido.

A nota publicada em O Espeto oferece um enquadramento centrado na perspectiva institucional da empresa: define o rompimento como um “acidente” ainda sem causas conhecidas, sugere que as estruturas estavam legalmente amparadas e sob fiscalização, propõe como solução imediata o acionamento do plano de emergência e omite, completamente, qualquer responsabilização da mineradora ou escuta às vítimas. A decisão editorial de publicar o comunicado sem qualquer contraponto, análise crítica ou complementação informativa sugere uma postura de alinhamento simbólico com a versão corporativa dos fatos, o que revela um enquadramento favorável à mineradora no momento inicial da tragédia.

Ainda que seja prática comum a veiculação de notas oficiais em contextos emergenciais, a ausência de outras fontes na mesma edição, especialmente dos atingidos, contribui para reforçar a empresa como fonte legítima e central, em detrimento das vozes das comunidades impactadas. Essa escolha editorial, sobretudo em um jornal local, insere-se no contexto mais amplo da minério-dependência da região, na qual os laços econômicos e simbólicos entre empresas e território condicionam os modos de narrar e interpretar os acontecimentos de grande impacto social.

Nas páginas seguintes à nota oficial da Samarco, o jornal O Espeto dedicou espaço à divulgação de campanhas de arrecadação de doativos em apoio às populações atingidas. A publicação de três peças gráficas, reproduzidas em forma de anúncios solidários, evidencia uma abordagem mais afetiva e comunitária, cuja tônica passa a ser o engajamento social e a mobilização coletiva.



Fonte: Jornal O Espeto

Figura 4: Peça gráfica publicada na página 6 da Edição 324 do Jornal O Espeto



Fonte: Jornal O Espeto

Figura 5: Peça gráfica publicada na página 7 da Edição 324 do Jornal O Espeto

**SESI MARIANA SOLIDÁRIO**  
**COMUNICAMOS QUE O SESI É POSTO DE COLETA DE**  
**DONATIVOS E DOAÇÕES EM APOIO AOS**  
**DESABRIGADOS PELO ROMPIMENTO DAS BARRAGENS.**  
**PRIORIDADE PARA ÁGUA, ITENS DE HIGIENE PESSOAL**  
**E ÍNTIMA, CALÇADOS E MATERIAL DE LIMPEZA.**  
**MAIS INFORMAÇÕES 3557-1041**

Fonte: Jornal O Espeto

As mensagens publicadas destacam os locais de coleta e os tipos de doações prioritárias, como água potável, produtos de higiene pessoal, fraldas e roupas. Os conteúdos utilizam texto apelativo, com frases como “Toda ajuda será bem-vinda!!!” e “Compartilhe essa mensagem”, o que reforça o caráter de urgência e empatia. A construção visual também busca sensibilizar o leitor, com uso de ícones como mãos dadas, representações de caminhões de doações e tipografias variadas para destacar palavras-chave como “solidariedade” e “desabrigados”. A escolha editorial por publicar essas mensagens reforça o papel do jornal como canal de circulação comunitária, mas limita sua atuação crítica frente à complexidade do desastre. Ao dar visibilidade à solidariedade imediata, o jornal cumpre um papel social relevante, mas ainda omite, nesse momento inicial, os elementos que expressariam a indignação moral e apontariam responsabilidades.

Já o jornal O Liberal Inconfidentes, em sua edição 1169, de 13 de novembro de 2015, adota um tom mais institucional e informativo, ainda que mantenha uma abordagem predominantemente descritiva e cautelosa. A manchete desta edição é “Ministério Público faz demandas para mitigar drama das famílias atingidas em tragédia de Bento Rodrigues”. A reportagem completa está na página 8 e será analisada adiante. Da mesma forma que O Espeto, O Liberal Inconfidentes também nomeia o rompimento como “tragédia”.

Ainda na capa, há uma matéria centrada na entrevista coletiva da Arquidiocese de Mariana, que destaca a fala do arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha e expressa solidariedade às vítimas. Embora haja uma tentativa de reforçar a presença da Igreja junto aos atingidos, novamente não se observa a presença da voz dos moradores atingidos, que seguem representados de forma genérica. Neste caso, identifica-se um frame de identidade, no qual a Igreja Católica aparece como parte de um “nós” solidário e moral alinhado aos atingidos e à sua dor, em

contraposição a outros segmentos da cidade que, naquele momento, ainda não se reconheciam como parte da população afetada.

Ainda na capa, a matéria intitulada “Distritos atingidos por lama estão isolados” constitui, entretanto, o conteúdo mais próximo de um enquadramento voltado para a realidade concreta das comunidades atingidas. O texto menciona localidades como a cidade de Barra Longa, e as comunidades de Pedras, Mandioca, Gesteira e Campinas, apresentando detalhes sobre o isolamento em que se encontram, a dificuldade de acesso a alimentos e medicamentos e a recusa de alguns moradores em deixar seus locais de moradia. Ainda que as vozes dos atingidos continuem ausentes, a descrição dos impactos sofridos pelas comunidades e da precariedade das condições vividas revela indícios mais claros de um frame de injustiça (expressam a indignação moral, denunciando culpados), ao denunciar de forma indireta o abandono e a dificuldade de socorro, mesmo que ainda sem apontar diretamente culpados. Há também traços de frame de agência, uma vez que são citados esforços de voluntários na tentativa de minimizar os danos.

Na coluna “Ponto de Vista do Batista”, escrita por Nylton Gomes Batista, na página 2, o autor realiza uma abordagem sensível e humanizada, centrada na experiência do deslocamento forçado como um trauma profundo e contínuo. A casa é descrita não apenas como bem material, mas como extensão afetiva do indivíduo e da coletividade. O texto evoca a dor da perda das memórias, das relações de vizinhança e dos vínculos territoriais, evidenciando o impacto psicológico e simbólico causado nas vítimas do rompimento da barragem. Ainda que evite discutir causas ou culpados, a coluna aponta para o sofrimento prolongado dos atingidos após o apagamento da comoção inicial, denunciando o abandono social que se segue à tragédia. Além disso, o autor critica o sensacionalismo da mídia nacional e a superficialidade com que a cobertura televisiva tratou o desastre, reforçando o lugar do jornal regional como voz legítima de quem vive o território e conhece sua complexidade. Nesse sentido, o texto reafirma o que França (1998) define como a função de pertencimento do jornal, que reforça laços de identificação e oferece reconhecimento simbólico às dores da comunidade.

Já a coluna “Fazendo um Paralelo”, na página 3, assinada por Valdete Braga, é atravessada por um tom emocional e reflexivo que busca dar sentido ao acontecimento, a partir de uma analogia com a narrativa bíblica da travessia do Mar Vermelho. O texto inicia com a constatação da presença inescapável do desastre no cotidiano das pessoas, visível nas conversas e nas expressões de perplexidade, e se estrutura com base na articulação entre a realidade local e a ficção televisiva. A autora parte da cena da novela *Os Dez Mandamentos*, exibida na época pela TV Record, em que o povo hebreu atravessa o Mar Vermelho guiado por Moisés, para

construir uma metáfora de esperança diante da catástrofe vivida em Mariana. A coluna mobiliza elementos simbólicos para transformar o sofrimento coletivo em uma narrativa de superação. Ao associar o povo atingido aos hebreus da novela, a autora sugere que, mesmo diante do desespero e da destruição, a fé pode ser um instrumento de força e reconstrução. Ela escreve: “É nesta palavra que quero chegar. Assim como nas cenas ficcionais (ou não) da novela, nesta nossa dura, difícil, triste realidade, também necessitamos muito de Fé”.

Esse deslocamento do desastre do campo técnico ou político para o campo espiritual revela um esforço de humanização e de acolhimento simbólico das vítimas, mas também indica um limite: o apagamento das responsabilidades institucionais envolvidas no desastre. Apesar disso, a autora não ignora totalmente a dimensão prática do problema. Ao afirmar que “com responsabilidades apuradas, recursos materiais recuperados, ajuda psicológica, solidariedade e Fé, estas pessoas conseguirão seguir em frente”, ela aponta para a necessidade de múltiplas formas de reparação, ainda que o foco do texto esteja na dimensão subjetiva. A proposta de que “todos precisamos ser um pouco Moisés” sugere um chamado à ação solidária e à participação da sociedade civil no processo de reconstrução, reforçando uma lógica de engajamento comunitário e de apoio emocional às vítimas.

Na página 7, a reportagem intitulada "Mariana sofrerá com demissões e corte em programas" traz um aspecto central do pós-rompimento de Fundão: o impacto econômico imediato na cidade de Mariana e a iminência de um colapso econômico-social associado à paralisação das atividades da mineradora Samarco. O texto articula elementos do enquadramento temático centrado nas consequências econômicas do desastre, com ênfase especial na possível onda de desemprego e na redução de arrecadação pública decorrentes da interrupção das operações da mineradora. Desde o título, há uma projeção de futuro marcada por perdas. Essa escolha lexical coloca o município como sujeito passivo de um processo inevitável, atribuindo à mineradora a centralidade estrutural da economia local. A matéria se desenvolve a partir de falas de executivos da Samarco e de representantes do poder público municipal, especialmente do então prefeito Duarte Júnior, compondo uma narrativa que reafirma a dependência histórica da cidade em relação à mineração, tema anteriormente discutido neste trabalho.

O texto apresenta a paralisação das atividades da Samarco como o ponto de partida para o colapso iminente da economia marianense. Funcionários da empresa são colocados em licença remunerada e terão, segundo a matéria, seus empregos garantidos apenas pelos 50 dias subsequentes ao desastre. A cobertura também aponta a incerteza quanto ao destino dos trabalhadores terceirizados, cuja situação é apresentada como ainda mais frágil e sem garantias

concretas. Destaca-se, nesse contexto, a centralidade do discurso empresarial. A matéria reproduz falas dos diretores da mineradora, que enfatizam a busca por entendimento com empresas terceirizadas e mencionam a criação de um fundo para vítimas. No entanto, o jornal não contrapõe esses posicionamentos com vozes dos trabalhadores, sindicatos ou vítimas diretas da tragédia, o que limita a pluralidade de perspectivas e contribui para um enquadramento alinhado com o ponto de vista institucional das empresas envolvidas.

A ausência de tensão com o discurso oficial e a pouca problematização das responsabilidades da Samarco, da Vale e da BHP Billiton, acionistas da mineradora, reforçam o deslocamento do foco da tragédia das vidas humanas e ambientais para a questão exclusiva da paralisação produtiva. O rompimento da barragem aparece, assim, como uma “interrupção da rotina econômica” do que como um crime socioambiental.

Nesse mesmo sentido, a voz do então prefeito Duarte Júnior reforça o discurso de que a permanência da Samarco seria essencial à sobrevivência do município: “Se fecharmos a empresa teremos que fechar Mariana”, afirmou, em entrevista nesta reportagem. Essa afirmação expressa a questão da minério-dependência, convertendo a empresa em uma espécie de entidade salvadora, mesmo diante da destruição que ela mesma provocou. O posicionamento institucional do poder público, tal como apresentado pela matéria, não questiona as práticas da mineradora, mas se articula na lógica da restauração da ordem econômica, ainda que isso signifique manter a cidade sob o domínio de uma estrutura de exploração predatória.

Por fim, a presença de informações de fontes como o Deutsche Bank, estimando os custos de reconstrução em mais de R\$ 4 bilhões, adiciona um tom de grandiosidade à tragédia, mas também fortalece o ponto de vista econômico-financeiro. A matéria, portanto, evidencia uma narrativa em que a tragédia causada pelo rompimento da barragem é tratada prioritariamente como problema de gestão e de impacto econômico, esvaziando suas dimensões estruturais, políticas e éticas. A ausência de questionamento das causas, das responsabilidades e dos direitos das vítimas revela um silenciamento jornalístico sobre a injustiça ambiental<sup>9</sup> (Acselrad, 2004), produzindo uma cobertura que, ainda que informativa, contribui para a normalização da dependência e da submissão econômica do território aos interesses minerários. O primeiro conteúdo que mostra uma crítica ao fato, uma charge, foi publicado na página 2, de O Liberal Inconfidentes.

---

<sup>9</sup> Se refere à distribuição desigual dos riscos e danos ambientais, que tende a recair de forma desproporcional sobre populações vulneráveis.

Figura 6: Charge publicada pelo Jornal O Liberal Inconfidentes



Fonte: Jornal O Liberal Inconfidentes

A charge assinada por Léo Medeiros evidencia os efeitos da “tragédia de Mariana” e a forma como os atingidos foram invisibilizados nos discursos oficiais. A ilustração mostra uma paisagem tomada pela lama, com fragmentos de corpos humanos (mãos, cabeças, um brinquedo infantil) emergindo em meio à devastação. À margem direita, vemos a figura de um homem de terno, caminhando aparentemente ileso, com uma pasta nas mãos, símbolo da tecnocracia ou dos agentes políticos e empresariais que conduzem os processos de reconstrução e responsabilização. Em contraste, no canto inferior esquerdo, há a fusão dos símbolos do cifrão (\$) e de diferença (≠) seguido da palavra “povo”, sugerindo que os interesses econômicos sobrepõem-se aos direitos da população atingida.

No topo da imagem, a frase “No meio do caminho tinha um distrito. Tinha um distrito no meio do caminho...” estabelece uma referência ao poema “No meio do caminho”, de Carlos Drummond de Andrade, ressignificando-o para evocar a destruição do distrito de Bento Rodrigues, o primeiro a ser soterrado pela lama da barragem de Fundão. Abaixo, a expressão “Desenvolvimento com esquecimento” sintetiza a crítica central: o modelo de crescimento econômico pautado na mineração se sustenta sobre o apagamento das vidas e das perdas humanas e territoriais.

Essa charge comunica, de forma contundente, os enquadramentos de injustiça ambiental, negligência institucional e invisibilização dos atingidos. Reitera, visualmente, os efeitos perversos da minério-dependência que, conforme apontado por Milanez (2016), estrutura a economia de cidades como Mariana e influencia diretamente as formas de percepção

e de tratamento dos desastres provocados pela atividade extrativista minerária. A figura que caminha sobre a lama sem se afetar contrasta com os corpos submersos, evidenciando os diferentes lugares ocupados no processo de gestão da crise: enquanto as empresas e o Estado “seguem em frente”, as populações locais permanecem soterradas, literal e simbolicamente. A charge assume portanto o papel de resistência simbólica e crítica social, ampliando o debate sobre as consequências da tragédia de Fundão e contribuindo para a construção de memórias contra-hegemônicas. Sua presença em meio às edições jornalísticas sobre o desastre indica uma tentativa de tensionar o discurso dominante e provocar a reflexão sobre os limites do chamado “desenvolvimento” promovido por grandes empreendimentos minerários.

Assim como no jornal O Espeto, O Liberal Inconfidentes também divulgou conteúdos relativos a ações solidárias aos atingidos. A peça produzida pela Câmara Municipal de Mariana apresenta uma forte carga simbólica e emocional.

Figura 7: Peça gráfica publicada na página 7 da Edição 324 do Jornal O Liberal Inconfidentes



Fonte: Jornal O Liberal Inconfidentes

A imagem central de duas mãos entrelaçadas comunica uma mensagem visual de apoio, cuidado e união, reforçada pela frase em destaque: "Somos todos Mariana", seguida de "E temos orgulho da solidariedade". A construção lexical e visual reforça o pertencimento coletivo e a empatia diante da tragédia. Em termos de conteúdo, o anúncio parte de um registro oficial da Câmara Municipal, com ênfase em ações práticas de apoio, como a confecção de documentos para as vítimas por meio do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC). O trecho que informa

sobre a “Carteira de Identidade das vítimas” destaca a tentativa de agilizar a restituição da cidadania formal aos atingidos, tratando a reparação como um direito, mas também como um gesto de acolhimento.

A peça atua como um instrumento de comunicação política e simbólica, buscando legitimar a atuação do poder público local diante da crise. Ao usar a primeira pessoa do plural (“somos todos”, “temos orgulho”), o texto interpela a população local como um corpo unificado, o que reforça a identidade coletiva em torno da tragédia. Ao mesmo tempo, essa abordagem pode suavizar ou até apagar as responsabilidades políticas e institucionais mais amplas, deslocando o foco da crítica para a valorização de ações pontuais.

A edição 1169 traz mais uma reportagem sobre o rompimento da barragem. A matéria “Sem avisos sonoros, barragens da Samarco rompem e destroem localidades da região”, na página 8, constrói uma narrativa que se alterna entre o relato factual e a denúncia, enfatizando os efeitos imediatos da tragédia sobre a população local, sobretudo a comunidade de Bento Rodrigues. Desde o título, que já aponta para a falha no protocolo de segurança (“Sem avisos sonoros”), até o detalhamento das ações do Ministério Público, o texto sugere que houve negligência por parte da empresa Samarco, embora evite diretamente acusá-la de forma enfática. Tal escolha editorial configura um enquadramento moderadamente crítico, que, conforme Millanez (2016), é típico de coberturas que buscam equilibrar a pressão informativa com os vínculos institucionais e econômicos locais.

Dentre as vozes destacadas estão as de autoridades públicas e institucionais (prefeito, promotores de justiça, presidente da empresa), moradores, familiares de desaparecidos e voluntários. Contudo, a fala das vítimas aparece de forma indireta e fragmentada, enquanto a mineradora, mesmo sob suspeita, recebe espaço para justificativas e informações técnicas. Essa assimetria de vozes evidencia uma estrutura de silenciamento que contribui para a diluição das responsabilidades empresariais diante de desastres ambientais. Embora mencione a ausência de avisos sonoros, o texto suaviza os efeitos da omissão ao destacar o “plano de emergência” da Samarco, que previa contato telefônico. Não há questionamento contundente sobre a viabilidade ou legalidade dessa estratégia, o que demonstra certa contenção editorial na crítica ao poder econômico da mineração.

Assim, o jornal opta por uma abordagem que informa e denuncia parcialmente, mas sem tensionar de forma direta os vínculos estruturais que sustentam o modelo de exploração mineral. Tal postura se insere no contexto da minério-dependência comunicacional, em que os meios locais evitam o confronto direto com as mineradoras, mesmo diante de suas falhas evidentes.

#### 4.2 - Ano 2016: “Está respingando lama em todos nós”

A edição 363 do jornal O Espeto, publicada na primeira semana de 2016, traz uma série de matérias rememorando o rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no ano anterior. Na manchete desta edição, o jornal divulga o lançamento do livro de Eduardo Campos<sup>10</sup>. Essa escolha editorial é voltada para a memória e a valorização da identidade comunitária. A perspectiva da tragédia, nesse caso, não se dá pela via da denúncia direta contra os responsáveis institucionais ou corporativos, mas pela reconstrução simbólica do pertencimento e da vida cotidiana da comunidade de Bento Rodrigues, agora desaparecida fisicamente.

O uso de termos como “histórias, memórias e causos” e a presença dos moradores como “personagens reais” evidenciam o foco em uma narrativa afetiva e cultural. Ao invés de reforçar o sofrimento ou a denúncia jurídica e ambiental do desastre, o jornal enfatiza o caráter humano e coletivo da comunidade atingida, promovendo uma memória social positiva, ainda que marcada pela perda. Conforme França (1998), os jornais locais cumprem também uma função de mediação simbólica entre a comunidade e sua história. A valorização do livro como “leitura obrigatória para entender como era a vida em Bento” reforça essa dimensão. Trata-se de um gesto de resistência pela memória, que opera no plano do simbólico, mas também no da disputa pelo sentido do que foi perdido.

Por outro lado, percebe-se que o periódico evita o tensionamento político da tragédia. Não há menção às mineradoras responsáveis pelo crime socioambiental. A tragédia é lembrada, mas não politizada. Esse tipo de abordagem revela como o jornalismo regional, embora próximo das comunidades atingidas, pode seguir a mesma lógica e os princípios mercadológicos da grande imprensa. Nesse sentido, o jornal atua como espaço de reconstrução simbólica, mas também de silenciamento parcial sobre os conflitos estruturais relacionados à mineração e à negligência empresarial. Essa escolha pode ser compreendida dentro da lógica da minério-dependência, em que os vínculos sociais, econômicos e comunicacionais com a atividade mineradora condicionam os limites do discurso jornalístico.

Na página 4 da mesma edição, O Espeto publica um release da Câmara de Vereadores de Mariana intitulado: “Gerente da Samarco vai à Câmara de Mariana”. A notícia é sobre uma reunião entre os vereadores de Mariana e representantes da mineradora Samarco e da Fundação Renova<sup>11</sup>, realizada cerca de um ano após o rompimento da barragem de Fundão. O texto tem

---

<sup>10</sup> Eduardo Campos é um artista plástico e professor conhecido por seu trabalho no Museu Minas do Gogô, um espaço que ele criou para valorizar o bairro Vila Gogô, local onde a cidade de Mariana teve origem.

<sup>11</sup> A Fundação Renova foi criada em 2016 para ser responsável pela reparação dos danos causados em função do rompimento da barragem de Fundão. Com o novo acordo da Bacia do Rio Doce, firmado em 2025, a Fundação foi

como foco os esclarecimentos prestados pelas instituições sobre o andamento das obras de contenção de rejeitos, os planos para a reconstrução dos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e a possível retomada das atividades da empresa. Ou seja, possui um ponto de vista institucional, no qual os atores centrais são representantes da empresa Samarco, da Fundação Renova e dos parlamentares. A narrativa é conduzida pelas vozes desses sujeitos, com forte presença de declarações oficiais, dados técnicos e cronogramas.

Enquanto isso, a perspectiva dos atingidos pelo rompimento, por sua vez, está ausente, o que reitera a lógica de silenciamento ou apagamento das vítimas. A reconstrução dos distritos é tratada em termos operacionais e administrativos, sendo a Fundação Renova colocada como a responsável pelo processo e as famílias atingidas como agentes passivos, a quem cabe apenas escolher terrenos e opinar sobre a distribuição dos equipamentos urbanos. Além disso, o destaque dado à expectativa de retomada das atividades da Samarco, incluída no final do texto de forma positiva e prospectiva, reforça o papel da empresa como “salvadora” da economia local. O texto institucional, portanto, contribui para naturalizar a lógica tecnocrática da reparação, deslocando o foco das responsabilidades pelo desastre para os trâmites de sua resolução institucional. Evidencia-se um conteúdo altamente institucionalizado e sem produção própria do jornal. Nesse sentido o veículo atua como reprodutor de discursos oficiais, sem investimento em apuração autônoma, investigação ou ampliação do espectro de vozes.

Figura 8: Charge publicada na página 9 da edição 363 de O Espeto



Fonte: Jornal O Espeto

A charge e o texto publicados à página 9 pelo Jornal O Espeto, na edição 363, de novembro de 2016, são uma peça de teor opinativo que denuncia a distribuição dos valores arrecadados com as multas aplicadas à Samarco, após o rompimento da barragem de Fundão. Sob o título: "R\$ 40 bilhões, 616 milhões e 900 mil de multa aplicados na Samarco. Injustiça: Mariana fica com a lama e o valor das multas vão para o Governo", o material se insere em um tom de denúncia, marcado pela crítica à exclusão do município atingido em relação aos benefícios financeiros oriundos das penalidades impostas à empresa.

A imagem central da charge traz uma representação da Justiça com os olhos vendados, segurando uma balança desequilibrada. De um lado, pendendo para baixo, está a lama sendo derramada sobre símbolos da destruição (casas, carros e uma igreja soterradas na lama); do outro, pendendo para cima, a logomarca da Vale, mineradora e acionista da Samarco. Numa análise semiótica, podemos interpretar que o peso do dinheiro e da influência da mineradora está acima das tragédias humanas e ambientais causadas pela sua própria ação. A imagem, portanto, expressa a inversão de valores e a crítica à atuação dos poderes públicos Federal e Estadual, que, segundo o jornal, beneficia-se financeiramente do desastre sem oferecer reparação concreta e direta à população de Mariana e região.

O texto de opinião, em três colunas, que acompanha a charge, reforça isso. Em primeiro lugar, apresenta os valores e os autores das multas (IBAMA, Ministérios Públicos, órgãos ambientais estaduais e federais), reforçando a ideia de que o montante é pulverizado entre instituições de poder que não estão diretamente envolvidas com a realidade local. Em seguida,

explicita que Mariana, cidade mais afetada, “não receberá um centavo do valor das multas”, ao passo que sofre perdas mensais de cerca de R\$ 6 milhões em arrecadação com a paralisação da Samarco. O texto vem ainda com uma defesa à empresa: “Até quando uma empresa consegue pagar sem trabalhar?”. Mais uma vez o argumento reforça a lógica da minério-dependência, na qual a ausência da mineração significa colapso fiscal e econômico para o município.

Ao destacar que "quem pede a volta da Samarco não tem espaço nos grandes jornais e TVs", o texto também denuncia o silenciamento das vozes locais pela mídia nacional, assumindo uma postura de resistência contra o que considera uma narrativa hegemônica que ignora os impactos econômicos do desastre, para além do crime ambiental. Aqui, o jornal atua como um agente de mediação do discurso contra-hegemônico, posicionando-se ao lado das vítimas indiretas do rompimento (empresários, trabalhadores e comerciantes afetados pelo fechamento da empresa). Essa abordagem evidencia a adoção de um discurso no qual o foco recai sobre os prejuízos socioeconômicos e a crítica à centralização da gestão das punições. A escolha editorial em dar protagonismo à “injustiça fiscal”, em vez das causas e consequências ambientais e criminais do desastre, demonstra que o jornal molda sua narrativa a partir da lógica de sobrevivência econômica local. Nota-se que no período imediatamente posterior ao rompimento, o foco recaía sobre as comunidades diretamente impactadas pelo deslocamento e pela perda de bens. Já no ano seguinte, com o avanço dos efeitos econômicos, especialmente aqueles relacionados à minério-dependência, a percepção coletiva se amplia: a crise atinge não apenas os moradores das áreas destruídas, mas toda a cidade, que passa a sentir de forma concreta as consequências da paralisação da Samarco e da redução da atividade minerária.

Na página 10, O Espeto publica na íntegra uma carta aberta assinada por Dom Geraldo Lyrio Rocha, arcebispo metropolitano de Mariana. Intitulada “Carta do arcebispo Dom Geraldo ao povo da Arquidiocese de Mariana na ocasião de um ano do rompimento da barragem de Fundão”, o texto configura-se como um importante testemunho institucional da Igreja Católica local e atua como forma de reconhecimento, denúncia e solidariedade.

Logo na introdução, o arcebispo reafirma o impacto permanente da tragédia, apontando suas múltiplas dimensões: a perda de vidas humanas, a destruição das comunidades, os danos ao meio ambiente e à subsistência de milhares. Essa memória do desastre é apresentada de forma contundente: “O dia 5 de novembro de 2015 jamais se apagará em nossa memória”, afirma, imprimindo um tom de luto coletivo e de denúncia. A carta destaca ainda a atuação da Arquidiocese como presença ativa junto aos atingidos desde os primeiros momentos da tragédia. A postura da Igreja é descrita como solidária e comprometida, mas também institucionalmente cautelosa: Dom Geraldo explicita que o Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB), embora parceiro nas ações, é independente e não possui vínculos formais com a Igreja. Isso aponta para o reconhecimento da legitimidade dos movimentos sociais, sem que se confunda sua autonomia com uma suposta instrumentalização por parte da instituição religiosa.

A gestão de recursos financeiros doados à Arquidiocese é também detalhadamente apresentada, em uma tentativa de demonstrar transparência, responsabilidade e compromisso ético com os atingidos. São descritos os critérios para o uso do dinheiro e o controle por meio de prestação de contas ao Ministério Público e à Comissão dos Atingidos da Barragem de Fundão. A carta também critica o descaso do poder público e das empresas responsáveis pelo rompimento da barragem. Ao citar os especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) e afirmar que as respostas foram “simplesmente insuficientes para lidar com as massivas dimensões dos custos humanos e ambientais”, Dom Geraldo posiciona-se claramente ao lado dos atingidos e cobra providências efetivas das autoridades. Por fim, o texto se encerra com uma mensagem cristã de esperança e perseverança, sustentada pela citação bíblica de Romanos 8, reafirmando a fé como força mobilizadora diante da dor.

Na página 12, o Jornal publicou uma matéria intitulada “ ‘Pode mandar mais lama que vem mais dinheiro’, afirma morador de Barra Longa”. O texto possui um tom irônico e ambíguo ao retratar a situação da cidade um ano após o rompimento da barragem de Fundão. O texto se ancora em uma fala isolada, atribuída a um morador anônimo, para construir uma narrativa que tensiona os sentidos de “vítima” e “reparação”, insinuando que parte da população se beneficiou da tragédia. A estrutura do texto é marcada por um discurso coloquial, com elementos de oralidade, uso de exclamações e expressões populares, que são características do Jornal O Espeto, mas que também demonstra um certo deboche diante da dor. A frase que dá título à matéria (“Deixa vir mais lama que vem mais dinheiro”) é apresentada como uma fala emblemática, que representa uma suposta mentalidade local marcada pelo oportunismo e pela inversão moral dos fatos. Tal escolha editorial pode ser entendida como um enquadramento que deslegitima a dor e o direito à reparação dos atingidos, ao insinuar que os benefícios econômicos superaram os impactos negativos.

O texto cita os bens e serviços fornecidos pela empresa Samarco à população de Barra Longa (desde móveis e eletrodomésticos até colchonetes para bezerros), compondo uma espécie de inventário irônico das medidas de reparação. Essa abordagem sugere que a população não apenas foi plenamente indenizada, mas até “mimada” pela empresa responsável pela tragédia. A conclusão implícita, reforçada pela expressão “até colchonete para bezerro”, é de que os atingidos foram excessivamente beneficiados, em contraste com o sofrimento causado. A crítica

se intensifica ao mencionar que “muita gente quer se aproveitar” e que “tem sempre aqueles que se aproveitam da desgraça”, em referência a pessoas que teriam se passado por atingidas. A matéria, portanto, desloca a ênfase do crime socioambiental e da responsabilidade empresarial para os supostos desvios de conduta de indivíduos comuns, contribuindo para a construção de uma imagem de desconfiança em relação aos atingidos e aos processos de reparação.

A menção a mais de dez mil ações judiciais contra a Samarco, ao final do texto, não atua como reforço à responsabilização da empresa, mas como argumento de desgaste: o excesso de processos é usado para sugerir que há abuso, exagero e oportunismo na demanda por justiça. Em lugar de solidariedade e empatia, a matéria propõe uma crítica moral e irônica, deslegitimando o direito à reparação plena e tratando a tragédia como uma oportunidade mal aproveitada por uma parte da população.

Nesse sentido, a construção da narrativa sugere um enquadramento ambíguo: ao mesmo tempo em que denuncia desigualdades e injustiças, o jornal insinua que parte da população atingida estaria satisfeita com os ganhos materiais resultantes do desastre. Essa ambiguidade enfraquece o papel da imprensa enquanto mediadora crítica da realidade e reforça estigmas sobre os atingidos. Ao se apropriar da fala popular para construir sua crítica, O Espeto arrisca-se a contribuir para a banalização da tragédia e para o obscurecimento das responsabilidades das mineradoras envolvidas no rompimento da barragem.

Ainda na edição 363, na página 14, O Espeto traz uma reportagem: “Samarco firmou acordo na Justiça do Trabalho para ampliar benefícios para empregados e ex-empregados”. A reportagem analisa o acordo firmado entre a mineradora Samarco e o Ministério Público do Trabalho (MPT), que teve como objetivo ampliar os benefícios destinados aos trabalhadores no contexto de demissões provocadas pela paralisação das atividades da empresa após o rompimento da barragem de Fundão. O texto apresenta informações detalhadas sobre os programas de desligamento voluntário (PDV) e involuntário (PDI), os termos da negociação, os valores das indenizações e os benefícios concedidos aos empregados afetados.

A abordagem da matéria é marcada por uma estrutura predominantemente informativa, com destaque para a atuação da Samarco na resolução do conflito trabalhista. O texto enfatiza os esforços da empresa para evitar demissões em massa, listando as ações tomadas anteriormente, como concessão de férias coletivas e adoção de regime de *lay-off*<sup>12</sup>, apresenta o

---

<sup>12</sup> Medida temporária que permite a suspensão ou redução do período normal de trabalho dos trabalhadores, com o objetivo de evitar despedimentos em situações de dificuldades econômicas ou outras constrangimentos na atividade da empresa

acordo como uma “solução construída” em conjunto com os sindicatos. No entanto, essa narrativa se aproxima de um discurso institucional, especialmente ao utilizar expressões como “a Samarco demonstra, mais uma vez, o respeito aos seus empregados”, sem contraponto crítico ou vozes de trabalhadores ou sindicatos que possam relativizar ou problematizar os termos do acordo.

A ausência de pluralidade de fontes, como os sindicatos ou os próprios trabalhadores desligados, contribui para uma cobertura que favorece a imagem da mineradora Samarco ao destacar sua “flexibilidade” e sua disposição para negociar. A reportagem não menciona, por exemplo, as possíveis pressões enfrentadas pelos empregados para aderirem ao PDV, tampouco discute os impactos emocionais e sociais da demissão de centenas de trabalhadores, considerando a minério dependência de Mariana.

O texto também se insere no contexto mais amplo da atuação da Samarco no campo da comunicação e das relações públicas, após o crime de 2015. Ao divulgar, em tom positivo, as iniciativas da empresa voltadas para o público interno (trabalhadores), a matéria contribui para a estratégia de reconstrução da imagem institucional da mineradora, silenciando os efeitos destrutivos do rompimento da barragem. Como aponta Millanez (2016), em cenários de crise, é comum que empresas recorram a ações de “reputação compensatória”, promovendo ações que podem ter caráter reparador, mas que são também profundamente simbólicas, na medida em que visam recuperar a legitimidade perante a opinião pública. Novamente, a ausência de problematização sobre o contexto mais amplo da crise ambiental e social limita a matéria a um relato administrativo e institucional, esvaziando-a de densidade crítica.

### **O Liberal Inconfidentes**

Enquanto o Jornal O Espeto publicou seis matérias a respeito do pós-rompimento, no ano de 2016, O Liberal Inconfidentes noticiou apenas duas. A edição 1217, da primeira semana de novembro de 2016, traz na capa a manchete "Manifestações marcam um ano da tragédia de Bento Rodrigues", o que pode demonstra uma tentativa de cobertura plural dos desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão. Contudo, ao observarmos os enquadramentos presentes na narrativa, identificamos nuances que ajudam a compreender as disputas simbólicas em torno da memória, da responsabilização e do papel da mineração na economia local, aspectos fundamentais para a presente análise.

---

A matéria abre destacando que “várias ações foram organizadas no município como protesto ao ocorrido”, mas rapidamente divide o espaço de atenção entre dois grupos de manifestantes: o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), com pautas de justiça social e direitos humanos, e o movimento “Justiça Sim, Desemprego Não”, que defende a continuidade das atividades da Samarco, em Mariana. Ao tratar da manifestação promovida pelo MAB, o jornal mostra o percurso dos ativistas desde Regência (ES) até Mariana, enfatiza os rituais simbólicos de denúncia (encenação com lama, cruzeiros para os mortos, culto religioso) e associa a mobilização à memória das vítimas e à cobrança por justiça. Há, nesse trecho, uma valorização das dimensões humanas e coletivas da tragédia, o que permite uma leitura crítica ao desastre. Ainda assim, o texto limita-se a relatar os eventos, sem aprofundar as denúncias feitas pelo movimento ou trazer vozes diretas das vítimas ou dos organizadores do protesto.

Por outro lado, a abordagem sobre o “Justiça Sim, Desemprego Não” oferece um espaço mais aprofundado para as falas dos manifestantes, como na citação da participante Maria Helena:

As autoridades competentes que apurem e punam os culpados, isso não nos compete. O que nos cabe é lutarmos pelo destino de Mariana. Não podemos aceitar mais tanto desemprego. Precisamos ir às ruas e falarmos o que queremos, pois se não eles farão o que quiserem. Querendo ou não querendo somos todos vítimas, está respingando lama em todos nós. Precisamos nos unir, lutar por todos que sofrem. (O Liberal Inconfidentes, ed. 1217, pg. 1).

Essa diferença sugere um enquadramento mais alinhado às demandas desse grupo, que embora não negue o impacto da tragédia, foca na defesa da retomada da mineração como condição de sobrevivência da cidade. A frase “querendo ou não querendo somos todos vítimas, está respingando lama em todos nós”, além de funcionar como metáfora, dilui responsabilidades específicas e contribui para um discurso que relativiza a culpa das empresas mineradoras envolvidas. Isso confirma a teoria de Millanez: “À primeira vista, a adesão desta parcela da população aos esforços estatais e empresariais de classificação da Samarco no rol das vítimas (Millanez, 2016 apud Porto, 2015) do rompimento da barragem parece contrariar seus próprios interesses objetivos. No entanto, as formas de legitimação social e a dependência econômica pela mineração explicam conjuntamente este movimento” (p. 191).

Ademais, o trecho final da matéria, que informa sobre as obras de contenção e a previsão de início da construção do novo Bento Rodrigues, é apresentado com um tom de normalização e tecnicidade, sem contextualização crítica sobre os atrasos, os conflitos fundiários ou as disputas políticas e jurídicas em torno da Fundação Renova.

Na página 7 da mesma edição, o jornal traz uma notícia cujo título é: "Homenagens a cidadãos e voluntários marcam um ano da tragédia em Mariana", apresenta um tom institucional em torno da memória do rompimento da barragem de Fundão. Diferente da matéria de capa, que aborda manifestações de protesto e mobilização popular, esta matéria foca em uma cerimônia cívica oficial, marcada por homenagens, gratidão e discursos de superação, protagonizados por figuras do poder público e representantes da sociedade civil.

Logo no primeiro parágrafo, a matéria define o tom emotivo do evento, ressaltando a "emoção" e o "sentimento de gratidão" como marcas centrais da cerimônia. Trata-se de um ponto de vista que desloca o foco do desastre em si (suas causas, seus responsáveis ou os impactos contínuos) para uma narrativa de reconstrução moral e comunitária, promovida pelo poder público. A valorização de ações de "ajuda" e "solidariedade", materializadas nos certificados de agradecimento, reforça uma perspectiva institucional de reconhecimento, sem abertura para problematizações.

O evento relatado ganha contornos de espetáculo cívico e cultural, com apresentações artísticas de estudantes, exibição de vídeos e presença de personalidades como o goleiro Fábio, do Cruzeiro Esporte Clube. A escolha editorial por destacar tais elementos colabora para um enquadramento que prioriza a imagem de união e superação coletiva, em detrimento de discussões mais complexas e críticas sobre os processos de responsabilização, reparação e a atuação das empresas envolvidas.

Esse tipo de narrativa tende a enaltecer o valor da solidariedade individual ao mesmo tempo em que silencia os conflitos estruturais e os interesses econômicos que contribuíram para a tragédia. O destaque dado a homenagens a empresários, membros do Judiciário, militares e figuras da elite local reforça a valorização das esferas institucionais de poder e sua tentativa de controle simbólico da memória do crime. Curioso é não haver, entre os homenageados, nenhum representante de movimentos sociais, Igreja, comissão de atingidos, ou mesmo, a "heroína" que salvou professoras e alunos da Escola de Bento Rodrigues ao correr ao distrito, em sua moro, e avisar que a barragem havia rompido.

Ao optar por uma cobertura predominantemente laudatória, a matéria negligencia as vozes críticas e os atingidos que, um ano após o rompimento, ainda enfrentavam deslocamento, insegurança jurídica e precariedade nas políticas de reparação. Essa escolha jornalística evidencia uma forma de enquadramento conciliador, um movimento que tenho observado ser comum entre os dois veículos analisados. Pelo fato de ambos estarem situados em contextos de minério-dependência, a crítica ao sistema que sustenta a economia local tende a ser contida por discursos de estabilidade, superação e reconstrução.

Em resumo, um ano após o crime do rompimento da barragem, os dois jornais realizam uma revelam preferências sutis por discursos que reforçam a centralidade da mineração como base econômica local. A assimetria na valorização das vozes e a ênfase nas soluções técnicas sem problematização dos interesses envolvidos mostram um enquadramento que busca acomodar as tensões sociais em nome da estabilidade econômica.

### **4.3 Ano 2017: “Dois anos sem funcionar. Até quando a Samarco vai aguentar?”**

Dois anos após o rompimento da barragem de Fundão, o Jornal O Espeto dedica uma página inteira (4) à reflexão sobre a paralisação das atividades da Samarco e seus efeitos sobre a economia local. O texto, assumidamente opinativo e pessoalizado, se afasta de uma lógica jornalística informativa e adota uma postura de apelo à retomada da mineradora.

O título já antecipa o ponto de vista da matéria: a preocupação não está centrada na reparação dos danos socioambientais, mas na sobrevivência econômica da empresa. O texto não discute se a Samarco deve voltar, mas quando, partindo da premissa de que a paralisação não é sustentável. Essa estrutura argumentativa encarna o cerne da minério-dependência: a economia de Mariana (e da região) é narrada como inviável sem a mineração, e não se apresentam alternativas possíveis. A pergunta retórica que guia a matéria “até quando a Samarco vai aguentar pagar sem funcionar?” funciona como elemento estruturante do enquadramento, que reposiciona a empresa como vítima de uma situação insustentável, invertendo a lógica da responsabilização.

A redação recorre a elementos históricos para naturalizar a continuidade da mineração como condição inevitável da vida regional. Ao relembrar tragédias como o desabamento de uma mina no Taquaral (1750) e a inundação da Mina da Passagem (1914), a narrativa reforça a ideia de que os “acidentes” fazem parte da trajetória minerária, sem que isso justifique a interrupção da atividade. Nesse sentido, o rompimento da barragem da Samarco é apresentado como mais um episódio dentro de uma longa e inevitável tradição de incidentes.

Além disso, o texto promove uma inversão das responsabilidades ao sugerir que os prejuízos socioeconômicos de Mariana são consequência da demora em autorizar o retorno da Samarco e não menciona as perdas socioambientais causadas pela empresa. Termos como “vingança” são empregados para se referir à suposta demora na liberação ambiental, enquanto as medidas reparatórias são reconhecidas apenas de forma genérica. O foco recai sobre os entraves burocráticos, deslegitimando os processos de fiscalização e decisão coletiva. Nessa matéria, os órgãos públicos e atores da sociedade civil são representados como obstáculos ao

progresso, descritos de forma irônica: “todo mundo empinando o peito igual galo garnizé”, ao passo que a empresa aparece como agente comprometido com a geração de empregos, renda e estabilidade local.

A reportagem também recorre ao discurso da urgência e da crise para fortalecer a narrativa pró-retomada, destacando a queda na população da cidade, o aumento do desemprego e a presença de moradores em situação de rua. No entanto, a única solução apresentada é a reativação das operações da Samarco, não se mencionando outras alternativas econômicas nem os recursos oriundos dos acordos de reparação. A população trabalhadora é, assim, instrumentalizada como elemento de pressão moral: seu sofrimento é apresentado como justificativa para a flexibilização das exigências legais e ambientais. Diante disso, o jornal atua, não apenas como mediador de informações, mas como ator político que legitima a mineração enquanto único horizonte possível. Essa reportagem exemplifica o papel da imprensa local na manutenção simbólica e discursiva da minério-dependência. Ao alinhar-se à lógica empresarial e ao construir a Samarco como protagonista necessária para a sobrevivência da cidade, o jornal contribui para a reprodução de uma narrativa que naturaliza a vulnerabilidade social e ambiental como preço inevitável do “progresso”.

Na página 10 da edição 413 do Jornal O Espeto, a matéria intitulada “Mariana desenvolve novo Código Ambiental” é um release da prefeitura municipal de Mariana e apresenta uma abordagem propositiva ao abordar o impacto do rompimento da barragem de Fundão, enfatizando a criação de um novo instrumento jurídico-ambiental como sinal de aprendizado e amadurecimento da administração municipal. A narrativa da reportagem é predominantemente informativa, com forte ancoragem em fontes oficiais, e prioriza um enquadramento que destaca o poder público como agente ativo na resposta à tragédia.

Desde os primeiros parágrafos, a matéria estabelece uma ligação causal direta entre o rompimento da barragem e a necessidade de reformulação das políticas públicas ambientais do município. Ao qualificar o desastre como “a maior tragédia ambiental da história do Brasil”, o texto confere legitimidade e gravidade ao contexto que justifica a criação do Código Ambiental. No entanto, esse discurso inicial rapidamente dá lugar a uma retórica de reconstrução, onde a Prefeitura de Mariana é posicionada como protagonista de um processo moderno, transparente e participativo.

A matéria articula o discurso da inovação institucional a partir de uma lógica tecnocrática e funcional “pela primeira vez na história de Mariana”, tem como função simbólica reforçar a imagem de avanço e competência da atual gestão municipal. A tragédia, nesse

enquadramento, é transformada em catalisador de mudanças positivas, o que reconfigura a narrativa da dor e da destruição para uma de aprendizado e superação institucional.

No entanto, a predominância de vozes oficiais (prefeito, secretário de meio ambiente e procuradora do município) e a ausência de menções a especialistas externos, movimentos sociais e mesmo dos atingidos, indicam um enquadramento centrado na atuação municipal, sem mediações críticas ou tensionamentos. Essa escolha editorial reforça uma perspectiva de governança verticalizada, na qual a legitimidade da ação pública é autoafirmada e o poder de decisão é concentrado nos atores institucionais.

Adicionalmente, a matéria dá destaque à criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente e à reconfiguração do CODEMA, instâncias que, embora representem avanços em termos de governança ambiental, também são inscritas numa lógica de compensação, comum à atuação da Fundação Renova. Por fim, ao apresentar o Código como fruto de um processo transparente e participativo, mas sem evidenciar de que forma a sociedade civil foi ouvida, o texto constrói uma imagem positiva da gestão municipal que não necessariamente se traduz em efetividade democrática. A menção à “transparência” aparece como um adjetivo legitimador, mas sem provas documentais ou testemunhos que sustentem essa narrativa.

### **O Liberal Inconfidentes**

A edição 1265, da primeira semana de novembro de 2017, o Jornal O Liberal Inconfidentes mostra uma tensão discursiva logo em sua capa. Publicada na semana que marca os dois anos do rompimento da barragem de Fundão, a capa do periódico evidencia uma tensão discursiva importante: a convivência, lado a lado, entre o luto simbólico pelas vítimas da tragédia e a pauta econômica dos municípios mineradores em defesa de maior arrecadação por meio da CFEM. Ao organizar sua capa dessa maneira, o jornal revela uma estrutura de dupla narrativa que, embora não seja explicitamente contraditória, traz implicações significativas sobre as prioridades e os enquadramentos jornalísticos na cobertura do pós-rompimento.

A manchete afirma: "Alíquota mais justa sobre o minério de ferro é pauta de reunião em Brasília", com linha fina que informa a mobilização de prefeitos e representantes de cidades mineradoras. A ênfase visual e editorial dada a essa matéria, que inclusive ocupa o espaço nobre da primeira página, evidencia a centralidade que o jornal atribui à pauta tributária e ao discurso dos gestores públicos locais em defesa do aumento da arrecadação. O texto principal dá voz exclusivamente às autoridades municipais e à Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (AMIG), reiterando a ideia de que a compensação financeira pela mineração é

um direito dos municípios, sem qualquer problematização quanto ao modelo extrativista que sustenta essa lógica compensatória.

A defesa de uma alíquota fixa de 4% sobre a receita bruta é apresentada como um debate legítimo frente à injustiça de um modelo que, segundo os representantes, permitiria manipulações. No entanto, ao priorizar esse enfoque logo na capa e tratá-lo com tom técnico e político, o jornal reforça um tipo de enquadramento de que a resposta à tragédia deve se dar, também, pela via econômica. Ou seja, é um enquadramento que tende a invisibilizar os sujeitos atingidos e as contradições do regime de minério-dependência.

Logo abaixo, no entanto, encontra-se uma matéria que mobiliza outra gramática discursiva: a da memória, da dor e da espiritualidade. A reportagem “Arcebispo de Mariana celebra missa pelas vítimas da tragédia” relata a cerimônia eucarística em homenagem às vítimas do rompimento da barragem, destacando trechos da homilia de dom Geraldo Lyrio Rocha. O arcebispo enfatiza que “não existe dinheiro que pague uma vida perdida” e que “a vida não tem preço”. Essas falas operam como um contraponto ético e simbólico à lógica econômica da matéria principal da capa.

Na lateral esquerda da capa, uma chamada de capa remete à página 6 com a nota: “Bento Rodrigues é lembrada por alunos”, indicando uma terceira matéria no jornal acerca do tema. Ainda que não haja destaque visual significativo para essa chamada, sua presença sinaliza uma tentativa de distribuir o assunto do rompimento por diferentes seções do jornal.



Fonte: Jornal O Liberal Inconfidentes

Ainda nesta edição, O Liberal Inconfidentes traz, na página 2, uma charge intitulada “Tragédia anunciada”. O subtítulo é “2 anos de poluição, descaso e impunidade”. Dividida em duas cenas, ambas são retratadas com traços simples e fundo seco, simbolizando aridez e abandono. À esquerda, no quadro datado 05-11-2015, o dia do rompimento da Barragem, vemos uma multidão em estado de agitação: pessoas gritam, levantam cartazes que dizem “Queremos Justiça!”, “Como vamos pescar?” e “Cadê nosso barraco? Nosso lar?”. A cena remete à indignação imediata, à comoção coletiva e à presença dos atingidos enquanto sujeitos políticos ativos. É um momento de mobilização e de clamor por responsabilização.

No quadro da direita, datado de 05-11-2017, a paisagem é quase desértica. A mesma área, antes ocupada por pessoas, agora aparece esvaziada. Restam apenas poucos personagens isolados, em meio ao chão seco e rachado. Em meio a isso, uma placa que diz “FORA TEMER”, enquanto outros poucos indivíduos e animais parecem afundados ou parcialmente soterrados, reduzidos a mãos que ainda se erguem do solo. O que antes era coletivo, agora é fragmentado. O clamor é substituído pelo silêncio, pela dispersão e pelo esquecimento.

Essa composição visual aponta para um processo de silenciamento e esvaziamento da luta dos atingidos. A escolha da palavra "impunidade" no subtítulo legitima a análise. Passados dois anos, o que resta é uma terra devastada e poucos gritos de resistência. Gritos esses que são abafados por um cenário de normalização da destruição no cotidiano dessas pessoas.

A matéria publicada na página 6 desta edição traz a cobertura do lançamento da coletânea de livros escritos por alunos da Escola Municipal de Bento Rodrigues, no evento realizado em 5 de novembro de 2017, data que marca os dois anos do rompimento da barragem de Fundão. O texto apresenta o projeto pedagógico “Do passado ao presente: Futuro? Reconhecendo o tempo!” como uma ação simbólica de ressignificação da tragédia, mediada pela expressão artística e narrativa das próprias crianças atingidas.

A matéria enfatiza o envolvimento emocional dos participantes e a importância de se preservar a memória coletiva. A valorização da iniciativa escolar aparece como tentativa de recuperar a noção de pertencimento e identidade de um território que foi violentamente desestruturado. A presença do prefeito Duarte Júnior no evento também é sublinhada pelo jornal, como forma de reforçar a legitimidade pública da iniciativa. Sua fala: “estar junto com as crianças nesse momento, para mim, foi muito especial”, carrega uma carga afetiva, o que contribui para o enquadramento emocional da matéria. O gesto do poder público é apresentado como acolhimento e empatia, ainda que de forma simbólica, o que pode suavizar a percepção de distanciamento ou omissão institucional.

A redação menciona a maquete do “novo Bento”, embora o texto não traga informações sobre o andamento real das obras ou sobre a participação das famílias no processo de reconstrução. A ausência de dados sobre os impactos concretos do desastre no cotidiano das crianças, como deslocamento, perda de vínculos e precariedade escolar, também evidencia um vazio informativo que suaviza a complexidade do contexto vivido.

Figura 10: Cartaz da Prefeitura de Mariana publicado na edição 1265 do Jornal O Liberal  
Inconfidentes



Fonte: Jornal O Liberal Inconfidentes

O Liberal Inconfidentes publicou um cartaz da Prefeitura de Mariana na edição 1265. Cobrindo uma página inteira (7), com o título "Dois anos de luta, trabalho e esperança", o anúncio representa o posicionamento da administração municipal acerca da efeméride de dois anos da tragédia do rompimento da barragem de Fundão. Nele, a administração municipal adota uma linguagem publicitária e simbólica para marcar a data de dois anos do desastre, buscando apresentar uma narrativa de reconstrução, superação e compromisso com o bem-estar da população atingida.

A escolha lexical do cartaz evidencia uma tentativa de capitalizar politicamente sobre os efeitos da tragédia, mediante o uso de expressões como "luta", "trabalho", "esperança", "reparação", "desenvolvimento social" e "investimentos na saúde e na educação".

O trecho em questão pode ser entendido como um marcador discursivo que revela a maneira como o poder público local lida com a tragédia do rompimento da barragem de Fundão e, ao mesmo tempo, expressa os limites da autonomia política e econômica da cidade diante da atividade minerária. A menção à "paralisação da mineradora Samarco" não está associada a

uma responsabilização pela destruição provocada, mas sim à produção de impactos econômicos negativos. Nesse sentido, o problema não seria a operação predatória da mineradora, mas sim sua ausência no território.

Essa formulação reflete o que Bruno Milanez (2020) caracteriza como minério-dependência estrutural: a dependência econômica, política e simbólica de municípios mineradores em relação às grandes empresas do setor. Mariana é um exemplo emblemático dessa lógica: o poder público e a população local foram historicamente levados a enxergar a mineração como única via possível de desenvolvimento, o que engendra um cenário de submissão e de naturalização das assimetrias de poder. Como consequência, mesmo após uma tragédia de grandes proporções, o discurso institucional não reivindica justiça ou mudanças estruturais, mas a volta da empresa.

Além disso, a expressão "retornos concretos no que diz respeito ao impacto social ocasionado pela paralisação da mineradora" reforça a ideia de que a mineradora é percebida como provedora de bem-estar e estabilidade social, mesmo tendo sido a principal responsável pelo desastre. A gestão pública se coloca, assim, como mediadora de interesses entre a população e a empresa, mas não tensiona ou problematiza essa relação. Pelo contrário, há uma suavização do conflito e uma reprodução do discurso da dependência, como se o único caminho viável para a retomada da normalidade fosse a reativação da atividade mineral.

Esse enquadramento se alinha ao que Chomsky e Herman (2003) chamam de filtro de dependência econômica, no qual veículos de imprensa (e, neste caso, também os órgãos públicos) evitam se confrontar com grandes interesses financeiros, reproduzindo perspectivas que favorecem os patrocinadores ou os principais agentes econômicos da região. Em Mariana, esse filtro se atualiza na forma de uma cumplicidade silenciosa com o setor mineral, que passa a ser não o vilão da história, mas um “ator ausente” cuja volta é desejada. Mesmo diante da devastação, a mineração continua sendo o horizonte de futuro possível, e a crítica estrutural ao modelo extrativista segue ausente. Essa ausência de enfrentamento retórico, expressa no cartaz da prefeitura, evidencia os limites impostos pela minério-dependência à própria produção de sentidos sobre a tragédia.

Na página 8, o Jornal publica uma matéria intitulada “Dois anos após a tragédia, atingidos pela barragem de Fundão cobram mais ação da Samarco e Renova”. O conteúdo está relacionado à justiça, à reparação e ao discurso institucional, ao passo em que ecoa demandas das populações atingidas e evidencia falhas no processo de reassentamento das famílias removidas compulsoriamente após o rompimento da barragem de Fundão.

A matéria constrói uma narrativa baseada em denúncias e testemunhos de moradores das comunidades afetadas, sobretudo Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, e também em declarações do promotor de Justiça Guilherme Meneghin, figura recorrente no noticiário sobre o caso. Ao reproduzir falas de atingidos como Janaína Cecília e Luiza Queiroz, o texto enfatiza a percepção de abandono e o sentimento de descrença frente às promessas de reparação feitas pelas instituições responsáveis. Além disso, o conteúdo articula um tensionamento claro entre o discurso oficial da Fundação Renova e as realidades vividas pelas comunidades atingidas, em especial no que diz respeito à morosidade do reassentamento, à exclusão de pessoas dos cadastros compensatórios e à ausência de apoio material e emocional contínuo. Essa é a primeira vez que os atingidos aparecem como fontes no Jornal.

Percebe-se que o viés adotado por O Liberal Inconfidentes nesta reportagem é crítico em relação às empresas e se aproxima da perspectiva dos atingidos, diferentemente de outras abordagens jornalísticas que buscam uma suposta neutralidade ou reproduzem integralmente versões institucionais. Ao abordar a data simbólica dos dois anos do desastre, o periódico recupera a memória do acontecimento como elemento de cobrança e denúncia. O tempo transcorrido se transforma em um marcador de ineficácia das ações de reparação, funcionando como argumento central da crítica à lentidão dos processos conduzidos pela Samarco e pela Renova. A partir da crítica feita pelo promotor Meneghin, o jornal ainda explicita as falhas técnicas e administrativas das instituições responsáveis pela execução dos reassentamentos, além de destacar a judicialização do processo, evidenciada pela nova ação do Ministério Público exigindo o cumprimento do prazo prometido para março de 2019, sob pena de multa.

Apesar disso, O Liberal inclui uma nota oficial da Fundação Renova ao final da matéria, reserva espaço para que a instituição justifique as falhas, diferente das matérias anteriormente analisadas, em que não aparece a voz da comunidade nas notas, notícias e reportagens envolvendo a Samarco.

Além disso, o texto também traz à tona a minério-dependência, uma vez que a dependência das comunidades à atuação da Samarco e da Renova revela a vulnerabilidade do município diante das grandes corporações e seus mecanismos de reparação, os quais, embora formalmente estruturados por termos de ajustamento de conduta, enfrentam sucessivos entraves e desrespeitos às populações diretamente afetadas.

Por fim, a presença da Cáritas como assessoria técnica também remete ao papel das organizações da sociedade civil no acompanhamento e na defesa dos direitos dos atingidos, o que amplia o espectro das vozes incluídas na matéria e reforça a multiplicidade de agentes envolvidos na disputa por justiça e reparação. Em síntese, esta reportagem representa uma das

abordagens mais críticas e aprofundadas sobre o tema entre as edições analisadas do Jornal O Liberal Inconfidentes, mas ainda não é de fato um instrumento de denúncia e de preservação da memória coletiva nos territórios marcados pelo desastre socioambiental causado pela mineração.

#### **4.4 Ano 2018: “Samarco planeja voltar a minerar em 2019”**

Na edição 463 do jornal O Espeto, publicada na primeira semana de novembro de 2018, a matéria de capa, intitulada “Samarco planeja voltar a minerar em 2019”, tem como foco central a apresentação, por parte da Samarco, do plano de retomada das atividades da mineradora. O texto destaca o encontro entre representantes da empresa e os prefeitos de Mariana e Ouro Preto, além de outros membros do governo local, em uma visita técnica à área de mineração. Esse tipo de cobertura já evidencia um dos principais aspectos do enquadramento: a valorização do ponto de vista das autoridades políticas e empresariais, em detrimento das vozes dos atingidos ou de outros setores críticos à retomada precoce das operações da mineradora que causou o desastre.

A matéria se ancora em declarações de fontes oficiais institucionais, como a do diretor-presidente da Samarco, Rodrigo Vilela, que afirma que “o principal objetivo da Samarco é retomar as atividades da empresa para continuar contribuindo com o desenvolvimento da região e de uma forma integrada”. Ao reproduzir esse tipo de fala sem contrapontos ou problematizações, o jornal O Espeto reforça uma narrativa centrada no retorno do “progresso” e na “contribuição econômica” da mineradora para os municípios. O jornal, portanto, reafirma a lógica da mineração como atividade estruturante da economia local, sem tensionar os impactos socioambientais do rompimento da barragem nem a responsabilização da própria Samarco passados três anos.

É importante observar que, mesmo três anos após o desastre-crime, a matéria não menciona os atingidos, os processos de reparação e criminais em curso, os conflitos socioambientais decorrentes do rompimento ou qualquer forma de contestação à volta das atividades da empresa. O foco é exclusivo na retomada da produção e na readequação técnica da empresa junto aos órgãos de meio ambiente, sugerindo uma naturalização do retorno da Samarco e minimizando o contexto trágico que levou à sua paralisação. Isso evidencia a centralidade da mineração no desenvolvimento local e a dependência das prefeituras, do Governo estadual e do veículo de comunicação, em relação às receitas advindas da atividade mineradora. A presença dos prefeitos na visita e o tom favorável da matéria sugerem que a paralisação da Samarco impôs dificuldades fiscais aos municípios, o que ajuda a explicar o

apoio declarado ao retorno da mineradora. No entanto, o jornal não aprofunda essas questões e tampouco explora os riscos ou as tensões políticas e sociais envolvidas nessa retomada.

Trago, ainda, para a discussão algo que me chamou atenção nesta edição. Publicado na página 2 de O Espeto, um informe do próprio jornal a respeito dos acessos à sua página na Internet, reitera o apoio institucional à mineração e sinaliza o interesse e a forte recepção pública a esse tipo de cobertura.

Figura 11: Informe publicado na página 2 da edição 463 do Jornal O Espeto

## **MAIS DE MIL VISITAS NO SITE DO JORNAL O ESPETO POR DIA**

As notícias sobre a visita dos prefeitos de Mariana e Ouro Preto a cava sul da Samarco e a notícia	sobre apoio do Governador eleito Romeu Zema a maior agilidade no setor da mineração foram	as mais vistas durante a semana no site <a href="http://www.jornaloespeto.com.br">www.jornaloespeto.com.br</a> , com mais de mil acessos !	Receba notícias direto no seu celular: cadastre-se: mande mensagem para 31-98844-8976.
--	---	--	--

Fonte: Jornal O Espeto

Ao destacar que as notícias mais acessadas da semana foram justamente aquelas relacionadas à visita dos prefeitos de Mariana e Ouro Preto à cava sul da Samarco e ao apoio do então governador eleito Romeu Zema à aceleração dos processos de licenciamento à retomada da mineradora, o jornal valida editorialmente o interesse do público por temas que favoreçam a volta das atividades da Samarco na região.

Trata-se de um exemplo de como o veículo utiliza os dados de audiência para reforçar sua linha editorial, neste caso, uma cobertura favorável à mineração, e, ao mesmo tempo, ampliar seu alcance com estratégias de engajamento, como o convite ao cadastro via WhatsApp. Embora o número de acessos possa ser visto como indicativo de interesse da população, ele também pode ser interpretado como reflexo da minério-dependência comunicacional: em um contexto em que os municípios afetados têm sua economia e política local fortemente atreladas à mineração, os temas relacionados à reativação da Samarco tendem a mobilizar maior atenção e expectativa social.

Adiante, na página 3, O Espeto dá continuidade à matéria que foi manchete de capa. Sob o título, “Samarco recebe prefeitos de Mariana e Ouro Preto no Complexo de Germano”, o texto reforça e amplia o enquadramento institucional favorável à mineração. O conteúdo reafirma a narrativa de retomada das atividades da Samarco como um avanço esperado e

necessário, sobretudo ao destacar a expectativa de obtenção das licenças ambientais, ao longo de 2019, o volume de empregos a ser gerado e o compromisso com a contratação de mão-de-obra local. A reportagem destaca, sem qualquer crítica ou contraponto, a presença de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais no canteiro de obras da mineradora, o que sugere uma naturalização da relação entre poder público e setor minerário, evidenciando o quanto os gestores locais estão politicamente comprometidos com o retorno das operações da empresa.

Além disso, a ênfase na promessa de geração de empregos e na contratação de trabalhadores locais funciona como estratégia retórica eficaz para conquistar a opinião pública, sobretudo em um contexto de crise econômica e desemprego acentuado após o rompimento da barragem, em 2015. A matéria não menciona o histórico da empresa nem os danos causados pelo rompimento, tampouco as questões pendentes de reparação, tanto no campo social quanto ambiental, assim como os processos criminais em curso no qual são investigadas as responsabilidades sobre o desastre. Ao omitir esses aspectos, o jornal contribui para a construção de uma memória coletiva silenciada do desastre, deslocando o foco da cobertura para o futuro promissor que a retomada das atividades mineradoras promete proporcionar à região.

Nesse mesmo ano, O Espeto volta a abordar a temática do pós-rompimento, porém, em um movimento editorial que destoa do padrão hegemônico das edições anteriores. A edição 464, publicada na segunda semana de novembro de 2018, dá visibilidade à atuação crítica dos atingidos em relação ao desastre. Intitulada “Comitiva dos atingidos fazem manifestação em Londres e criticam Renova”, a manchete principal da capa dessa edição coloca em foco uma articulação internacional protagonizada por representantes das comunidades atingidas, três anos após o rompimento da barragem de Fundão. Ao noticiar a presença da comitiva em Londres, na Inglaterra, com compromissos junto a parlamentares britânicos, organizações não-governamentais e acionistas da BHP Billiton, a matéria confere legitimidade ao movimento dos atingidos e reconhece a existência de tensões e disputas ainda em aberto no processo de reparação.

O conteúdo destaca que, no dia 5 de novembro daquele ano, foi realizado um protesto às margens do Rio Tâmisa com faixas, cartazes e falas públicas denunciando violações de direitos por parte das mineradoras responsáveis pelo desastre e da Fundação Renova, encarregada das ações reparatórias. A fotografia que acompanha a manchete reforça o caráter político do ato, mostrando manifestantes empunhando imagens de destruição ambiental e uma faixa escrita em inglês, com os dizeres: “Justice for Brazil’s Doce River Communities: 3 years

since Brazil's worst environmental disaster" (Justiça para as comunidades do Rio Doce no Brasil – 3 anos do pior desastre ambiental do Brasil”).

Enquanto na edição anterior o discurso institucional e empresarial ocupava o centro da narrativa, agora há uma valorização, ainda que pontual, da mobilização das vítimas e da crítica à lentidão e seletividade da reparação. Essa mudança de foco, embora não implique uma guinada editorial, revela um ponto importante na cobertura do periódico, uma vez que rompe com a invisibilização sistemática das vozes dissonantes em relação às mineradoras e à Fundação Renova. Nesse sentido, esta matéria da edição 464 oferece um raro momento de visibilidade aos atingidos como sujeitos políticos. Eles não aparecem apenas como vítimas passivas da destruição, mas como articuladores de estratégias de denúncia e de busca por justiça em instâncias internacionais. Isso é especialmente relevante quando se considera a moeda simbólica que atuações no exterior podem representar no campo interno.

Além disso, ao noticiar críticas à Fundação Renova já no título, o jornal reconhece o centro de uma disputa que se mantém viva no território: a contestação do modelo de governança da reparação, frequentemente acusado de falta de transparência, concentrador e distante das comunidades atingidas. A ausência de contraponto na matéria, isto é, sem falas da Fundação ou das mineradoras, sinaliza que, nesta edição, o jornal optou por não diluir a crítica com discursos oficiais, o que pode ser interpretado como uma abertura, mesmo que circunstancial, à perspectiva dos atingidos.

Dessa forma, a edição 464 pode ser lida como um ponto de inflexão na cobertura do Jornal O Espeto, por brevemente deslocar o foco das instituições estatais e empresariais e abrir espaço à narrativa dos atingidos. Tal abertura contribui, ainda que modestamente, para a construção de uma memória crítica do desastre e para o reconhecimento do caráter político da luta por reparação. Em uma publicação marcada majoritariamente por conteúdos alinhados à retomada da mineração e ao discurso institucional, essa edição configura um momento de exceção que permite vislumbrar a complexidade do campo de disputas simbólicas instaurado em Mariana após o rompimento da barragem de Fundão.

Mas isso logo se dilui, quando na página 2, O Espeto expressa de maneira contundente uma posição alinhada à defesa da retomada das atividades da mineradora Samarco. Com o título “Chicote na Renova e na Samarco. Mas a dor é do povo que sofre com a demora da volta da mineração”, o texto se constrói sobre uma contraposição entre dois tipos de dramas: de um lado, o rompimento da barragem de Fundão, que vitimou pessoas, destruiu comunidades e afetou o meio ambiente; de outro, os efeitos econômicos e sociais decorrentes da paralisação da mineração, apontados como igualmente devastadores para a população local.

Trata-se de um discurso que relativiza o desastre de 2015 ao classificá-lo como apenas uma das faces da crise vivida por Mariana, reforçando uma lógica segundo a qual os impactos econômicos da paralisação superam, em importância e urgência, os danos ambientais e humanos causados pelo rompimento. Ao referir-se à “outra tragédia” (o desemprego, o fechamento de comércios, o êxodo de famílias e a decadência do turismo), o editorial constrói uma hierarquia de sofrimentos que desloca a centralidade da narrativa para o colapso econômico local e deslegitima o discurso dos atingidos e dos movimentos sociais que ainda denunciam os efeitos da lama.

O texto editorial emprega uma retórica que mescla elementos de senso comum, indignação popular e ironia. Ao dizer que “esse discurso social não serve” ou que “Mariana serve de palanque”, o autor desqualifica as mobilizações em torno da reparação ambiental e dos direitos das vítimas, sugerindo que tais pautas não apenas atrasam a retomada da mineração como também colocam em risco o futuro da cidade. A comparação feita com o acidente na Mina da Passagem, em 1914, já feita anteriormente pelo jornal, revela mais uma vez uma perspectiva que valoriza a normalização de tragédias como parte do cotidiano da mineração, em contraste com o que seria uma sociedade contemporânea excessivamente burocrática e sensível às perdas humanas e ambientais.

Há, portanto, uma operação discursiva que busca resgatar uma espécie de “ética do trabalho”, em que o sofrimento decorrente do desemprego é apresentado como mais real, mais legítimo e mais urgente do que o sofrimento das vítimas do rompimento. Essa inversão é reforçada pela crítica direta a protestos internacionais que utilizam imagens da destruição, considerados no texto como prejudiciais à imagem da cidade e ao turismo, e não como instrumentos legítimos de denúncia e pressão política. Dessa forma, o editorial desautoriza simbolicamente as ações dos atingidos (inclusive aquelas noticiadas na própria edição, como a comitiva em Londres) e reforça uma lógica de reconciliação com a mineração a qualquer custo.

### **O Liberal Inconfidentes**

Na edição 1314, de 9 de novembro de 2018, O Liberal Inconfidentes publica apenas uma reportagem sobre o assunto chave desta monografia em sua última página, a 12. “Tragédia de Mariana: três anos depois atingidos participaram de atos políticos e simbólicos para lembrar a data que marca 3 anos do rompimento e reivindicar agilidade nas reparações de danos”. A reportagem adota uma perspectiva crítica, centrada na memória do desastre e nas mobilizações sociais para manter vivo o debate sobre justiça e reparação. A escolha das fontes de informação evidencia esse direcionamento: representantes da Comissão de Atingidos, do Movimento dos

Atingidos por Barragens (MAB), da Cáritas Brasileira e até uma comitiva enviada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos são destacadas como agentes ativos na luta por direitos. Essa abordagem se distancia do silenciamento ou secundarização da voz dos atingidos, prática comum em coberturas que priorizam a recuperação econômica ou os pronunciamentos oficiais.

Ao trazer falas como a de Antônio Pereira Gonçalves (“Da Lua”), que denuncia o cansaço e o sentimento de abandono após três anos sem solução efetiva, O Liberal Inconfidentes contribui para a visibilização do sofrimento prolongado e da morosidade no atendimento às demandas por justiça das comunidades atingidas. A matéria reconhece, ainda que brevemente, o papel da Samarco e da Fundação Renova, mas de forma contextualizada e crítica, especialmente ao mencionar que o início das obras da Cava Alegria Sul ainda não tem data definida para retorno das atividades e que a Renova está apenas iniciando processos de negociação de indenizações.

Dessa forma, O Liberal Inconfidentes se posiciona, ao menos nessa edição, como um veículo que reconhece o desastre como um processo contínuo e não encerrado, e que se dispõe a dar espaço aos conflitos, disputas e injustiças que ainda permanecem três anos depois do rompimento. Esse tipo de cobertura contribui para a construção de uma memória coletiva plural e crítica sobre o desastre da Samarco, considerando as disputas em torno dessa rememoração *versus* o silenciamento, além de tensionar a narrativa dominante que tende a minimizar os impactos e a naturalizar a reativação das atividades mineradoras como uma saída incontornável para a crise local.

#### **4.5 Ano 2019: “Quanto valem as vidas perdidas?”**

Na edição 515, publicada na última semana de outubro de 2019, a manchete de capa anuncia: “Poucas casas em construção no novo Bento Rodrigues”, acompanhada de uma declaração do então secretário municipal de obras, Fábio Vieira, na linha fina: “Se os projetos chegassem sem erros com certeza já teriam sido liberados”. O enunciado traz à tona o atraso nas obras do reassentamento das famílias de Bento Rodrigues atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido quatro anos antes, colocando em evidência um processo marcado pela morosidade, erros técnicos, falhas de planejamento e decisões horizontalizadas.

O enquadramento adotado pelo jornal nesta manchete evidencia uma perspectiva de cobrança, ao sinalizar que a responsabilidade pelos atrasos estaria ligada à qualidade dos projetos submetidos para aprovação, indicando que os entraves burocráticos não se limitam à esfera do poder público, mas também envolvem a atuação das empresas responsáveis pelas

obras (Fundação Renova). Nesse sentido, o discurso remete à narrativa recorrente nos anos anteriores sobre a falta de agilidade da Fundação Renova e da própria Samarco, reiterando o sentimento de frustração vivido pelos atingidos, que permaneciam em situação de espera e incerteza quanto à reconstrução de suas moradias.

A matéria retoma a lembrança do rompimento a partir do símbolo de maior visibilidade do processo reparatório: a reconstrução de Bento Rodrigues. A ênfase nas “poucas casas” construídas atua como evidência às promessas feitas desde 2015 e aos resultados concretos obtidos até então. Assim, a cobertura contribui para a construção de uma narrativa que denuncia não apenas o desastre em si, mas também a continuidade dos danos, do sofrimento e a dificuldade de superação de seus efeitos, apontando para a permanência de um cenário de vulnerabilidade e para a ineficiência dos mecanismos institucionais criados para garantir os direitos dos atingidos.

O editorial da página 2, intitulado “O que falta para Samarco voltar?”, reforça, mais uma vez, o discurso em defesa da retomada das atividades minerárias, ao mesmo tempo em que apresenta uma reflexão sobre a necessidade de diversificação econômica em Mariana. Logo no início, o texto lança mão de um provérbio rural: “Na roça não se pode plantar uma planta só”, para sustentar a tese de que a dependência exclusiva da mineração torna a cidade vulnerável a crises, como a enfrentada após o rompimento da barragem de Fundão, quando a paralisação da Samarco resultou em forte retração econômica.

A narrativa editorial é marcada por um tom de cobrança, direcionado principalmente às instâncias burocráticas que, segundo o autor, estariam atrasando a volta das atividades da mineradora. A referência à “burocracia infernal” e à necessidade de licenciamento ambiental é utilizada para enfatizar que os entraves institucionais dificultariam a recuperação econômica da cidade. Nessa perspectiva, o jornal adota uma postura crítica em relação ao ritmo da reparação e da liberação de licenças, ao mesmo tempo em que apresenta a própria Samarco como um agente resiliente, disposto a suportar as pressões sociais e regulatórias porque acredita no potencial minerário da região.

Novamente no editorial é feita uma comparação histórica com o acidente de 1918, na Mina da Passagem, e é relativizado o rompimento de 2015, sugerindo que, em outros contextos, tragédias foram superadas de forma mais célere, sem a paralisação prolongada da atividade minerária. O argumento de que “uma coisa é o rompimento da barragem, outra coisa é a volta da empresa” sintetiza essa questão, separando a responsabilidade pelo desastre da necessidade de garantir a continuidade da mineração como atividade econômica essencial à cidade.

Embora o editorial ressalte a importância de pensar em alternativas, como a educação e o turismo, sua defesa prioritária permanece atrelada à mineração, vista como a base insubstituível do desenvolvimento local. Esse duplo movimento dialoga diretamente com o conceito de mineralização social (Araoz, 2013), segundo a qual em municípios minerados, a dependência econômica da atividade mineral não apenas estrutura a economia, mas também molda relações sociais, culturais e políticas. Trata-se de um processo em que a lógica extrativista incute a vida cotidiana, naturalizando práticas, discursos e valores que legitimam a mineração como única via de progresso. Essa mineralização da condição humana se manifesta, segundo o autor, na banalização da violência e do terror, elementos considerados essenciais para a manutenção desse modo de produção, e contribui para a dificuldade estrutural de romper com o ciclo de dependência minerária. A centralidade da mineração na economia e na arrecadação municipal cria um ambiente político e social resistente a mudanças estruturais, reforçando a ideia de que, sem a atividade mineral, o desenvolvimento local se tornaria inviável.

Dessa forma, o editorial não apenas manifesta o posicionamento do jornal diante do debate sobre a retomada da Samarco, mas também revela como a imprensa local, ao mesmo tempo em que rememora a tragédia, reproduz discursos que naturalizam a centralidade da mineração e pressionam pela sua continuidade, ainda que reconhecendo a necessidade de buscar caminhos alternativos para o futuro.

Também foi publicado integralmente um release da Fundação Renova, na página 14, informando o repasse de R\$ 1,84 bilhão em indenizações e auxílios para cerca de 320 mil pessoas. O texto, reproduzido sem qualquer contextualização crítica, reforça a imagem institucional da Fundação como eficiente e transparente, contrastando com os frequentes relatos de lentidão e insuficiência do processo de reparação, mostrados na mesma edição deste periódico. Assim, novamente o jornal atua como canal de divulgação do discurso oficial, sem contemplar as contradições vividas pelos atingidos.

## **O Liberal Inconfidentes**

Na edição 1364, publicada em 8 de novembro de 2019, O Liberal Inconfidentes trouxe, na manchete de capa “Quanto valem as vidas perdidas?”, uma cobertura marcada pela centralidade da voz dos atingidos e pela crítica ao processo de reparação conduzido pela

Fundação Renova. A reportagem retratou o evento “Mariana 4 anos: Plantando a resistência”, organizado pela Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão e pela Cáritas Brasileira, destacando que a luta por justiça e reparação permanece como pauta prioritária quatro anos após o rompimento.

O texto deu ênfase a falas de lideranças comunitárias, como Maria do Carmo, que questionou o valor atribuído pela Fundação Renova às perdas sofridas, e ressaltou a desproporção entre a sistematização de danos proposta pela entidade e a realidade vivida pelos atingidos. Além disso, a reportagem trouxe a análise da pesquisadora Flávia Braga Vieira, que classificou o rompimento como crime ambiental e grave violação de direitos humanos, reforçando a possibilidade de internacionalização das denúncias no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos. É a primeira vez que o acontecimento é nomeado como crime na amostra das edições analisadas até aqui.

Também foi destacado o depoimento de Gladston Figueiredo, da Cáritas Brasileira<sup>13</sup>, que sublinhou a construção coletiva da matriz de danos<sup>14</sup> pelos atingidos, em contraposição à metodologia adotada pela Fundação Renova, considerada excludente e insuficiente por não contemplar aspectos imateriais e morais. Dessa forma, a cobertura do periódico enfatiza a resistência dos atingidos, reconhece a gravidade do desastre como violação de direitos e se distancia do enquadramento econômico predominante em outros jornais locais, revelando um perfil mais crítico e alinhado às pautas sociais.

A reportagem publicada na página 9 desta edição evidencia mais uma dimensão do longo processo de reparação após o rompimento da barragem de Fundão: os riscos à saúde das populações atingidas. Sob o título “Quatro anos depois da tragédia de Bento Rodrigues, Renova é acusada de omitir dados sobre riscos à saúde de atingidos”, a reportagem se apoia em investigação da Agência Pública, revelando que um estudo encomendado pela própria Fundação Renova identificou contaminação por metais pesados em diversas comunidades de Mariana e Barra Longa, classificando-as como “perigo urgente para a Saúde Pública”. Apesar da gravidade, os dados não foram divulgados, sob a justificativa de restrições legais.

O periódico apresenta nesta matéria uma crítica à postura da Fundação Renova e também do governo de Minas Gerais, que, segundo os atingidos, deixou de prestar o suporte necessário. O depoimento de Antônio Pereira Gonçalves, da Comissão dos Atingidos, reforça

---

<sup>13</sup> Organização de assistência social sem fins lucrativos no Brasil. É um serviço da Igreja Católica no Brasil e membro da Caritas Internationalis e da Cáritas América Latina e Caribe. Presta serviço de Assessoria Técnica Independente para os atingidos por barragens.

<sup>14</sup> Documento elaborado pela Cáritas e outras instituições para a reparação integral das vítimas, buscando quantificar e qualificar os prejuízos sofridos.

o sentimento de desamparo: “Da Renova esperamos tudo, mas o governo do Estado deixar acontecer o que está acontecendo?”. A presença de falas de lideranças comunitárias amplia a legitimidade da denúncia, colocando os atingidos como protagonistas na narrativa.

A reportagem também destaca a lentidão no encaminhamento das medidas de saúde: embora o estudo tenha sido concluído em março de 2019, somente em agosto chegou à Secretaria de Estado de Saúde, que ainda avaliava os resultados no momento da publicação. Essa demora prolonga a exposição das famílias aos riscos e reforça a percepção de negligência. Ao listar as ações propostas, o jornal mostra que soluções existem, mas seguem sem execução efetiva. Diferente de O Espeto, que, conforme as análises feitas até o momento, tende a reproduzir releases da Renova e a enfatizar a importância da mineração para a economia local, O Liberal Inconfidentes prioriza a exposição das falhas no processo reparatório e evidencia as consequências diretas do crime para as populações atingidas.

#### **4.6 Ano 2020: “5 anos depois: Comunidade relembra tragédia de Fundão”**

A edição 610 de O Espeto, publicada em 8 de novembro de 2020, chama a atenção, em primeiro lugar, pela ausência de matérias alusivas à efeméride de cinco anos do rompimento da barragem de Fundão. O único conteúdo publicado sobre o tema é um release do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto. Com o título “Dois milhões de multa aplicada a Samarco serão usados em projetos de universidades na Bacia do Rio Doce”, o texto foca na aplicação de recursos provenientes de multas pagas pela Samarco em projetos de extensão e pesquisa realizados por universidades federais (UFOP, UFMG, UFV e IFMG).

O Espeto já havia ignorado a rememoração do rompimento da barragem na edição 516, na primeira semana de novembro de 2019, e publicado, no mês anterior, uma edição dedicada à construção do novo reassentamento de Bento Rodrigues. Desta vez, em 2020, a cobertura prioriza um tema que envolve recursos destinados a ações nas áreas impactadas. No entanto, a abordagem tende a reforçar um enquadramento institucional e de resultados administrativos, deslocando o foco do sofrimento e das reivindicações dos atingidos para os trâmites de aplicação das multas e a atuação de universidades. Além disso, o jornal reproduz um tom de neutralidade técnica, sem tensionar a insuficiência das medidas frente à magnitude da tragédia ou questionar a morosidade das reparações e dos processos judiciais.

O silêncio sobre os cinco anos do rompimento, associado a uma cobertura restrita a um projeto específico, pode ser interpretada como uma escolha editorial de O Espeto, que apaga a memória do desastre e prioriza uma pauta institucional.

## **O Liberal Inconfidentes**

Em contraste, O Liberal Inconfidentes, no mesmo período (primeira semana de novembro de 2020), enfatiza a luta e a resistência dos atingidos por meio da manchete de capa: “5 ANOS DEPOIS: Comunidade relembra tragédia de Fundão”. A edição 1413 de O Liberal, publicada em 6 de novembro de 2020, traz como manchete “5 anos depois: Comunidade relembra tragédia de Fundão”, enfatizando desde o título, o caráter memorial e criminal do desastre, ao qualificá-lo explicitamente como “crime ambiental” ainda impune. O texto reforça a dimensão da tragédia com dados sobre as vítimas, a devastação ambiental, o alcance de 1,9 milhão de pessoas afetadas e a ausência de punições significativas, cinco anos após o rompimento.

O enquadramento adotado é claramente crítico e centrado na perspectiva dos atingidos, dando visibilidade às falas da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) e da Cáritas, que organizam ações de memória e denúncia. O recurso à pergunta “Onde você estava em 05 de novembro de 2015?” reforça o apelo emocional e coletivo, convocando a sociedade a partilhar da memória e da luta por justiça.

Ao contrário de um enfoque técnico-administrativo, a reportagem sustenta um enquadramento de denúncia e resistência, evidenciando a morosidade do sistema judicial e a tentativa de desqualificação do crime, como na retirada da acusação de homicídio, originalmente imputada a diretores e técnicos da Samarco, Vale e BHP Billiton, mas posteriormente desconsiderada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que reclassificou o caso para crimes ambientais e infrações menos graves. Essa decisão representou um marco no processo, reduzindo o peso da responsabilização criminal e reforçando a percepção de impunidade em torno do desastre. A fala da atingida e moradora de Bento Rodrigues, Mônica dos Santos, que afirma que mesmo que todas as reivindicações sejam atendidas as empresas “ainda assim estarão sempre em débito”, sintetiza a percepção de reparação impossível e dívida moral permanente.

Enquanto o O Espeto, na mesma data (edição 610, de 8 de novembro de 2020), não mencionou os cinco anos do rompimento, limitando-se a noticiar a aplicação de recursos de multa em projetos acadêmicos, O Liberal Inconfidentes reafirmou a memória da tragédia e cobrou justiça. Já O Espeto adotou um silêncio significativo sobre a data, reforçando um enquadramento mais institucional e distante da experiência dos atingidos.

A coluna assinada pelo promotor de Justiça, Guilherme de Sá Meneghin, publicada originalmente no jornal A Sirene<sup>15</sup> e reproduzida pelo O Liberal Inconfidentes, insere-se no contexto dos cinco anos do rompimento da barragem de Fundão, trazendo um enquadramento fortemente crítico e acusatório em relação à Fundação Renova e às mineradoras Samarco, Vale e BHP. Logo de início, Meneghin resgata a dimensão da tragédia, chamando-a explicitamente de “crime desencadeado pelas empresas”, o que reforça o caráter criminal e não acidental do rompimento. Em seguida, centra sua crítica na atuação da Fundação Renova, que, em sua avaliação, se dedica a “mentir, mentir e mentir”, construindo uma narrativa que mascara atrasos, omissões e falhas sistemáticas na reparação. O texto adota um tom incisivo, com uso de repetições e recursos retóricos que intensificam a denúncia.

A crítica principal recai sobre dois eixos fundamentais da reparação: o direito à moradia e o direito à indenização justa. Meneghin evidencia que, cinco anos após o rompimento, nenhum reassentamento havia sido concluído, com entrega de menos de 1% das casas prometidas, e que a matriz de danos elaborada com participação dos atingidos só foi reconhecida após decisão judicial contrária às empresas. Ao enfatizar que essas falhas não se tratam de “mentirinhas quaisquer”, o promotor destaca que se trata da negação de direitos básicos, desvelando a dimensão da injustiça enfrentada pelos atingidos. Por fim, a coluna reafirma o compromisso do Ministério Público em seguir na luta por justiça e dignidade, em articulação com os atingidos.

Na página 6 da mesma edição, O Liberal Inconfidentes traz uma notícia denominada “Nos cinco anos do rompimento da barragem da Samarco, vereador questiona situação destas em Ouro Preto”, o que nos mostra um aspecto importante para a análise da cobertura feita pelo jornal: a articulação entre a memória do crime e a preocupação preventiva com as novas ameaças das atividades de mineração. Ao relatar a atuação do vereador Geraldo Mendes, na Câmara de Ouro Preto, a matéria evidencia a insegurança vivida pelos moradores de regiões próximas às áreas onde as mineradoras atuam.

O enquadramento da matéria não se limita a uma abordagem factual sobre o requerimento do vereador. Ao inserir a lembrança dos cinco anos do crime de Fundão, o jornal cria um elo entre passado e presente, sugerindo que as marcas da tragédia ainda orientam a pauta pública local. Essa escolha editorial reforça a ideia de que o crime não foi um episódio isolado, mas um marco que continua a influenciar as discussões políticas e sociais da região.

---

<sup>15</sup> O Jornal A Sirene é uma publicação criada em março de 2016 por atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, com apoio de jornalistas, educadores e pesquisadores. Produzido de forma colaborativa, o jornal busca dar voz às comunidades atingidas, registrando suas histórias, denúncias e reivindicações, e contrapondo-se às narrativas oficiais de empresas e instituições sobre o crime.

Nesse sentido, o jornal contribui também com um debate que vai além da Samarco, incluindo outras empresas e estruturas minerárias que também afetam o cotidiano da população.

Ainda nesta edição, o jornal divulga um manifesto assinado pelo então prefeito de Mariana, Duarte Junior, publicado integralmente na página 12 de O Liberal Inconfidentes. O texto representa uma inserção direta da voz da autoridade máxima do município na cobertura dos cinco anos do rompimento da barragem de Fundão. Diferentemente de matérias noticiosas ou de colunas de opinião de atores independentes, o texto possui caráter declaratório, sendo marcado pela tentativa de prestar contas à população ao final do mandato.

O discurso enfatiza a dimensão da tragédia não apenas em termos ambientais e humanos, mas também sociais e econômicos, descrevendo Mariana como uma cidade que “desceu lama abaixo” junto de sua autoestima. Essa metáfora reforça a percepção coletiva de perda de identidade e de futuro, ecoando o sentimento de que o rompimento representou uma ruptura histórica para a comunidade local. O texto ressalta também a exclusão de Mariana e dos atingidos nas negociações do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), caracterizando o processo como burocrático e ineficaz. Embora reconheça algumas conquistas, como o início da construção dos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e ações compensatórias, o discurso tem forte tom memorialístico e busca afirmar o esforço de sua gestão, equilibrando crítica à lentidão da reparação com a valorização de resultados futuros esperados.

#### **4.7 Ano 2021: “Um Novo Bento surge na paisagem”**

Na edição de 5 de novembro de 2021, O Espeto marca os seis anos do rompimento da barragem de Fundão com a manchete “Um Novo Bento surge na paisagem”, acompanhada de uma fotografia das casas do reassentamento. A escolha do título e da imagem revela que o jornal está alinhado à Renova, privilegiando uma capa que mostra os “avanços” materiais da reparação, sobretudo na construção do novo distrito de Bento Rodrigues. O jornal enfatiza que se trata do “primeiro distrito projetado de Mariana”, com destaque para a estação de tratamento de esgoto, atribuindo ao reassentamento um caráter de progresso para a cidade.

Aqui não é mencionada a lentidão das reparações ou as falhas da Fundação Renova. Ao valorizar a concretização do reassentamento, o jornal transmite uma narrativa de superação e continuidade, ainda que não problematize as persistentes lacunas relacionadas às indenizações, à saúde dos atingidos e ao impacto socioambiental do rompimento da barragem.

Nesta edição, também é importante destacar que várias páginas do jornal são dedicadas a essa mesma cobertura. No editorial (página 2), o autor traz uma perspectiva ambivalente ao abordar os seis anos do rompimento da barragem de Fundão. O texto, que relata uma visita da equipe de reportagem às obras do reassentamento, destaca as questões que dizem respeito às estruturas do novo Bento (a construção de casas, escola, ginásio, posto de saúde e estação de tratamento de esgoto). Ele enfatiza a grandiosidade da obra.

Contudo, o editorial também reconhece o rompimento simbólico e afetivo vivido pelos atingidos. Apesar da beleza e funcionalidade do novo Bento, o texto afirma com clareza: “Porém, não é o Bento Rodrigues. Esse nunca mais.” Essa constatação traz à tona a irrecuperabilidade das perdas, como a relação com o território original e os modos de vida daquelas pessoas. O autor lembra da “bica d’água, das galinhas, até de capinar o quintal”, revelando que, mesmo diante de um cenário urbano “tão lindo, tão bonito”, há uma dor não reparada.

Na sequência, O Espeto dedica duas páginas inteiras para a reportagem “Um Novo Bento surge na paisagem”. A linha fina já demonstra o ponto de vista do jornal ao mencionar que “está ficando lindo demais!”. Nesta reportagem, o jornal enfatiza dados quantitativos, como o número de trabalhadores, casas em construção, investimentos realizados e mudas plantadas, construindo um discurso de avanços concretos atribuídos à Fundação Renova. A fala do diretor-presidente da entidade é reproduzida de forma destacada, sublinhando a ideia de um processo “inédito” e baseado na “escuta dos atingidos”. A inclusão de imagens e vídeos no site transforma o canteiro de obras em símbolo de esperança e de modernidade.

No entanto, ainda que registre atrasos e dificuldades, a matéria atribui parte da morosidade a fatores externos, como a pandemia e a burocracia da Prefeitura, descartando a responsabilidade da Renova. Assim, o enquadramento adotado prioriza a visibilidade dos resultados e tende a legitimar a atuação da entidade, ao mesmo tempo em que dilui as críticas.

A publicação da carta de André de Freitas, diretor-presidente da Fundação Renova, nas páginas 12 e 13 da edição de 5 de novembro de 2021, funciona como um discurso institucional de validação da entidade no marco dos seis anos do rompimento da barragem de Fundão. O texto adota um tom de solidariedade e compromisso, ressaltando valores como diálogo, inovação e coletividade, mas o faz sobretudo para reforçar a imagem da Renova como protagonista das reparações. A carta se apoia em dados quantitativos expressivos (bilhões investidos, número de indenizações, casas em construção, hectares reflorestados), configurando uma estratégia comunicacional de prestação de contas que busca demonstrar eficiência e avanço.

No entanto, o discurso minimiza os atrasos e impasses, atribuindo dificuldades a fatores externos, como a complexidade inédita do processo e a pandemia, ao mesmo tempo em que apresenta resultados como conquistas emblemáticas. Os mesmos já mencionados pelo Jornal anteriormente. Não há menção às críticas recorrentes dos atingidos e de suas assessorias técnicas, nem ao sentimento de perda irreparável das comunidades. Assim, a carta se insere em um enquadramento que privilegia a dimensão institucional e econômica da reparação, apagando a memória do sofrimento e deslocando a centralidade do discurso das vítimas para a própria Fundação. A escolha de O Espeto em dedicar duas páginas a esse material reforça o alinhamento do periódico a uma narrativa mais favorável à Renova, contrastando com abordagens críticas vistas em outras edições e em outros jornais locais.

### **O Liberal Inconfidentes**

A escolha da edição 1463, publicada em 12 de novembro de 2021, justifica-se pelo calendário editorial do Jornal O Liberal Inconfidentes. O periódico, que tem circulação impressa semanal às sextas-feiras, fechou a edição anterior (1462) exatamente no dia 5 de novembro, data que marcou os seis anos do rompimento da barragem de Fundão. Assim, optou-se pela análise da edição subsequente, de número 1463, por compreender que nela estariam reunidas as matérias e reflexões posteriores à efeméride, evidenciando como o jornal elaborou sua cobertura sobre o episódio após a data simbólica.

O Liberal Inconfidentes publicou uma manchete “Nos 6 anos da tragédia de Bento Rodrigues, atingidos ainda clamam por justiça”. A reportagem completa está na página 11, onde o jornal aprofunda o texto iniciado na manchete, dando visibilidade à união dos atingidos de Mariana e Brumadinho nos atos realizados em memória dos seis anos do rompimento de Fundão.

O jornal prioriza as vozes dos atingidos, sobretudo por meio de falas de Jerônimo Batista e Andressa Rodrigues, que reforçam a ausência de reparações concretas. Jerônimo denuncia a demora na entrega das casas e a falta de indenização, enquanto Andressa, de Brumadinho, transforma sua dor pessoal em bandeira de luta por justiça. Ao incluir essas narrativas, a matéria desloca o foco do discurso institucional para os sujeitos diretamente impactados.

Ainda que o texto traga a resposta da Fundação Renova, a fala institucional aparece como contraponto, mas sem neutralizar a crítica central: o atraso nas obras e a persistente sensação de impunidade. O recurso de apresentar dados técnicos da Renova (número de casas em construção e percentuais de obras concluídas) funciona mais como contextualização do que

como validação, já que as falas dos atingidos evidenciam o contraste entre o prometido e o vivido.

A presença do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e de lideranças nacionais como Joceli Andrioli, coordenador do MAB Nacional reforça o caráter político do ato, inserindo Mariana e Brumadinho em uma rede maior de mobilização e denúncia contra os riscos permanentes da mineração em Minas Gerais. Assim, o jornal não apenas registra a memória do crime, mas também destaca a continuidade do problema, denunciando a manutenção de estruturas de poder que permitem que empresas mineradoras sigam atuando mesmo após crimes dessa magnitude.

Dessa forma, a reportagem reafirma a linha crítica do O Liberal Inconfidentes, que se distancia de coberturas mais institucionalizadas, como as de O Espeto, e se aproxima das pautas dos atingidos, oferecendo espaço para a denúncia, a memória e o fortalecimento das lutas coletivas.

#### **4.8 Ano 2022: “Atingidos ainda lutam por reparação”**

Na edição 721, de 11 de novembro de 2022, O Espeto se distancia completamente da memória dos sete anos do rompimento da barragem de Fundão. Não há qualquer referência na capa ou em reportagens próprias ao crime. Há uma redução significativa da cobertura do tema, limitando-se a releases oficiais e omitindo o debate público em torno das pendências da reparação, a memória das vítimas e as demandas dos atingidos. Essa ausência de um olhar crítico e memorial contribui para o esvaziamento simbólico da data.

Na página 8, O Espeto publica um release da Fundação Renova intitulado “Valores de honorários advocatícios descontados serão pagos aos atingidos”. O texto apresenta a decisão judicial que determinou o repasse direto aos atingidos. A linguagem é técnica e burocrática, focada em explicar procedimentos (como prazos, contas bancárias e limites de valores), sem contextualização sobre o atraso na reparação ou a relação desse pagamento com a luta dos atingidos.

Novamente o jornal funciona como veículo de reprodução do discurso da Renova, sem mediação crítica, sem vozes dos atingidos ou contrapontos sobre os impactos dessa medida. Dessa forma, o periódico abdica de sua função de espaço de memória e denúncia, restringindo-se a divulgar orientações práticas e reforçando o protagonismo da própria Fundação Renova na narrativa sobre a reparação.

Na mesma edição aparece também um release do Governo de Minas Gerais, sob o título “Rompimento da barragem de Fundão completa sete anos; Estado já participou de mais de 250

reuniões com empresas para repactuar acordo, visto como lento e ineficiente”. O texto reforça a gravidade da tragédia, ao lembrar o número de mortos, a destruição de comunidades e o impacto socioambiental e econômico em Minas Gerais e Espírito Santo. O enquadramento é institucional e político, destacando a mobilização do Estado para a repactuação do acordo, em contraposição à lentidão e à baixa efetividade da Fundação Renova. O Governo se apresenta como ator ativo e responsável, enfatizando a realização de mais de 250 reuniões e nove rodadas de negociação, ao mesmo tempo em que critica a insuficiência das propostas financeiras apresentadas pelas mineradoras.

Ainda que registre a solidariedade às vítimas, o release mantém um tom burocrático e administrativo, priorizando números de reuniões e negociações e pouco espaço para as demandas e a voz direta dos atingidos. Dessa forma, o protagonismo recai sobre a ação estatal, que busca se legitimar como condutora do processo de reparação, mas sem romper com a lógica institucional que afasta os atingidos da centralidade do discurso e das decisões.

### **O Liberal Inconfidentes**

Na edição 1512, publicada em 11 de novembro de 2022, O Liberal Inconfidentes traz na capa a chamada “Rompimento da Barragem de Fundão completa 7 anos: atingidos ainda lutam por reparação”, atribuindo centralidade às vozes das vítimas e ao caráter inacabado da reparação. Diferentemente do O Espeto, que se limitou a publicar releases institucionais, o Liberal dá visibilidade aos atos de protesto e às manifestações que marcaram a data, ressaltando o sentimento de indignação pela impunidade dos responsáveis pela tragédia e pela morosidade no reconhecimento e reparação dos atingidos.

O enquadramento é crítico e social, com destaque para depoimentos de atingidos, como o de Michele da Silva, de Barra Longa, que denuncia a dificuldade de reconhecimento pela Fundação Renova. Além disso, o jornal abre espaço para a participação política, citando declarações do deputado estadual recém-eleito Leleco Pimentel (PT), que defende a luta pelas garantias previstas na lei dos atingidos.

Apesar de também haver uma redução na quantidade de materiais que tratam do rompimento em relação a anos anteriores, o jornal mantém a prioridade em pautas que envolvem diretamente os atingidos, em contraste com O Espeto, que na mesma data limitou-se a publicar releases institucionais. Assim, a edição reforça uma narrativa de resistência e luta coletiva, contrapondo-se ao discurso burocrático e institucional predominante no Espeto. Ao trazer à tona tanto os relatos individuais quanto a mobilização política e social, o Liberal

contribui para a manutenção da memória crítica do desastre, sublinhando a permanência da injustiça e o risco de prescrição dos crimes ambientais.

#### **4.9 Ano 2023: “Justiça tardia é injustiça”**

Na edição nº 773, publicada em 10 de novembro de 2023, O Espeto dedica uma reportagem ao “5º Encontro Regional por um Novo Modelo de Mineração”, realizado na UFOP, em Ouro Preto. O evento, organizado por movimentos sociais, coletivos de atingidos, assessorias técnicas, sindicatos e pesquisadores, teve como foco o debate sobre a dependência minerária em Mariana e região, trazendo um olhar crítico para o modelo econômico vigente.

O enquadramento adotado pelo jornal nesta cobertura é distinto daquele frequentemente observado em edições anteriores, nas quais predominavam releases institucionais e discursos da Fundação Renova. Ao dar voz a pesquisadores como Gustavo Machado e Tádzio Peters, e a lideranças políticas locais como Bruno César Teixeira (PSTU), o jornal evidencia argumentos que apontam para a contradição entre os altos lucros da mineração e os baixos retornos sociais e ambientais, além de denunciar a concentração dos ganhos em acionistas estrangeiros.

A matéria ressalta, ainda, críticas sobre a ineficiência da CFEM como mecanismo de reparação ou de diversificação econômica, destacando que a taxa não garante investimentos estruturais e nem alternativas sustentáveis para os municípios minério-dependentes. Também há menção à ausência de representantes municipais convidados para debater o tema, o que reforça a percepção de distanciamento do poder público frente às discussões sobre os impactos da mineração.

Ao abrir espaço para análises acadêmicas e militantes, o Espeto registra um movimento de pluralização das vozes em sua narrativa sobre mineração e sobre o legado do rompimento da barragem de Fundão, ainda que a cobertura não seja diretamente vinculada ao aniversário da tragédia. O enfoque sugere uma tentativa de deslocar o debate da mera prestação de contas da Renova para reflexões mais amplas sobre a minério-dependência e suas implicações para a vida social, econômica e ambiental da região.

No entanto, trata-se, sobretudo, da cobertura de um acontecimento recente, alinhado à agenda dos movimentos sociais e de setores acadêmicos, cuja ocorrência naquela semana funcionou como oportunidade para inserir o tema em pauta. Assim, mais do que uma mudança sustentada de enfoque, observa-se uma apropriação pontual desse contexto para dialogar com críticas estruturais ao modelo minerário, sem, contudo, romper de forma definitiva com a lógica de coberturas mais episódicas.

## **O Liberal Inconfidentes**

Na edição nº 1561, de 10 de novembro de 2023, o Jornal O Liberal Inconfidentes publica, em forma de carta oficial, um posicionamento do Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. O texto, sob o título “Justiça tardia é injustiça”, marca os oito anos do rompimento da barragem de Fundão e denuncia de forma incisiva a morosidade da Fundação Renova na execução das ações de reparação, qualificando-as como lentas e ineficazes.

A carta evidencia que a maior parte das medidas de reparação continua inconclusa. O Governo de Minas destaca que mais de 300 reuniões foram realizadas desde o início das negociações para repactuação em 2021, sem que houvesse ainda um acordo capaz de garantir uma reparação justa e efetiva. O texto também compara a situação de Mariana com o caso de Brumadinho, ressaltando que lá um acordo integral foi firmado dois anos após o desastre, possibilitando resultados concretos, ao contrário do que ocorreu no Rio Doce.

O texto dá ênfase ao esforço do Estado em pressionar as empresas (Samarco, Vale e BHP Billiton) e em reafirmar seu compromisso com as comunidades atingidas. Ao mesmo tempo, o jornal, ao dar espaço à íntegra dessa carta, reforça a centralidade da voz do poder público estadual, ainda que o tom seja crítico às mineradoras e à Fundação Renova.

Comparada às coberturas anteriores, observa-se que O Liberal mantém a ênfase nos atingidos como protagonistas, mas nesta edição o destaque maior recai sobre a narrativa oficial do governo, que busca assumir protagonismo no processo de reparação. Assim, o periódico se mantém próximo das pautas relacionadas à memória e à justiça, mas dá um espaço significativo à institucionalidade do Estado, mostrando como os discursos sobre a tragédia de Fundão se reconfiguram em torno da repactuação.

### **4.10 Ano 2024: “Quase 10 anos depois, pessoas ainda enfrentam muitas dificuldades na reparação de danos”**

Na edição 825, de 07 de novembro de 2024, O Espeto apresentou na capa a manchete “Acordo de Repactuação de 170 bilhões é homologado no STF”, destacando a formalização do acordo pelo Supremo Tribunal Federal. A decisão referiu-se à homologação do Acordo de Repactuação assinado entre União, governos de Minas Gerais e Espírito Santo, Ministério Público e empresas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão ( Samarco, Vale e BHP Billiton), que estabelece diretrizes e recursos para a reparação e compensação dos danos socioambientais e socioeconômicos provocados pelo desastre, incluindo a conclusão do

pagamento das indenizações e a finalização dos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Trata-se do maior pacto judicial já firmado no país, resultado de longas negociações entre União, governos de Minas Gerais e Espírito Santo, Ministério Público e as mineradoras Vale, BHP Billiton e Samarco. O objetivo central do acordo é redefinir as bases de reparação socioambiental e socioeconômica do rompimento da barragem de Fundão, substituindo o modelo de governança da Fundação Renova e estabelecendo novos parâmetros para indenizações, reassentamentos e recuperação ambiental.

O texto, de autoria da Samarco, centralizou-se em informar que a mineradora passa a assumir a responsabilidade pelas ações de reparação e compensação, incluindo as indenizações e os reassentamentos de Novo Bento Rodrigues e Paracatu. Com foco predominantemente institucional, especialmente no marco jurídico e sem trazer, no corpo principal da matéria, as perspectivas ou críticas de atingidos e movimentos sociais.

No entanto, a mesma edição trouxe, também em chamada de capa, a reportagem “Plenária do MAB com atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão debatem sobre a repactuação”, remetendo à página 6. Apesar do título, a reportagem apresenta uma narrativa predominantemente institucional, pautada no discurso oficial da mineradora Samarco e das entidades públicas envolvidas na homologação do acordo. O texto enfatiza o valor global de R\$ 170 bilhões e os compromissos assumidos para reparação e compensação dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), destacando a responsabilidade assumida pela Samarco e a continuidade das ações de indenização, reassentamento e recuperação ambiental.

Um aspecto que chama atenção é a centralidade conferida ao pronunciamento do presidente da Samarco, Rodrigo Vilela, reproduzido sem contrapontos críticos ou vozes dissonantes. O tom da matéria aproxima-se de um release institucional, sobretudo pela ênfase em mensagens como “jamais esqueceremos o rompimento de Fundão” e na apresentação da mineradora como protagonista das ações de reparação. Dessa forma, há um apagamento das perspectivas das comunidades atingidas e de organizações sociais que têm questionado os limites do acordo e a eficácia da reparação conduzida até então.

Além disso, a reportagem destaca de maneira descritiva os valores destinados às indenizações, às políticas públicas e ao reassentamento, sem problematizar a morosidade histórica dos processos ou os obstáculos enfrentados pelas vítimas desde 2015. Ao tratar do Programa Indenizatório Definitivo (PID), por exemplo, o jornal limita-se a informar os critérios e valores previstos, sem contextualizar as críticas recorrentes de movimentos de atingidos quanto ao baixo valor das indenizações ou ao caráter excludente dos programas anteriores.

O enquadramento, portanto, insere-se mais uma vez no campo institucional, evidenciando a voz oficial da Samarco e de órgãos estatais como fio condutor da narrativa. Há um deslocamento da noção de responsabilidade coletiva para uma ênfase na capacidade da empresa de conduzir a reparação, o que contribui para reforçar a legitimidade da mineradora perante a opinião pública. O jornal, nesse sentido, atua como reprodutor da versão oficial, reiterando o que Chomsky (2003) identifica como alinhamento dos meios de comunicação às perspectivas de grandes corporações e agentes estatais, em função de interesses estruturais e econômicos.

### **O Liberal Inconfidentes**

Na edição 1608, de 8 de novembro de 2024, O Liberal Inconfidentes publica matéria de capa “9 anos do rompimento da barragem de Fundão”, que marca a efeméride, mantendo o foco principal nos atingidos e nas falhas do processo de reparação. O texto relembra a dimensão da tragédia e enfatiza que, quase uma década depois, ainda persistem graves dificuldades no restabelecimento das condições de vida.

A reportagem destaca os problemas estruturais do reassentamento, como mostra a denúncia da Cáritas MG/ATI Mariana, segundo a qual mais de 85% das moradias reassentadas apresentam falhas. O jornal lista problemas como precariedade habitacional, negligência na recuperação do solo, dificuldades de acesso à água e sobrecarga judicial. Essa abordagem reforça a crítica de que a reparação prometida permanece incompleta e insuficiente.

Outro ponto central da cobertura é a exclusão das pessoas atingidas do processo de repactuação do acordo, cuja assinatura ocorreu em 25 de outubro de 2024. O jornal ressalta que, embora governos estaduais, federais e empresas tenham participado das negociações, os atingidos ficaram de fora das mesas de discussão. A ausência é denunciada pela Cáritas, que questiona como garantir uma reparação justa sem a presença daqueles diretamente atingidos.

A reportagem também valoriza os atos de memória e resistência, como a exposição fotográfica, o ato em homenagem às vítimas fatais e a caminhada em Bento Rodrigues, reiterando a centralidade da dimensão simbólica e da memória coletiva no discurso sobre a tragédia.

Na página 3, o jornal traz a reportagem “AMIG não se empolga e questiona capacidade de reparo do novo acordo de Mariana”, que aborda a assinatura do acordo de R\$ 170 bilhões para reparação dos danos do rompimento da barragem de Fundão. O texto destaca que, apesar do valor elevado, a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) não recebeu o acordo com entusiasmo. O consultor Waldir Salvador aponta que

nenhum valor seria capaz de reparar plenamente os danos socioeconômicos e ambientais, além de enfatizar a exclusão das cidades mineradoras nas negociações.

A reportagem ressalta a crítica da AMIG à ineficiência da Agência Nacional de Mineração (ANM) na fiscalização, remetendo inclusive ao relatório do Tribunal de Contas da União que já havia sido noticiado pelo próprio jornal. Essa referência fortalece o enquadramento crítico ao evidenciar que a negligência institucional contribui para a vulnerabilidade a novas tragédias.

Outro ponto abordado é a falta de protagonismo dos municípios mineradores nas tratativas do acordo, conquista que só ocorreu em 2023, após oito anos de tentativas. A entidade defende ainda a aplicação de parte dos recursos em infraestrutura regional e modais rodoviários, de forma a permitir que os municípios mineradores tenham alternativas de desenvolvimento econômico e não fiquem reféns da minério-dependência.

Com essa matéria, observa-se que o jornal mantém seu tom crítico, mas diversifica as fontes ouvidas: além dos atingidos e da Cáritas, também incorpora a visão de uma entidade representativa dos municípios mineradores. Esse enquadramento mostra que O Liberal Inconfidentes procura dar amplitude ao debate sobre a reparação, sem restringi-lo apenas às negociações entre empresas e governos, mas apontando também para a exclusão de atores locais relevantes e para a necessidade de alternativas estruturais.

Já na página 4, O Liberal Inconfidentes publicou a reportagem “Panorama do acordo de Mariana; entenda a situação atual”, que oferece ao leitor um quadro informativo e didático sobre os principais desdobramentos da reparação quase nove anos após o rompimento da barragem de Fundão. O texto esclarece que o Novo Acordo de Mariana, assinado em 25 de outubro de 2024 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê um montante de mais de R\$ 130 bilhões em novos recursos, somados aos R\$ 37 bilhões já investidos pela Fundação Renova, totalizando cerca de R\$ 170 bilhões. A matéria detalha os eixos de investimento: saúde, meio ambiente, infraestrutura e indenizações. A redação destaca ainda a promessa de pagamentos imediatos de R\$ 30 mil a cerca de 300 mil famílias.

Além do contexto brasileiro, a reportagem incorpora uma dimensão internacional ao abordar o julgamento da mineradora BHP em Londres, processo movido por 600 mil pessoas e mais de mil empresas. O jornal explica de forma acessível que, embora o julgamento ocorra na Inglaterra, a legislação aplicada será a brasileira, e ressalta a preocupação dos atingidos com a possibilidade de sobreposição ou exclusão de direitos entre os dois processos.

A matéria também traz o aspecto local, mostrando que, embora autoridades como o prefeito Celso Cota tenham participado da assinatura em Brasília, a Prefeitura de Mariana ainda

não aderiu formalmente ao acordo, alegando necessidade de análise das cláusulas. O jornal destaca ainda a posição do futuro prefeito Juliano Duarte, contrário a uma assinatura imediata e defensor da negociação de valores maiores para o município.

Com essa reportagem, o jornal reforça seu compromisso de contextualizar o leitor sobre os aspectos técnicos, jurídicos e políticos da reparação, indo além da denúncia dos atingidos e da crítica das entidades sociais. Trata-se de um enquadramento de caráter explicativo e analítico, que coloca em perspectiva os múltiplos caminhos em disputa (governo federal, municípios, mineradoras, entidades sociais e até a justiça internacional).

## **5 A COBERTURA E OS ENQUADRAMENTOS**

Após analisar as edições dos jornais O Espeto e O Liberal Inconfidentes, entre 2015 e 2024, foi possível perceber como a cobertura sobre o rompimento da barragem de Fundão se reconfigurou ao longo desses anos, revelando permanências e mudanças importantes na narrativa jornalística dos dois veículos regionais.

Ao longo da análise, percebe-se que a narrativa dos jornais sofre deslocamentos significativos no tempo. Em 2015, o rompimento foi tratado, sobretudo, como um acontecimento restrito a Bento Rodrigues e comunidades afetadas pela lama de rejeitos. A cobertura enfatizou, nesse primeiro momento, a destruição material e o sofrimento de seus

moradores, mas preservou o enquadramento institucional, evitando confrontar diretamente as empresas responsáveis. Nesse momento, o rompimento ainda era nomeado como “acidente” ou “tragédia”, o que contribuiu para diluir a noção de responsabilidade. Nesse ano, O Espeto, por exemplo, ao mesmo tempo em que relatou o sofrimento dos moradores e a destruição de distritos, exaltou a Samarco como “motivo de orgulho” dos marianenses, minimizando responsabilidades imediatas ao afirmar que “ninguém está livre de acidentes”. Entre as mineradoras, apenas a Samarco é mencionada, sem referências à Vale ou à BHP Billiton.

Já em 2016, a tragédia deixa de ser apenas de Bento Rodrigues e passa a ser também de Mariana. Isso ocorre não por uma ampliação do olhar sobre os danos humanos e ambientais, mas pelo início dos impactos econômicos diretos sobre a cidade com a paralisação das atividades da Samarco: queda na arrecadação, desemprego e retração do comércio local. Nesse mesmo ano, a criação da Fundação Renova introduz um novo ator central no discurso jornalístico, deslocando gradualmente a responsabilização direta da Samarco, da Vale e da BHP Billiton. Essa substituição simbólica pode ser lida como estratégia de desassociar as mineradoras do crime cometido, preservando sua imagem em um município minério-dependente.

O período também é marcado pela emergência de movimentos como o Fica Samarco, que se apropriam de uma retórica de sobrevivência econômica, fortalecendo o discurso de que a retomada da mineração é a única solução para a crise local. O Jornal O Liberal Inconfidentes realizou a cobertura do movimento “Justiça Sim, Desemprego Não”, em que os manifestantes destacaram a importância da mineradora para Mariana, enfatizando que “a cidade precisa da mineração, mas uma mineração responsável”.

O silenciamento de aspectos socioambientais do desastre repete-se nos anos seguintes, especialmente no Jornal O Espeto. Em 2019, por exemplo, somente O Liberal Inconfidentes noticiou a divulgação do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), que confirmou oficialmente a contaminação do solo e da poeira, na cidade de Barra Longa e em distritos de Mariana, por metais pesados, como cádmio, níquel, zinco e cobre. O relatório revelou que a concentração de cádmio (metal cancerígeno) estava 17 vezes acima da margem de segurança, configurando risco elevado à saúde da população. Os distritos avaliados incluíram Barretos, Mandioca, Gesteira e Volta da Capela (em Barra Longa), além de Bento Rodrigues, Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras, Borba e Campinas (em Mariana). É importante lembrar que, já em 2017, pelo menos 11 moradores de Barra Longa haviam sido diagnosticados com intoxicação por níquel, apresentando problemas respiratórios,

lesões de pele e transtornos mentais, sendo que parte deles necessitaria de acompanhamento clínico periódico pelo resto da vida (Silva, 2019).

Até 2020, ano em que a Samarco retoma suas atividades na cidade, a pauta econômica prevaleceu em O Espeto. A ausência de problematização de outros impactos, como a destruição ambiental em larga escala e as ações relativas à reparação dos danos foi pouco mencionada nas edições analisadas. Ao contrário de O Liberal Inconfidentes, que com o passar do tempo, teve um deslocamento gradual que permitiu maior abertura às vozes dos atingidos e de movimentos sociais, ainda que esse espaço se mantivesse limitado e frequentemente intercalado com conteúdos de caráter oficial. Esse movimento de mudança, embora tímido, pode ser identificado de forma mais consistente a partir de 2020, quando O Liberal Inconfidentes, por exemplo, nominou, na manchete principal da edição 1413, de 6 de novembro de 2020, o rompimento como crime ambiental. A partir desse ano, o jornal começa a destacar de forma mais clara as reivindicações das comunidades e as críticas à lentidão do processo de reparação.

Em 2021, as coberturas dos dois jornais analisados apresentaram diferenças significativas quanto às pautas priorizadas e aos silêncios mantidos. O Espeto, por exemplo, dedicou várias páginas para mostrar o novo reassentamento de Bento Rodrigues, destacando o empreendimento como símbolo de reconstrução. Contudo, a cobertura não abordou problemas estruturais das casas construídas, tampouco a insatisfação dos atingidos ou o fato de que eles não foram mantidos a par dos projetos, aspectos amplamente denunciados por moradores e movimentos sociais. Nesse sentido, a reportagem mostra como o jornal, embora reconheça a tragédia, valoriza mais a materialidade da reparação do que a memória e a vivência cotidiana dos atingidos.

Já o Liberal Inconfidentes, nesse mesmo ano, publicou a reportagem “Atingidos de Mariana e Brumadinho se unem em atos. Momento marca 6 anos do desastre de Fundão”, que trouxe à tona a dimensão coletiva da mobilização dos atingidos, destacando a articulação entre diferentes territórios impactados por crimes socioambientais.

No ano em que o rompimento da Barragem de Fundão completou sete anos, em 2022, as diferenças editoriais entre os dois jornais tornaram-se ainda mais evidentes. O Espeto divulgou somente um release da Fundação Renova, intitulado “Valores de honorários advocatícios descontados serão pagos aos atingidos”. Trata-se de um texto institucional, produzido pela própria entidade responsável pela reparação, o que revela não apenas a ausência de apuração própria, mas também a reprodução de uma narrativa oficial que tende a amenizar responsabilidades e a reforçar a lógica burocrática da indenização como forma de reparação. Essa escolha evidencia um alinhamento discursivo com o enquadramento institucional, no qual

a tragédia é tratada prioritariamente pela via da gestão e da administração de recursos, silenciando sobre o sofrimento social e a falta de respostas efetivas à população atingida.

Em contrapartida, o Liberal Inconfidentes publicou a reportagem “Rompimento da Barragem de Fundão completa 7 anos: atingidos ainda lutam por reparação”, na qual procurou dar maior centralidade à voz dos atingidos. O título já evidencia um deslocamento de perspectiva: a ênfase não está nos mecanismos institucionais ou nas medidas anunciadas pela Renova, mas na continuidade da luta e na incompletude do processo de reparação. Esse enquadramento, ainda que dentro de um jornal com perfil informativo mais tradicional, reconhece a persistência da injustiça e reforça a memória coletiva do desastre como algo não resolvido.

Esse contraste evidencia dois caminhos distintos: de um lado, a reprodução acrítica de materiais institucionais, que reafirma a dependência comunicacional em relação às mineradoras e à Fundação Renova; de outro, a abertura, ainda que tímida, para narrativas que reforçam a dimensão política e social da luta dos atingidos. Essa diferença sugere que, mesmo dentro de um campo comunicacional atravessado pela minério-dependência, há espaços de disputa de sentidos, nos quais os enquadramentos podem tensionar ou reforçar a hegemonia das mineradoras.

No ano de 2023, o Liberal Inconfidentes publicou apenas uma carta assinada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais, enquanto o Espeto divulgou uma reportagem sobre um evento ocorrido na Universidade Federal de Ouro Preto no qual o tema foi o modelo de mineração. Ou seja, ambos os jornais reduziram consideravelmente o espaço destinado ao tema, restringindo-se a reproduções institucionais ou a coberturas protocolares.

Isso revela que, com o passar dos anos, ocorre um progressivo esvaziamento da cobertura jornalística, no qual o crime ocorrido em Mariana deixa de ser tratado como pauta prioritária e passa a ocupar espaços marginais nos periódicos. A memória do desastre vai sendo diluída no cotidiano editorial, enquanto os impactos sociais, ambientais e de saúde permanecem silenciados. Esse silenciamento progressivo contribui para um processo de esquecimento social, em que o rompimento da barragem tende a ser deslocado para o passado, mesmo que suas consequências estejam presentes na vida dos atingidos.

Em 2024, entretanto, observa-se um alinhamento de pautas entre os dois jornais. Tanto o Espeto quanto o Liberal Inconfidentes abordaram o Acordo de Repactuação de R\$ 170 bilhões, homologado pelo Supremo Tribunal Federal, noticiando-o como um marco jurídico e político. A cobertura, no entanto, limitou-se a registrar a dimensão institucional do processo,

muitas vezes apresentando o acordo como uma “solução definitiva” para os conflitos de reparação. Pouco ou nada se discutiu sobre as limitações e contradições do pacto, nem sobre as críticas levantadas por atingidos e movimentos sociais, que apontaram o risco de o acordo consolidar a impunidade das mineradoras e reduzir a autonomia das comunidades atingidas na definição das medidas reparatórias. Assim, reforça-se a constatação de que, mesmo diante de novos acontecimentos, os enquadramentos locais continuam orbitando em torno do eixo institucional, reproduzindo a centralidade das mineradoras e das instâncias jurídicas e silenciando as vozes que questionam esse regime de poder.

A comparação entre os dois periódicos revela diferenças de abordagem. O Espeto se mantém mais próximo de fontes institucionais e discursos corporativos, funcionando como espaço de legitimação das ações da Samarco e da Renova, sem promover questionamentos estruturais. O Liberal Inconfidentes, embora também recorra a fontes oficiais, apresenta mais espaço para vozes dos atingidos, especialmente a partir de 2020, dando visibilidade a movimentos sociais, protestos e denúncias sobre a lentidão da reparação. Contudo, mesmo no caso deste último, a mineração permanece como eixo interpretativo central, não se questiona se é possível ou desejável superar a dependência do setor, apenas como administrá-la.

Esses resultados nos permitem pensar na relação entre minério-dependência e dependência econômica da mídia, aproximando a análise do conceito de fabricação do consentimento, discutido por Chomsky e Herman (1988). Os autores defendem que grandes corporações, que no caso de Mariana são as mineradoras, exercem controle direto ou indireto sobre a mídia, moldando agendas e enquadramentos de modo a preservar seus interesses. Nesse sentido, a imprensa local atua como mediadora na construção de consensos que favorecem as elites econômicas, priorizando pautas alinhadas ao discurso corporativo e minimizando ou invisibilizando narrativas que questionem a estrutura de poder vigente. Esse enquadramento reiterado contribui para manter a hegemonia discursiva das mineradoras, reduzindo o espaço para narrativas alternativas e para a problematização estrutural da dependência. Essa discussão será retomada nas considerações finais.

Os enquadramentos observados nas edições analisadas demonstra como certos temas, como o desemprego e a retomada das operações da Samarco, por exemplo, são reiteradamente apresentados como prioritários, enquanto outros, como os danos ambientais, a responsabilização criminal das mineradoras e a busca por modelos alternativos de desenvolvimento, permanecem à margem. Esse funcionamento reforça a tese de que a minério-dependência não é apenas econômica e política, mas também comunicacional, atuando na

formação de imaginários e limitando a pluralidade de visões sobre o futuro da cidade e da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da análise das edições dos Jornais O Espeto e o Liberal Inconfidentes, chego à reflexão que a cobertura do rompimento da barragem de Fundão e de seus desdobramentos é atravessada por dinâmicas que ultrapassam a dimensão meramente informativa. Aqui denomino como minério-dependência comunicacional, conceito inspirado nas reflexões de Horacio Araoz (2014) sobre a mineralização social. Para o autor, a mineração não apenas estrutura a economia de regiões mineradas, mas também molda subjetividades, discursos e formas de sociabilidade, instaurando um regime de naturalização do extrativismo. Nessa lógica, a atividade mineral deixa de ser percebida como uma escolha econômica e passa a figurar como destino inevitável, impregnando o imaginário coletivo e delimitando os horizontes de futuro. Ao transpor essa perspectiva para o campo da comunicação, observa-se que a mídia regional, mesmo quando busca apresentar vozes críticas, tende a reproduzir enquadramentos que preservam a centralidade da mineração como matriz interpretativa.

A mineralização dos sujeitos refere-se aos complexos processos pelos quais os territórios intervencionados pela modernização mineradora provocam a remodelação das sensibilidades e das sociabilidades, a fim de ajustar os habitus dos sujeitos-corpos aos “requerimentos” da viabilidade extrativista. (Araoz, 2013, p.8 )

Conforme discutido anteriormente, o jornalismo regional opera em uma esfera marcada por forte proximidade com os atores locais, limitações materiais e dependência econômica de anunciantes e instituições (França, 1998). No caso da Região dos Inconfidentes, tal contexto é ainda mais condicionado pela presença histórica e estrutural da atividade minerária, que não apenas organiza a economia, mas também se projeta como matriz de significação social (Milanez, 2019). Nessa perspectiva, os jornais regionais, enquanto negócios e instâncias discursivas, acabam inscritos em um campo simbólico no qual a mineração aparece como destino naturalizado e horizonte de futuro, mesmo quando seus impactos se manifestam de forma devastadora. O jornalismo regional portanto, está longe de se configurar apenas como instância de registro, mas deve ser compreendido como parte constitutiva do processo de naturalização da mineração em territórios minerados.

A presença e a lógica da mineração, ao intervir nos territórios, remodela sensibilidades e sociabilidades, moldando modos de pensar, sentir e agir para que se ajustem às demandas da viabilidade extrativista. Em outras palavras, trata-se de um processo de formação subjetiva, no qual até mesmo os valores culturais e as formas de convivência são reorganizados para

naturalizar a mineração como atividade central e legítima. Esse processo pode ser compreendido também à luz das reflexões de Porto (2007), para quem o jornalismo, ao operar por meio de enquadramentos, participa ativamente da construção de sentidos coletivos e da disputa simbólica em torno de eventos sociais. No caso aqui analisado, os sentidos produzidos tenderam a reforçar a hegemonia discursiva das mineradoras, limitando a emergência de leituras contra-hegemônicas. A memória do crime, embora registrada em alguns momentos, vai progressivamente cedendo espaço ao silêncio e ao esquecimento, como se a permanência da mineração fosse mais importante que a lembrança de suas consequências.

Essa noção dialoga diretamente com a minério-dependência comunicacional, pois, se a mineração é capaz de moldar habitus e subjetividades no plano social mais amplo, também é capaz de influenciar os fluxos e as práticas comunicacionais. A dependência econômica e simbólica que os meios de comunicação locais desenvolvem em relação ao setor minerário, seja por vínculos publicitários, por alinhamento político ou pela ausência de perspectivas econômicas alternativas, cria um cenário no qual o jornalismo tende a reproduzir e reforçar essa naturalização. Assim como os sujeitos se ajustam à lógica extrativista, também os sujeitos-midiáticos (profissionais, rotinas e discursos jornalísticos) passam a operar dentro de parâmetros compatíveis com os “requerimentos” da mineração, o que limita o espaço para narrativas críticas ou contra-hegemônicas.

Essa conclusão permite compreender que a relação entre mídia regional e mineração não se dá apenas no plano econômico ou editorial, mas também no nível simbólico e cultural, incidindo sobre a memória coletiva e sobre os modos de narrar a própria história local.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 5, 2002. DOI: 10.5380/dma.v5i0.22116. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22116>. Acesso em: 21 ago. 2025.

AMARAL, Márcia; ASCENCIO, Carlos Lozano; CRISTOBAL, Esther Puertas. Indicadores para análise das narrativas jornalísticas sobre desastres: em busca de invisibilidades e saliências. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 144, agosto-novembro 2020. pp. 125-140.

ARAOZ, Horacio. Entre la fiebre del oro y el polvo de las voladuras: cuerpos y emociones en contextos de mineralización. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, Argentina, 2013.

ARAOZ, Horacio. Territorios y cuerpos en disputa: extractivismo minero y ecología política de las emociones. **Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, Argentina, 2014.

BARROS FILHO, César. Comunicação e identidade regional. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 21, p. 84-92, 2003.

BARUFI, Luiza; BRAVIN, Adriana. **Imprensa em Passagem de Mariana no Século XX: uma análise do jornal O Espeto**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE HISTÓRIA DA MÍDIA (ALCAR), 2017. **Anais...** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1w4ily8rBII0h1pVOitgKwmI1J7QDzEnC/view>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BUENO, Wilson Costa. **A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia**. Disponível em: [https://www.academia.edu/54629777/A\\_cobertura\\_jornal%C3%ADstica\\_de\\_cat%C3%A1strofes\\_ambientais\\_entre\\_a\\_vigil%C3%A2ncia\\_e\\_a\\_espetaculariza%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_not%C3%ADcia](https://www.academia.edu/54629777/A_cobertura_jornal%C3%ADstica_de_cat%C3%A1strofes_ambientais_entre_a_vigil%C3%A2ncia_e_a_espetaculariza%C3%A7%C3%A3o_da_not%C3%ADcia). Acesso em: 21 jan. 2025.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva, 2002.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. [S. l.: s. n.], 2005.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FRANÇA, Vera V. **A reinvenção do jornalismo: os sentidos do público na narrativa jornalística**. São Paulo: Paulus, 1998.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 259 p.

GHIZZONI, Manuela. Jornalismo regional como mediador social: uma análise de conteúdo. **Revista Vernáculo**, 32, 2013. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/34438>. Acesso em: [data de acesso].

GOFFMAN, E. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

GOMIDE, Caroline Siqueira et al. (org.). **Dicionário crítico da mineração**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Gomide-2018-Dicion%C3%A1rio-cr%C3%ADtico-da-minera%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LIMA, J. O jornalismo do interior e sua relevância na comunicação comunitária. **Revista Alterjor**, v. 11, n. 1, p. 45-60, 2014.

MARTINS, Salvador Lopes; SILVA, Esdras Domingos da. A cara do jornalismo no interior. **Revista PJ: Br Jornalismo Brasileiro**, São Paulo: ECA USP, 2005. Disponível em: [https://pjbr.eca.usp.br/arquivos/dossie5\\_b.htm](https://pjbr.eca.usp.br/arquivos/dossie5_b.htm). Acesso em: 05 fev. 2025.

MARTINS, Salvador; SILVA, Esdras. **Jornalismo regional: teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

MELO, Isabelle Anchieta de. Um jornalismo de proximidade. **Observatório da Imprensa**, [S. l.], 3 abr. 2007.

MELO, José Marques. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom-RBCC**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de julho de 2025.

MENDES, B. A proximidade como fator determinante no jornalismo local. **Revista Estudos Jornalísticos**, v. 7, n. 2, p. 23-38, 2021.

MENDES, Jairo Faria. Os dois séculos da imprensa mineira. In: **Impasses e perspectivas da imprensa em Minas Gerais**, 2012. p. 26-36.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 93, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ptZ9Qp9Qn7n7PdZDJZZXv3L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2025.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. Análise de enquadramento e teoria política: aproximações e desafios. **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, p. 183-204, 2017.

MILANEZ, Bruno et al. **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Volume 2: A questão mineral no Brasil, 2016.

NORONHA, Paulo. **Entrevista [Entrevista em vídeo concedida a] Izabela Gonçalves dos Santos**. Ouro Preto, 05 de março de 2025.

PORTUGAL. **Estatuto da Imprensa Regional**. Publicado em 31 de março de 1988. Disponível em: <https://www.ccpj.pt/media/1061/estatuto-da-imprensa-regional.pdf>. Acesso

em: 26 fev. 2025.

REESE, S. D. Prologue—Framing public life: A bridging model for media research. In: REESE, S. D.; GANDY Jr., O. H.; GRANT, A. E. (Eds.). **Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001. p. 7-31.

SANTOS, R. A cobertura regional e sua relação com a mídia nacional. **Revista Brasileira de Jornalismo**, v. 15, n. 1, p. 62-80, 2018.

SANTOS, Leandro Henrique. **Entrevista [Entrevista concedida a] Izabela Gonçalves dos Santos**. Mariana, 21 de março de 2025.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; HALBWACHS, Miguel Mahfoud. Memória coletiva e experiência. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, 1993.

VIZEU, Alfredo. Jornalismo e regionalidade: para uma crítica da noção de periferia no campo da comunicação. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 163-180, jan./jun. 2011.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; PINTO, Rachel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/ Vale/BHP em Mariana (MG). In.: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Fólio Digital, 2016. p. 39-90.

WOLF, M. **A pesquisa de comunicação**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZHOURI, Andréa. Mineração, violências e resistências: um campo aberto de pesquisas sobre conflitos ambientais no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 13-46, 20

### **Conteúdos analisados em O Espeto**

Anjo da guarda de uniforme. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 324, novembro 2015.

Solidariedade nas ruas : Jovens do Rotaract fazem campanha no centro de Mariana para arrecadação de alimentos e roupas. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 324, novembro 2015.

Tragédia em Bento Rodrigues e Paracatu comove todo Brasil que Deus nos abençoe. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 324, novembro 2015.

Posicionamento da Samarco mineração. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 324, novembro 2015.

Governador Pimentel e Tiago Cota visitam Bento Rodrigues. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 324, novembro 2015.

Rompimento da barragem da Samarco em fotos. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 324, novembro 2015.

Livro conta história de Bento Rodrigues. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 363, novembro 2016.

Gerente da Samarco vai a câmara de Mariana. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 363, novembro 2016.

R\$ 40 bilhões 616 milhões e 900 mil de multa aplicados na Samarco. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 363, novembro 2016.

Carta do arcebispo Dom Geraldo ao povo da Arquidiocese de Mariana na ocasião de um ano do rompimento da barragem de Fundão. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 363, novembro 2016.

“Pode mandar mais lama que vem mais dinheiro” afirma morador de barra longa. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 363, novembro 2016.

“Samarco firmou acordo na Justiça do Trabalho de para ampliar benefícios para empregados e ex-empregados”. **O Espeto**, Mariana, ano XVIII, ed. 363, novembro 2016.

Dois anos sem funcionar até quando a Samarco vai aguentar?. **O Espeto**, Mariana, ano XIX, ed. 413, novembro 2017.

Mariana desenvolve novo Código Ambiental. **O Espeto**, Mariana, ano XIX, ed. 413, novembro 2017.

Samarco planeja voltar a minerar em 2019. **O Espeto**, Mariana, ano XX, ed. 463, novembro 2018.

Samarco recebe prefeitos de Mariana e Ouro Preto no Complexo de Germano. **O Espeto**, Mariana, ano XX, ed. 463, novembro 2018.

Samarco recebe prefeitos de Mariana e Ouro Preto no Complexo de Germano. **O Espeto**, Mariana, ano XX, ed. 463, novembro 2018.

COMITIVA DOS ATINGIDOS FAZEM MANIFESTAÇÃO EM LONDRES E CRITICAM RENOVA. **O Espeto**, Mariana, ano XX, ed. 464, novembro 2018.

Atingidos da barragem de Fundão apostam em agenda internacional para denúncia de crime e violações de direitos. **O Espeto**, Mariana, ano XX, ed. 464, novembro 2018.

Deputado Rogério Correia e Beatriz Cerqueira vão a Câmara de Mariana lembrar os três anos do rompimento da barragem da Samarco. **O Espeto**, Mariana, ano XX, ed. 464, novembro 2018.

Poucas casas em construção no novo Bento Rodrigues. **O Espeto**, Mariana, ano XX, ed. 515, outubro 2019.

O que falta para Samarco voltar? **O Espeto**, Mariana, ano XX, ed. 515, outubro 2019.

19.4% dos processos de liberação de alvarás para a construção de casas no Novo Bento foram aprovados e Secretário aponta erros como motivo. **O Espeto**, Mariana, ano XX, ed. 515, outubro 2019.

Fundação Renova destinou R\$ 1,84 bilhão em indenizações a cerca de 320 mil pessoas. **O Espeto**, Mariana, ano XX, ed. 515, outubro 2019.

Um Novo Bento surge na paisagem. **O Espeto**, Mariana. Ed. 668, novembro 2021.

Um Outro Bento: seis anos depois. **O Espeto**, Mariana. Ed. 668, novembro 2021.

Seis anos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. **O Espeto**, Mariana. Ed. 668, novembro 2021.

Valores de honorários advocatícios descontados serão pagos aos atingidos. **O Espeto**, Mariana. Ed. 721, novembro 2022.

Encontro regional debate dependência da mineração em Mariana e região. **O Espeto**, Mariana. Ed. 773, novembro 2023.

Acordo de Repactuação de 170 bilhões é homologado STF. **O Espeto**, Mariana. Ed. 825 , novembro 2024.

Plenária do MAB com atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão debatem sobre a repactuação. **O Espeto**, Mariana. Ed. 825 , novembro 2024.

TRT-MG aumenta para R\$ 150 mil o valor da indenização de sobrevivente da tragédia de Mariana. **O Espeto**, Mariana. Ed. 825 , novembro 2024.

### **Conteúdos analisados em O Liberal Inconfidentes**

Público faz demandas para mitigar drama das famílias atingidas em tragédia de Bento Rodrigues. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXVIII, Ed. 1169, 13 de novembro de 2015.

A Arquidiocese de Mariana lamenta profundamente a tragédia ocorrida na tarde da quinta-feira (5) provocada pelo rompimento da barragem de rejeitos Fundão, da empresa Samarco Mineradora, vitimando centenas de pessoas. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXVIII, Ed. 1169, 13 de novembro de 2015.

Distritos atingidos por lama estão isolados. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXVIII, Ed. 1169, 13 de novembro de 2015.

Tragédia humana I

BATISTA, Nylton Gomes. "Tragédia humana I". **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXVIII, Ed. 1169, 13 de novembro de 2015.

MEDEIROS, Leo. "No meio do caminho tinha um distrito. Tinha um distrito no meio do caminho... ". 2015. Charge, **O Liberal Inconfidentes**, 13 de novembro de 2015.

BRAGA, Valdete. "Fazendo um paralelo". **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXVIII, Ed. 1169, 13 de novembro de 2015.

Mariana sofrerá com demissões e corte em programas. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXVIII, Ed. 1169, 13 de novembro de 2015.

SOMOS TODOS MARIANA. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXVIII, Ed. 1169, 13 de novembro de 2015.

Sem avisos sonoros, barragens da Samarco rompem e destroem localidades da região. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXVIII, Ed. 1169, 13 de novembro de 2015.

Vítimas das barragens recebem apoio da Câmara. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXVIII, Ed. 1169, 13 de novembro de 2015.

Manifestações marcam um ano da tragédia de Bento Rodrigues. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXIX, Ed. 1217, 11 de novembro de 2016.

Homenagens a cidadãos e voluntários marcam um ano da tragédia em Mariana. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXIX, Ed. 1217, 11 de novembro de 2016.

Alíquota mais justa sobre o minério de ferro é pauta de reunião em Brasília. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXX, Ed. 1265, 10 de novembro de 2017.

Arcebispo de Mariana celebra missa pelas vítimas da tragédia. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXX, Ed. 1265, 10 de novembro de 2017.

MEDEIROS, Leo. "Tragédia anunciada. 2 anos de poluição, descaso e impunidade". 2017. Charge, **O Liberal Inconfidentes**, 10 de novembro de 2017.

Alunos de Bento Rodrigues relembram tragédia e abordam o futuro em lançamento de livro. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXX, Ed. 1265, 10 de novembro de 2017.

Dois anos de luta, trabalho e esperança. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXX, Ed. 1265, 10 de novembro de 2017.

Dois anos após a tragédia, atingidos pela barragem de Fundão cobram mais ação da Samarco e Renova. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXX, Ed. 1265, 10 de novembro de 2017.

Tragédia de Mariana: três anos depois. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXI, Ed. 1314, 09 de novembro de 2018.

"Quanto valem as vidas perdidas?". **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXII, Ed. 1364, 08 de novembro de 2019.

Quatro anos depois da tragédia de Bento Rodrigues, Renova é acusada de omitir dados sobre riscos à saúde de atingidos. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXII, Ed. 1314, 09 de novembro de 2018.

5 ANOS DEPOIS: Comunidade relembra tragédia de Fundão. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro

Preto, ano XXXIII, Ed. 1413, 06 de novembro de 2020.

Justiça e verdade. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXIII, Ed. 1413, 06 de novembro de 2020.

Nos cinco anos do rompimento da barragem da Samarco, vereador questiona situação destas em Ouro Preto. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXIII, Ed. 1413, 06 de novembro de 2020.

Manifesto de 05 de novembro. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXIII, Ed. 1413, 06 de novembro de 2020.

Nos 6 anos da tragédia de Bento Rodrigues, atingidos ainda clamam por justiça. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXIV, Ed. 1463, 12 de novembro de 2021.

Atingidos de Mariana e Brumadinho se unem em atos. Momento marca 6 anos do desastre de Fundão. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXIV, Ed. 1463, 12 de novembro de 2021.

Rompimento da Barragem de Fundão completa 7 anos: atingidos ainda lutam por reparação. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXV, Ed. 1512, 11 de novembro de 2022.

Carta Oficial – MARIANA. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXVI, Ed. 1561, 10 de novembro de 2023.

9 anos do rompimento da Barragem de Fundão. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXVII, Ed. 1608, 08 de novembro de 2024.

AMIG não se empolga e questiona capacidade de reparo do novo acordo de Mariana. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXVII, Ed. 1608, 08 de novembro de 2024.

Panorama do acordo de Mariana; entenda a situação atual. **O Liberal Inconfidentes**, Ouro Preto, ano XXXVII, Ed. 1608, 08 de novembro de 2024.

## APÊNDICE

### Entrevista - Leandro Santos - Jornal O Espeto

#### Sobre a fundação do Espeto

“Então, o jornal foi fundado em 1928 e a função naquela época era ser o porta-voz de Passagem, que era uma sociedade vibrante. Tinha muito estrangeiro aqui, o primeiro sindicato de Minas Gerais foi em Passagem. Aqui tinham a vila italiana, a vila dos portugueses, a vila dos espanhóis, tinha a vila alemã, tinha os ingleses. Então Passagem a gente pode falar que foi uma comunidade de poliglota. Tinha várias línguas aqui por causa da mina de ouro que trazia mão de obra de fora para cá. E virou uma coisa bem interessante, a construção daquela época e o jornal. Aí eu voltei com esse jornal em 1998. Porque meu avô guardou esse jornal. E foi interessante que eles foram obrigados a parar com o jornal na década de 30. O povo da mina mandou matar os dois (o meu avô e o outro cara). Aí eles fugiram para Belo Horizonte, ficaram lá uns 3 a 4 anos, depois voltaram e a coisa tava mais tranquila e tocaram o bonde. Mas o jornal era mais um lazer deles.”

#### Hoje, qual é a linha editorial que o jornal segue? Nessa mudança entre esse período que ele ficou fechado, houve alguma alteração?

“É, quando o jornal foi da década de 30 até a década de 90, 2000 mudou muita coisa. Desde 2000 para cá mudou também. Então, a linha continua a mesma, que é a linha de abertura, uma linha de estar junto com as pessoas. Porque isso aí você não erra. A gente caminha junto com as pessoas e o jornal, ainda hoje, ele tenta ser porta-voz da comunidade. E às vezes isso gera alguns incômodos, porque jornal nenhum tem bandeira. A gente tem bandeira, que é meio ambiente, que é patrimônio histórico e por exemplo, quando um prefeito Duarte Júnior quis fazer uma reforma no jardim, a gente foi contra, participamos de protesto, porque a gente estava junto com os populares, associações que entraram e viram que aquilo era absurdo, a gente dava espaço para aquilo. A gente não é só um jornal que vai dar notícia. Isso é muito pouco. Acho que a imprensa, principalmente local, tem que ter um posicionamento algumas vezes. “Ah, mas isso não é jornalismo, é opinião.” Sim, é opinião, porque eu moro aqui, eu gosto daqui, eu quero dar uma opinião porque eu acho legal daqui. Então tem a ver aí essa a gente tem a parte de opinião, tem a parte de notícia, a gente tem que tentar ter um vínculo com essas questões da terra. A gente vai deixar destruir tudo aqui. Então fizemos protesto no jardim, fizemos abraço no jardim. É mais ou menos isso, a gente tem essa esses embates que a gente tem esse carinho com o lugar. Você gosta, você briga. Você não gosta, você não vai brigar. Então resumindo é isso. Se você gosta de uma coisa, você vai brigar por ela. Você não gosta. Então o jornal tem essa parte também de levar para as pessoas uma informação, uma educação patrimonial, uma educação ambiental. Vira e mexe a gente tem problema com o político, por isso, a gente pega o político e bate nas coisas que são desagradáveis para eles. Então, não é porque é desagradável que eu não tenho que falar, tenho que falar sim. “Ah, vai cortar anúncio do jornal?” Pode, já cortaram, pode cortar. Por isso que a gente tem que sobreviver com várias cidades. Por isso que o jornal vai lá em Diogo de Vasconcelos, Acaiaca, Ouro Preto, Ouro Branco, para a gente não ficar à mercê de Mariano nem de Ouro Preto, que são as cidades mais problemáticas que têm. Como tem político que fala assim: “Ah não, a gente quer fazer um contrato, mas você não pode falar da oposição”. Eu falei: “Não, espera aí, estou te vendendo espaço, não estou te vendendo o jornal”. É diferente, eu vou falar o que eu quiser, sendo que graça que eu tenho para fazer jornal? Então é mais ou menos isso, a linha nossa é essa hoje: tentar fazer o melhor possível

com o que nós temos e temos a liberdade de ter marca, de imprimir o jornal. Ontem a gente ficava dependendo muito de Belo Horizonte, agora não, a gente tem essa liberdade de imprimir o jornal, tem internet, tem YouTube, tenta levar a mensagem sem nenhum viés, nem político, nem viés de ativismo em prol de alguma coisa que tem também, pessoas que são radicalmente contra alguma coisa? **Então, por exemplo, uma pessoa que tem uma associação que é contra a mineração, não. Nós moramos numa cidade mineradora. Nós temos que ser a favor da mineração. Mas de que forma? Qual a mineração que vai ser? Aí que vai discutir isso. Você não pode falar: "Ah, não vou explorar mais minério de ferro". 99% da renda de Mariana vem do minério de ferro. O que não vem de minério de ferro, ele vem por causa do minério de ferro.** Então, essa fase vai passar um dia. É isso aí. Por enquanto nós estamos aí nessa linha, eu acho que não pretendo mudar porque se mudar perde a graça de fazer o que a gente faz.”

**O que que é mais importante para você para virar notícia para o jornal e onde normalmente as pessoas que trabalham com você buscam as fontes, buscam as pautas?**

“Ah, o que é notícia... Ah, isso é uma coisa muito subjetiva. Porque uma coisa pode ser notícia para alguém, para outro não. Mas a gente sempre tenta balizar pelo que é importante para a comunidade. Então, se uma coisa afeta as pessoas, é notícia. A gente não gosta de entrar muito em foro íntimo, tipo um vizinho que joga lixo no lote do outro. Aí já tem a coluna de “Fica feio”, que é para gozar mesmo, brincadeira. O que acontece, nós temos que ser atuais, ou seja, acompanhar o que tá acontecendo na cidade. Ou seja, é greve hoje? Vamos falar de greve. A prefeitura vai dar uma coletiva? Então vamos à prefeitura. Ah, tem uma manifestação? Vamos na manifestação. Então, coisas que acontecem são públicas na cidade. Isso é uma coisa, assim, que a gente vê que é notícia. Segunda coisa, é eventos. Tem um evento na cidade, o povo vai participar? Então, você tem que noticiar. Tem um show, uma festa, carnaval, desfile.”

**Tem algum tipo de notícia que você não publica de jeito nenhum?**

“Tem. Inclusive, foi um acordo com o Corpo de Bombeiros. Nós não publicamos notícias que a gente chama hoje de auto extermínio. Porque as consequências são pesadas. Elas parecem que incentivam. Então, quando você começa a falar nesse tipo de notícia ruim, a coisa parece que toma proporção maior e quem tem vontade piora. É o caso de depressão, você tem que tomar muito cuidado a forma que você vai divulgar isso no jornal. A gente prefere não mexer porque parece que quando você fala muito, desperta na pessoa. Então pelo contrário a gente quer combater, a gente quer levar coisas alegres, quer levar alegria, quer levar desfile, quer levar artesanato, coisa no jornal. Então, é uma forma de contribuir com o efeito disso.

A outra que a gente tem muito receio de divulgar é processo em andamento. Por quê? “Ah, fulano de tal é acusado disso.” Mas ele foi condenado? Ele foi julgado? Se já teve o primeiro julgamento, já tem a sentença, aí sim, já é notícia. Porque acusado todo mundo pode ser. Eu posso estar lá, eu posso estar na polícia fazer um BO. Então a gente prefere não divulgar um negócio desse. É porque aí o jornal já toma essa posição mais de juiz do que de mediador. “

**E hoje como vocês escolhem quem vai falar para o jornal? Qual é o critério de escolha dessas fontes?**

“Bom, a gente ainda trabalha com fonte anônima, em alguns casos. A pessoa tá em alguma ordem, ela dá uma informação, ela não quer aparecer. A pessoa que falou comigo, ela não quer aparecer, que ela tá envolvida em algumas coisas da prefeitura que ela descobriu isso. Então, a gente preserva a fonte. Se a gente vai em um evento, aí tem as pessoas falando, essas são as fontes que estão lá falando. Então, são as fontes públicas. Outra coisa são as fontes de documentos. O documento é acessível então o documento é fonte porque é oficial. Mas como

eu consegui ele, ninguém precisa saber. Mas o documento é oficial. E geralmente na entrevista eu converso com a pessoa, eu peço a autorização na entrevista. Eu vou filmando e falando: “Ó, tô conversando com fulano, hoje dia tal, ela vai falar sobre isso”. Se ela responder, ela está concordando em me responder, para eu não precisar de assinar documentos. Então na própria entrevista ela tá falando que ela pode. Então a fonte é isso, a gente lida com as pessoas, conversa com todo mundo.”

**E como é a rotina de produção aqui no jornal? Vocês tem costume de fazer reunião de pauta? O jornal sai semanalmente? Quantas páginas mais ou menos?**

“Ele começou bimestral. Depois foi bissemanal na quarta e na sexta. Hoje só tá na sexta. E essa questão de tratar pauta, discussão que vai fazer... Eu falo que a gente a gente acorda de manhã e não sabe o que que acontece. Ontem mesmo, às 10 horas da manhã, o presidente da Câmara de Ouro Preto mandou avisar: "Ah, vai dar uma coletiva eu e o prefeito da cidade". Então você não sabe o que vai acontecer. Já acorda, põe a roupa e fala assim: "Vou tá apresentando para todos os clubes, porque eu não sei onde que eu vou". Posso ir no lixão, posso ir na prefeitura, posso ir na cadeia, posso ir na delegacia Então você não tem uma previsão. Agora, tem a hora do fechamento do jornal, que é sexta-feira.. Sexta-feira a gente define o que foi, acabou. Agora para diante, não importa mais o que fazer. É o que produzimos a semana, a gente põe no jornal. Agora é a hora de passar a régua, imprimir e de tarde entregar.. Então, talvez até na quinta-feira às vezes a gente faz isso. Aí isso é viagem de semana, tem um ponto final. E a reunião de pauta nossa, as pessoas que trabalham para gente, eles vão estar falando durante a semana, a gente vai vendo o que vai acontecendo e já vai colocando no jornal aquelas coisas que vai para a semana. O que dá mais ibope, o que dá mais interessante, vai colocando no jornal, já vai fazendo eles aos pouquinhos já.”

**E aí qual é o critério para o que vai para a capa e o que que fica nas páginas seguintes do jornal? Como vocês separam mais ou menos?**

“A gente gosta muito daquilo que é inédito. Uma coisa diferente. Vai para a capa uma coisa inédita, uma coisa que chama atenção. Algumas vezes algumas prefeituras pedem para gente pôr na capa algumas coisas deles. Eu nunca ignoro. Mas a capa tem que ser uma coisa que vai fazer a pessoa ficar ali. Então, a gente tem material para pôr na capa. Então, tem coisa que chama atenção. Você não pode deixar interferências para que se dirija a isso aí qual que é a notícia. Tudo bem, você pode aceitar, release. Tem isso também. A gente chama até de release mania. Tem jornal que não faz jornal, faz só release. Em muitos releases essa questão de matéria pronta, matéria da pessoa, que espera chegar o release. Tem um exército de gente mandando release, fazendo aquela coisa sem graça, sem sal. Publicamos algumas coisas, publicamos. É utilidade pública? Beleza. Agora, tentar dar uma opinião como fosse isso, a gente já segura um pouquinho. Pessoal da prefeitura só querem receber elogios. Quando você critica, questionam: “Mas qual que é sua fonte? Você não ouviu ninguém?” Mas não precisa ouvir ninguém, não. Eu passei lá e vi. Então, mas você não tem que ouvir a gente? Eu falei: "Não, não tem que ouvir ninguém não, dando opinião. Aí até que ponto o jornal é a gente é livre e até que ponto você vai dar um passo Eu posso dar um passo? Eu tenho, quem que eu tenho que ouvir para me dar um passo? Não, se eu vivenciei aquilo, se eu ouvir aquilo, eu posso falar aquilo. Eu não tenho que perguntar à prefeitura.”

**Você considera que o seu jornal é mais popular, mais voltado para as demandas do público e não para atender a isso que as prefeituras e as câmaras vem solicitando?**

“É, a gente tenta fazer isso a cada semana. Cada semana é um desafio. Cada semana é uma luta. Porque há sim interferência, há várias forças ali e a gente tenta toda semana ser assim.. Às vezes a gente consegue bravamente. Tem uma semana que não consegue, semana que você vê que

um assunto não tem como fugir e vai. Então, a cada dia a gente acorda tentando fazer o melhor. Se consegue, eu não sei. A gente tenta fazer. A gente tenta fazer o máximo para que o jornal seja voltado às demandas populares.”

### **Quantas pessoas compõem a equipe?**

“Na verdade são: fixo eu e o Rosemberg. E tem o João e Hynara, que são freelancer. Tinha outros também que trabalham eventualmente para a gente na parte de freelance, porque eles que sugerem a pauta.. Então, é meio variável isso. E o João e Hynara é por demanda. Eu ligo e falo: "Ó, vai no evento, tal, faz tal coisa". Tem também o pessoal do site, que é o Eduardo. Ele mexe só com site, eu o técnico do site. Nosso site já foi derrubado, já foi atacado, já teve muita coisa. Já temos que fazer outro site, esquecer o antigo. Antes era [www.espeto.com.br](http://www.espeto.com.br). Esse morreu. [www.jornaloespeto.com.br](http://www.jornaloespeto.com.br), que é o de hoje. Porque foi tanta coisa que chegou no site, tanto ataque que vamos criar um novo como novo de segurança, não dá nem para recuperar o site. Então tem isso também. a política sim, tem essas coisas. Quem tá preocupando é atacar o site? Pode ser a mineradora? Pode.”

### **E como é essa relação com as mineradoras? As mineradoras são anunciantes aqui no seu jornal? Como é quando você precisa fazer alguma matéria é criticando a atuação das mineradoras aqui na cidade?**

“Muito fácil. É, tem alguns casos que servem de exemplo, né? Quer dizer, quando eu falei que a Vale ia ficar só 20 anos em Mariana, o povo ficou doido. Porque foi um relatório da Vale. Aí o povo da Vale me chamou, entrou em contato, aí veio um jornalista lá de BH para uma reunião com o diretor da Vale em Mariana, só para conversar com ele. Para falar que a expectativa na verdade é de 100 anos. Aumentou de 20 para 100. Os relatórios que eles lançaram para a imprensa nacional eram de 20. Mas não, não é 20 mais não, é 100, 100 anos. Então tá. Eu só falei que eles vão embora. Tirou o minério, vai embora. Agora é mentira? Não, é verdade. A barragem lá arrebentou? Arrebentou! Tá, coisa aconteceu? Dá notícia. É diferente falar mal. Nós não falamos mal. Nós apenas o quê? A gente dá notícia. Não é criticar, mas você tem que dar voz para as pessoas, procurar informação. Quando eles querem informar alguma coisa. Então tem e essa relação ela é bem clara para mim, não tem que ficar Ah, quer que eu vendi anúncio? Vende anúncio. O jornal continua do mesmo jeito. Vender anúncio não quer dizer que você está comprando o jornal.”

### **Em relação ao rompimento da barragem, como foi a cobertura? Como você analisa a cobertura do jornal no dia do acontecimento e também nos anos posteriores?**

“A gente tá muito próximo do problema. Meu irmão tinha um sítio a 13 km de Bento Rodrigues. Então, Bento Rodrigues era o quintal, vamos dizer. As pessoas que trabalhavam para ele vinham de lá, a gente ia lá comprar as coisas, porque em Camargos não tem nada, Foi um impacto grande. E no dia do rompimento, nós fomos lá ver no mesmo dia. E o fedor de água sanitária que estava na lama era impressionante. A pessoa fala assim: "Ah, não tem produto químico na lama". Eu falei: "Ah, beleza, não tem. Porque está fedendo então?". O que é esse fedor? Eu conheço aquela área toda. Eu vi toda a destruição, tirei fora, ou seja, tá in loco ali, sentindo o cheiro das coisas. Você está ali com o coração apertado, será que vai romper outro? Então, você sente a agonia da pessoa. É diferente de alguém que vem lá de Belo Horizonte, vem de avião ou pega o carro, vem para cá. Não, você tá vivendo ali. você vive o medo. E aí devido a isso tinha que passar por Santa Rita, todo mundo teve que passar por Santa Rita. E viu o caminhão passando, caminhão indo, caminhão voltando. E o povo achando que o mundo ia acabar. Porque era a segunda ou terceira vez que o povo do Bento saía das casas já. Eles tinham saído antes. Toda vez que chovia, eles saíam, iam pro lugar alto, com medo da barragem romper. Então o medo já acompanhava esse povo. Mas esse povo saiu da casa com medo. Aí por várias

vezes, eu lembro de três vezes que eu estava antes de romper efetivamente. E rompeu no dia que não estava chovendo, rompeu no dia normal. Né?

Então é assim, a gente acompanhou in loco isso aí. Então quando você vai dar uma notícia dessa, você vai ver o que aconteceu, já é uma coisa na sequência. Você não vai começar agora, não. Quem vai dar a notícia aí? Fazer coletiva de imprensa? Chega um pessoal lá, senta lá pra confirmar que rompeu e que vamos garantir isso e aquilo. Garantir o quê? E a barragem não é igual a um litro de leite que entorna. Não. Primeiro os ladrões de água entopem, primeiro ela fica mais mole, ela dá sinal, o negócio daquele tamanho não é assim igual o leite que ferve. Aquilo ali ó, está dando sinal. Ou seja, eles assumiram o risco. Porque aquilo vai saturando de água até chegar ao ponto de romper. Será que ladrão tava funcionando? Tava escorrendo água? Como é que tava o trabalho? Porque eles dão conta de tudo que tava acontecendo dentro, tem gente para tudo. É que vocês não viram isso?”.

**E aí num primeiro momento, a partir dessas falas da Samarco, como vocês nomearam o que aconteceu? Vocês chamaram isso de acidente, de crime?**

“Não, a gente chama de estouro. Desastre, estouro, geralmente o termo que a gente usou foi esse. O rompimento, estouro, desastre da barragem, sempre no nome da Samarco. A gente não usa o nome de Fundão. Rompimento da barragem da Samarco, pronto, o nome dela, ela que é a autora. É porque ninguém sabe o que é BHP. E Vale está perto mas a barragem era da Samarco. Nem eu sabia que a Samarco pertencia à Vale, que a Vale é sócia da BHP. Isso aí não importa. Quem é o quadro societário da Samarco isso aí é irrelevante.”

**Esse ano já vai completar 10 anos, como que o jornal foi se comportando diante dessas reverberações do que aconteceu?**

“É interessante, a gente sempre acompanhando, a gente participando, divulgando os movimentos da Volta Samarco, dos processos, deu uma complicação danada. Inclusive o povo da Samarco esteve aqui para dar entrevista explicando, o prefeito também. Os comerciantes de Mariana, porque quando rompeu o pessoal não sabia o que aconteceu. E agora? Como é que elas vão ficar sem mineração? Aí deu uma parada boa na Samarco. Ou seja, uma atividade importante de Mariana. Aí começaram a cair vendas, começaram a ficar preocupados. Os meninos mudaram de escola. Muitos empregados perderam o emprego. Até criar a Renova e empregar pessoas da Samarco na Renova. Mas ficou aquela coisa ali. E de repente: “Não, nós vamos botar todo mundo em feiras premium, todo mundo em férias coletivas”. E o empregado vai fazer o quê depois das férias coletivas? Ele ia voltar para onde?. É o ciclo econômico, encerra. Quando encerra o ciclo econômico, encerra tudo.

Só que pegou todo mundo aquela coisa. Aí fizeram uma passeata na rua. “Volta a Samarco” Aí tinha um pessoal criticando a Samarco, pelo que aconteceu, pelo desastre, pelo rompimento da barragem. Aquela briga por luta, por reparação, por ter feito o que fez, o desastre, nossa, uma coisa horrível. E tinha outro querendo que ela voltasse. Por eles nem parava, não, aconteceu, mas pode continuar, pode ir porque nós precisamos do trabalho. Aí vem o papo, precisamos do emprego, precisamos gerar renda, precisamos não sei de quê. Se arreventou aí, foda-se. A impressão que dava era essa. O egoísmo imperou profundamente, né? Eu faço parte da ACIAM - Associação Comercial de Mariana. A gente viu esse papo, de tem que minerar, Mariana tem vocação, tem que gerar renda, tem que gerar emprego, tem que voltar. No Espírito Santo é a mesma coisa, a gente dava espaço para as manifestações dele, divulgando o que eles falavam. E divulgava também as passeatas que eles vinham contra a Samarco. Aí o próprio povo começou a brigar por uma coisa que nem existia, nem tinha necessidade de eles brigarem. Mas criou um clima assim bem... diferente. A gente vê. Então, é bem complicado essas questões aí.

A discussão era essa. E essa marca vai fechar ou não vai fechar? É Um absurdo a empresa fazer o que fez ou estar fechada naquele momento ali, naquela hora? Eu via o povo perguntando: Como é que vai pagar esse povo aí à toa aí? pra pagar hotel, a empresa tem que voltar a trabalhar. Como é que vai ter dinheiro para pagar diária de hotel?” Falei: "Gente, vocês não têm noção ainda do tamanho da mineradora e estão se preocupando que ela tem que voltar para pagar diária de hotel...”

Aí virou uma coisa contra os atingidos. Os atingidos não sabiam o que ia acontecer. Teve gente que falou comigo: "Eu queria minha bica de volta, minha bananeira. Eu queria os passarinhos que vinham comer aqui, eu jogava comida na mesa, vinha comer quase no pé da minha mão assim, um monte de passarinho”. Então, a saudade deles é uma saudade que dói. Eles não querem nada disso aqui não, eu quero sua casinha, o seu cantinho, seu galinheiro, sua bica. Onde o cara vai ter uma bica em Mariana? Um galinheiro? Silêncio? Sentar na porta da rua, chega um vizinho de lá, de cá, sentar, o outro vinha lá, aquela companhia, ele perdeu. Ele perdeu o lazer dele, que era conversar com os amigos, com os conhecidos e conversar com a memória. Você conversa com uma pessoa, você está rindo de um caso de 30 anos atrás. Você tá gozando da pessoa, lembrando de antigamente. E essas memórias afetivas gostosas que eles tinham lá, perdeu..”

## **Entrevista com Paulo Noronha - Jornal O Liberal Inconfidentes**

### **Sobre a fundação do Jornal, breve histórico**

“Então, o jornal O Liberal foi fundado em agosto de 1988. Pelo menos é a data oficial. Mas eu acredito que já tinha a ideia de fazer alguma coisa nesse trabalho antes. E ele foi fundado pelo meu pai. Meu pai era jornalista, já tinha uma certa idade na época, já devia ter uns 50 e poucos anos, na verdade radialista era a principal atribuição dele. Certo? Mas já tinha tido experiências largas aí pelo país inteiro. Ele já tinha saído meio que fugido na época da ditadura porque ele teve alguns conflitos com o governo militar. Então, ele conheceu minha mãe. Minha mãe era bem nova na época, devia ter uns 16, para 17 anos. E para ela poder vir estudar em Ouro Preto, ele veio junto com ela. Enfrentou uma série de dificuldades aqui (de ordem financeira), passou um cheque sem fundo, nisso aí ele acabou sendo preso, no que ele foi preso assim, era aquele esquema de ficar de noite na da cadeia e depois saía durante o dia. Ele tentando sair dessa situação complicada que ele estava vivenciando, ele buscou aí pessoas que tinham um envolvimento com a política da região e conseguiu o financiamento da primeira edição do jornal. Isso lá em Itabirito. E como era época eleitoral, existia um interesse muito grande que tivesse um jornal falando, era muito irregular os jornais. Não tinha jornal na região que ficava circulando o tempo todo. Eles circulavam um tempo, paravam, depois retornavam. Principalmente por causa das dificuldades financeiras durante os períodos onde não tinha grande fluxo de dinheiro.

E aí ele fundou esse jornal. Inclusive, se você for lá no o site do jornal, você vai ver que a primeira página, ela foi uma coisa bem política mesmo, certo? A primeira página do jornal. E é com esse dinheiro justamente que foi dessa campanha lá de Itabirito. E aí ele começou a dar seguimento aí, começou a sair com as notícias, ele era muito combativo, certo? Ele tinha as opiniões dele eram mais orientadas à esquerda, certo?

E isso daí também ajudou ele a ter guarida aqui de algumas pessoas que eram relacionado aos movimentos políticos de esquerda, mas muitas vezes também ele era interpretado como sendo

uma pessoa de direita, não era exatamente uma coisa reta e direta não, porque podia ser bem caótica as opiniões dele.

Então a gente já foi atacado por todo tipo de grupo aqui por causa da maneira que ele se posicionava, mas talvez um dos maiores ataques é porque a população não estava acostumada com a ideia de um jornal que fosse opinativo ou que fosse combativo ou que se posicionasse. E nos anos iniciais dele, ele foi bem aguerrido, ele assumiu a posição com muita facilidade sobre tudo o que acontecia, sabe?

E isso começou a gerar alguns conflitos com figuras políticas aqui da região. E desses conflitos, eu acho que culminou no mais grave foi um atentado que o jornal sofreu. A gente tinha o hábito de fazer uma distribuição do jornal gratuito. Essa ideia ele sempre teve desde o início. O nome O Liberal Inconfidentes inclusive é inspirado no jornal que lá do Pará, certo? O Liberal, que é o mais famoso de lá.”

### **Linha editorial do jornal? Teve alguma mudança com o passar dos anos? Quais as diferenças**

“Então, a linha editorial do jornal, no início da fundação dele, era mais aguerrida, certo? Então existia um posicionamento político muito claro no jornal. Quando eu entrei no jornal, eu até tentei seguir um pouco essa ideia, mas eu não tenho esse perfil, e como a parte de redação e de editoria sempre foi minha responsabilidade, eu cheguei à conclusão de que não daria certo e porque também era antieconômico na minha visão, em algum grau, certo? Hoje nós já estamos vivendo uma situação que está tendo uma mudança na minha opinião. Hoje se você não assume posição, principalmente por causa da prevalência da internet, você tende a perder dinheiro, mas durante um período, entre os anos 2000 e 2015, 2014, quando a imprensa ainda tinha uma grande relevância, você tinha que ter uma linha editorial acho que mais neutra. E eu ainda tento acreditar nisso.

Então, quer dizer, ela passou de uma linha editorial não neutra, uma linha editorial mais neutra, ou seja, a gente buscava sempre informação, sempre dar os dois lados da situação, mesmo que eu tenha minhas posições políticas, eu sempre tive pessoas até com posição política contrária trabalhando comigo, nunca tive grandes atritos nesse sentido. Tinha algumas coisas assim que eu barrava, porque era questões que ia muito fundo no conflito ideológico, certo? Mas onde não tinha grandes pontos de divergência, assim, grande conflito de polêmica pesada mesmo, dava toda liberdade de cada um atuar como como achasse melhor, sabe? Mas sempre tentando neutralizar a voz do jornal. O jornal, ele procurava dar a voz para os outros, mas ele mesmo tendo o mínimo de voz possível para as pessoas poderem tirar as próprias conclusões.

Hoje eu enfrento uma certa dificuldade com isso, porque hoje se você não se posiciona abertamente, você não é abraçado pelo público em geral. A política pública no geral, não, por um público. Você precisa acabar nichando seu público para poder ter mais impacto. Então é uma dificuldade que eu enfrento hoje e que eu sinceramente não sei se eu vou fazer essa alteração da linha editorial do jornal, não. Eu ainda prefiro manter uma linha editorial mais neutra. Tem coisa, por exemplo, no jornal que eu posso falar com você com tranquilidade. Sai e eu não concordo, mas eu deixo sair porque eu sei que é a visão do repórter, a visão do meu jornalista é a visão das pessoas assim e não tenho nenhum problema com isso, certo? Dá pra gente congrega vários pontos, até pontos conflitantes, pontos que entram um em em conflito com o outro, dá pra congrega no jornal e deixar as pessoas fazerem a sua avaliação das coisas.”

### **Você comentou que essa virada de chave da não neutralidade para a neutralidade veio quando você assumiu. Quando aconteceu isso?**

“Isso foi em torno de 2003, foi quando meu pai faleceu. Ele sofreu uma doença durante uns 2 anos e aí eu tive que assumir. Inicialmente foi caótico, não teve nada estruturado, não foi nada tranquilo. Eu não sabia bem o que eu tava fazendo, eu estava com 19 anos de idade na época,

eu não tinha formação nenhuma na área de jornalismo, então foi só no improviso. A única coisa que eu tinha era um certo talento para escrita e para redação. Mas esse período de 2003 aí e assumir as dívidas, o jornal totalmente endividado, certo?

Então foi talvez o período mais crítico do jornal em termos de produção de material. Eu digo que a produção de material hoje a gente tá se aproximando do que eu mais gostaria de ter, porque a questão econômica sempre pressionou muito a gente, certo?

Mas em 2003, que foi esse ano, que é que eu assumi junto com a minha mãe, a gente não conseguia nem produzir praticamente material nenhum, porque enfrentando todas as dívidas que tinha, a gente basicamente virou uma espécie de press release mesmo. Era tudo que vinha das prefeituras e a gente publicava e era isso uma coisa ou outra nossa que às vezes saía no jornal. Então foi nesse período aí e aos poucos a gente foi tentando recuperar os nossos o nosso espaço como jornal aí.”

### **E hoje, como vocês trabalham? Como é a rotina de produção de vocês? Como é a escolha das pautas, das fontes?**

“Não existe uma reunião de pauta semanal propriamente dito, certo? Eu normalmente faço uma reunião a cada um período aí de 4, 5, às vezes até 6 meses, certo? Então são duas reuniões por ano, Às vezes 3, às vezes 4, que são para alinhamento do nosso trabalho mesmo, mas nós temos uma espécie de reunião de pauta orgânica que funciona da seguinte maneira. Tudo que a gente acha interessante, a gente joga num grupo de WhatsApp, certo? E fica como sugestão para poder perseguir aquele assunto. Se tem um assunto específico que chegou até a nossa equipe que precisa realmente de atenção, eu aviso para eles, né? E a orientação principal que eu dou é a seguinte: sempre é ouvir todos os lados. Ou seja, não dá para ouvir todos os lados, sempre, mas sempre ouvir pelo menos os dois lados mais importantes. Então fez uma entrevista com algum popular, esse popular está por exemplo denunciando uma empresa, é uma mineradora, vai e dê a opção da mineradora falar alguma coisa.

Muitas vezes as mineradoras, por exemplo, a empresa ela vai esquivar. Esquivou, aí a gente vai colocar, ó, a empresa não deu posicionamento, segue aberto, mas a gente sempre toma esse cuidado. O que criou um outro problema para gente que é o seguinte, o processo de apuração hoje, ele é muito abandonado por todos os órgãos de imprensa, porque quanto mais rápido, mais viu e quanto mais viu, mais retorno financeiro.

Então, isso é uma coisa que eu estou tentando bater o pé com os meus os meus repórteres, até porque eu não dou conta de ficar produzindo esse tipo de conteúdo de consumo rápido o tempo todo. Não tem como. E, mas é o que eu, o que eu tenho observado é o seguinte, que não tem mais apuração. A apuração está muito prejudicada, certo? Então o que a gente tenta fazer é apurar o máximo possível.

E nesse processo aí, a gente acaba sendo muito mais lento do que alguns outros órgãos de comunicação da região. E isso daí é uma coisa que acontece? A gente herdou do jornal que era antigo também, o jornal anterior, a gente também tentava fazer isso sempre o máximo possível, certo? Dentro das nossas possibilidades. Então a gente herdou essa postura e a gente tenta levar ela agora, mas essa é uma postura que é de novo uma postura um pouco econômica, ela não é muito funcional. Porque tem jornal aí que o que que a função dele?

É ficar publicando 30 40 acidentes por semana o mais rápido possível para poder gerar atenção e fazer a pessoa ficar meio zumbificada no scroll do Instagram ou de outras coisas assim. E aí a gente ainda tenta fazer alguma coisa que é mais apurada, com mais detalhe, com mais informações, que ela esteja confirmada realmente que aconteceu.

E nesse processo até os próprios órgãos que normalmente forneciam informações, como polícia, essas coisas, eles tão se eles estão se viciando nesse processo de notícia rápida. Então eles já não passam mais detalhes ou estão eles, eles não ignoram qualquer demanda por informação.

Então, virou uma coisa agora que é tipo que é sem nenhum tipo de fundamento. Só que quanto mais rápido sai, melhor.

E aí eu me pergunto onde que isso vai parar, porque como é um processo relativamente novo, não dá para saber quais são as consequências disso. Vai ter consequência jurídica? Pesada? Não sei. Vai ter uma consequência de desinformação maior da população? Provavelmente. Mas, é, voltando aí na nossa rotina então, que você perguntou sobre a rotina. Então tem esse grupo nosso do WhatsApp, que a gente é um grupo de redação interna, a gente vai jogando lá tudo que a gente acha interessante.

Quando eu tenho uma sugestão específica, já que a editoria é minha, eu vou lá e falo: "Olha, essa aqui é importante seguir, ou então se eu tenho alguma coisa que a pessoa, ela vem com alguma demanda, às vezes vem uma demanda comercial também, eu falo: "Ó, essa aqui tem que cobrir, gente, porque é dinheiro que vai entrar pra gente".

Mas eu tenho todo um roteiro que eu já passo nas reuniões iniciais de cada ano e que eu repasso depois de um tempo no ano também, que tem que ser feito. Onde que tem que cobrir? Quem é que tem que ficar atento? É assessoria de comunicação, é presidente de bairro, é vereador, é população que vai se manifestar às vezes na Câmara ocasionalmente, é às vezes até alguma coisa de natureza cultural, tem que ficar atento, rede social, ah, sai da rua?

Não existe. Isso é uma coisa que eu falei inclusive esse ano na reunião com o apóstrofe. Não existe isso de querer fazer jornalismo de dentro de casa, que a pandemia a pandemia viciou os jornalistas em ficarem dentro de casa só no trabalho remoto colhendo o dado, ou seja, vindo um jornalismo de segunda mão, onde você cole dado de um site, o outro site replica e ficam replicando eternamente e não existe mais a obtenção primária da notícia.

Eu falei: "Não, tem que sair de casa, tem que fazer story é na rua, tem que fazer rio é na rua, tem que colher áudio, tem que colher é na rua com as pessoas, você tem que ir para os eventos, você tem que tem que fazer presencial, se não tiver presença não tem jornalismo. Como as orientações também que eu passei para eles."

### **Quais são os critérios de noticiabilidade do jornal?**

"Então, o que vira notícia basicamente é o seguinte: primeiro poder público a gente é muito focado em poder público, como o nosso jornal acabou esse nicho mesmo nosso, sabe? Então, as pessoas meio que já esperam isso, inclusive o próprio poder público já viu o jornal como uma espécie de divulgador, tanto dos atos dele quanto das dificuldades que eles estão enfrentando, certo? Então, tudo que é relacionado ao poder público eventualmente vira notícia pra gente. Além disso, denúncia.

Tudo que eu recebo de denúncia da população sobre alguma dificuldade de algum serviço e tal, poder público também, a gente transforma isso em notícia. O que eu não gosto é que para mim não entra como notícia, que eu acho que para mim é desnecessário, a menos que tenha algum caráter pedagógico é trânsito. Quando eu falo isso é o seguinte: a exploração do acidente de trânsito para sensacionalismo não me interessa muito, certo? Então, esse negócio de ficar explorando notícia de que muito jornal anterior explora, notícia de trânsito ou então notícia de crime só para para poder adquirir grande quantidade de visualização, isso não nos interessa tanto. Eu não sei até onde eu vou sustentar essa situação, onde eu vou ter que entrar nessa lógica do mercado de jornalismo, que muitos deles estão nela, certo? Mas eu evito.

Outro tipo de notícia que eu evito também é notícia é de tráfico de drogas e de guerras drogas. Aí é uma visão, uma posição ideológica especificamente minha, que eu falo o seguinte, é gastar muita energia com bombagem. A menos que envolva questões mais profundas como violência. Então, para mim não faz sentido você ficar dando notícia sobre um uma apreensão de uma arma, de um matuto que tá numa área erma e que ele precisa de algum grau de proteção própria, certo? Agora, quando é por exemplo, uma agressão contra a esposa ou então algum

tipo de crime que uma pessoa bebeu e se descontrolou, que aí já vem entre outras questões, aí isso daí para mim vira notícia, certo? A filtragem disso.”

**E Paulo, como é que vocês lidam com a proximidade das fontes?**

“Então, na verdade, esse nunca foi um problema muito grande não, certo? Era muito pouco compreendido que você não pudesse divulgar a fonte. Antigamente as pessoas tinham muito medo, porque para você divulgar alguma coisa, se você não divulgasse a fonte, o jornal imediatamente ia sofrer uma grande responsabilização. Isso até o poder judiciário, ele era conivente com a corrupção, vamos colocar nesses termos.

Porque eles prefeririam penalizar o órgão de comunicação que não, por exemplo, se eu não divulgasse uma fonte há 30 anos atrás, eu nem trabalhava ativamente, mas eu via isso acontecer. Se eu não divulgasse uma fonte há 30 anos atrás, a chance de você ser penalizado pelo poder judiciário era muito grande. Hoje você já tem um pouco mais de liberdade enquanto jornal de proteger a fonte, certo?

O que leva as pessoas a poderem ter um pouquinho mais de liberdade de se posicionarem dependendo da situação. Mas tem coisas, por exemplo, que infelizmente não dá para fazer, por exemplo, sem uma denúncia formal, sem um boletim de ocorrência, sem uma denúncia no Ministério Público, certo? Então a imprensa Isso é uma coisa que eu também cheguei à conclusão, a imprensa não pode ser a linha de frente para tudo.

As pessoas precisam também quando elas querem se posicionar, elas precisam assumir algum grau de risco pessoal pela causa que elas estão lutando por ela, certo? Não pode, eu não posso ser o único guardião se a própria pessoa às vezes não luta pelo que ela tá querendo denunciar, certo?

Tem gente que tem muita fragilidade, tem, mas fragilidade social, fragilidade de toda sorte, mas o que eu faço é o seguinte, eu oriento ela primeiro a buscar os órgãos mais básicos: Ministério Público, polícia, essas coisas assim. E aí uma vez que ela fez essa denúncia, foi formalizada essa denúncia, é a obrigação do Ministério Público, por exemplo, proteger a identidade dela.

A pergunta de fonte é uma coisa interessante. Muitas vezes também o que acontece? É aquela fonte que quer ela quer de alguma maneira, principalmente fonte mais qualificada, numa posição de poder, eles querem tirar alguma vantagem às vezes com uma publicação de notícia. Então, o único cuidado que eu sempre tomo é o seguinte, é sempre buscar outra posição, porque sempre tem uma posição contrária, uma posição diferente e você buscando outra posição, você colocando A e B, as pessoas vão poder julgar qual que é a verdade, às vezes não é fácil, mas elas vão poder pelo menos ter ferramenta para poder julgar qual que é o qual que é o lado mais válido diante daquele conflito que foi estabelecido.”

**Eu queria que você me falasse um pouco sobre o seu público: qual é o alcance que o jornal tem hoje aqui na região. E sobre o jornal Impresso, eu queria que você me esclarecesse quantas páginas tem o jornal, quais as editorias que tem, a periodicidade, a tiragem e se hoje ele é vendido, é, ou se ele é distribuído gratuitamente para a população?**

“Então, ele é distribuído gratuitamente. Vamos falar sobre o jornal Impresso primeiro: Ele tem entre 12 e 16 páginas, hoje mais 16 e não tem editoria. O que acontece é o seguinte, a gente não faz essa divisão, porque como é muito poucas páginas a gente cobre três cidades, Ouro Preto, Mariana e Itabirito, a gente divide por cidades. Então as editorias seriam as notícias da cidade. É claro que a gente separa, por exemplo, notícia de crime policial, de notícia de crime social, tem uma coluna que é mais social que é o panorama, tem uma coluna que é mais policial que era o antigo Justiça Polícia, hoje eu nem faço mais essa divisão não, certo? E tem as notícias gerais assim. Eu tenho os colunistas do jornal, quatro colunistas atualmente, certo? Já tive mais, mas à medida que o jornal vai ficando mais velho, também a arte de fazer coluna jornalística, ela vai meio que se perdendo, certo?

São 6.000 exemplares do jornal, ele já chegou até bem mais, já chegou até 15.000 exemplares distribuídos regularmente, certo? Hoje são 6.000 exemplares distribuídos em Ouro Preto Mariana e Itabirito, gratuitamente. Sempre foi gratuito o jornal, certo? Então o financiamento dele sempre veio principalmente das empresas da região e do poder público, principalmente.

Eu acredito que ele alcance um público aí um pouco maior do que o São 6.000, porque passa o jornal de mão em mão, então deve estar em torno de 12, 13.000 pessoas fazem a leitura do jornal semanalmente. É, no site eu tenho em torno de 15.000 pessoas por mês, ou seja, por uma região igual Ouro Preto, Mariana e Itabirito, que são 200.000 habitantes aproximadamente, somando tudo, não é um número pequeno.

E no Instagram, especificamente, que é uma rede social minha mais acessada, de acordo com os próprios índices que eles me passam, que eu tendo acreditar nesse, ele tem em torno de 30 a 40.000 visitantes por mês. O Facebook deve estar em torno também de uns 20.000 visitantes por mês, né? A página do Facebook, mas esse dado eu não tenho como precisar para você, certo? Exatamente. O Instagram tem em torno de 30 a 40.000 todo mês.”

**Hoje vocês têm publicidade, em média quantos anúncios por mês e quem são seus principais anunciantes?**

“Meus principais anunciantes são prefeituras, as prefeituras municipais da região, certo? Itabirito, Ouro Preto e Mariana. As Câmaras Municipais de Ouro Preto e de Mariana. De Itabirito eu já não posso contar com ela já tem uns bons anos já, mais de uma década talvez, por causa de uma situação específica lá legal que dificulta muito a licitação, certo?

Então é uma coisa assim que é ano a ano troca o presidente, então quando eu troco o presidente com muita velocidade, não conseguem fazer contratos. Cada presidente que entra tem que fazer um novo contrato, então isso dificulta muito a a licitação. Além disso, as mineradoras da região são grandes financiadoras do jornal, certo? Samarco, Vale, elas sempre anunciaram muito com o jornal.

Pequenos empresários da região também são financiadores, apesar de não serem tão significativos, eles têm espaço no jornal, rede supermercado né? E são os principais anunciantes assim. Hoje eu tenho alguns anúncios também no governo do estado de Minas Gerais no no jornal online, ele parou de fazer um jornal impresso, por causa de uma questão de estratégia deles lá.

E Cemig, algumas concessionárias de energia, concessionárias de água da região também, Saneouro também já fez alguns anúncios, né, com a gente. basicamente são esses, eles são as principais fontes de renda do jornal atualmente.”

**E aí com as prefeituras você tem tipo um contrato de licitação que dura durante os 4 anos de gestão? Como é que funciona?**

“Então, é normalmente é isso que acontece, não dura os 4 anos não, o contrato normalmente é ano a ano. Certo?

Eles abrem uma licitação para agência, algumas delas, outras fazem uma espécie de credenciamento onde os jornais de todas as regiões são contemplados, certo? Então os jornais que têm relevância para a prefeitura como como órgãos de comunicação regionais, todos eles são contemplados de alguma maneira, de acordo com a penetração e o trabalho que eles fazem, né? Então, onde eles chegam, a prefeitura vai lá, analisa e faz esse contrato.

Aí, depois de um ano de contrato, esse contrato ele tende a ser renovado, às vezes tem reajuste de preço para cima ou para baixo. Por exemplo, esse ano na Câmara de Ouro Preto, ela teve reajuste para baixo. Então, teve que fazer corte de gastos.”

**Hoje o jornal tem outro meio de arrecadação, a não ser as publicidades? Vocês tem algum sócio?**

“Não. Só eu e a minha mãe mesmo. Então não tem sociedade além de nós dois não. Mas não tem outra forma de arrecadação, a arrecadação principal é essa mesmo, certo? Inclusive, nós somos muito dependentes do poder público, em torno de 60 a 70% da nossa verba é dependente do poder público.

Então hoje se o poder público resolver encerrar a parceria conosco, a gente provavelmente fica numa situação muito difícil de dar continuidade. E o site, ele tem algumas verbas assim, muito pequenas que vêm de outras empresas, né? Eu podia dizer, mas é tão irrisória as outras verbas que vem, que é que é como se elas praticamente não existissem, certo?”

**Paulo, você acredita que o seu jornal, ele seja feito para quem? Você acredita que ele é um jornal mais popular ou pelo fato de ele ser financiado mais pelo poder público, ele seja mais voltado para essas demandas dos governos municipais?**

“Então, ele é feito para duas dimensões. Primeiro, ele é feito para o cidadão comum, certo? O cidadão do dia a dia, que a gente chama aí brincando de afegão médio, certo? Que todos nós nos incluímos nele. Mas se você me perguntar se ele é feito numa parcela mais jovem da população, eu não vejo muito isso não, certo? Hoje a população que leu o Jornal Liberal, está envelhecendo. Meu entendimento é esse.

Então, eu não vejo muito meu público com mais do que com menos do que 35 anos, o público realmente que se interessa profundamente pelo jornal. Mas ele, por exemplo, ele faz uma coisa que é um papel que eu acho que é importante, que é chegar nos distritos, certo? Então, hoje eu distribuo jornal no físico, a versão impressa dele, onde as pessoas estão muito associadas à rádio, onde a internet ainda não é tão prevalente.

Então, é importante para essas pessoas que elas tenham que estabelecer a conexão delas com a comunidade também pela pelo pelo que elas veem no jornal, certo? Aí você me pergunta: ele é importante para o poder público? Sim, ele é importante para o poder público, porque o poder público ele vai, é, divulgar o que ele faz pelo jornal e também ele é um termômetro de como o poder público está se comportando.

Quando chega uma denúncia para mim e eu publico ela no jornal, O poder público também, ele pode usar isso aí como uma referência de onde ele tem que atuar com mais força, porque já chegou um descontrole tal que as pessoas estão e se disponibilizando para denunciar isso abertamente, certo? Já não é mais uma conversa do tipo: "Ah, por favor, vem resolver o meu problema aqui ou uma ligação, já é uma coisa que as pessoas estão querendo levar a público.”

**E além dessas questões financeiras, você acredita que outras medidas políticas também interferem o jornal?**

“É, então, essa parte é até um pouco complicada, mas sim, por exemplo. Hoje não é mais igual antigamente, que você recebeu uma ligação falando: "Mata essa matéria porque senão corta sua verba". Isso era uma coisa extremamente comum de acontecer há 20 anos atrás, certo? Mas ainda hoje, o que que acontece? As pessoas tentam dissuadir, você tenta conseguir um posicionamento, elas fogem de você.

Por exemplo, se eu tenho uma matéria, eu tenho uma denúncia, eu preciso de um posicionamento, eu tento conversar sobre o posicionamento, elas ficam estendendo o tempo antes de dar uma resposta, até o ponto que você desanima de ter a resposta, aí você tem que sair com uma uma matéria incompleta, porque não interessa a algum grupo, sabe? São estratégias de comunicação que a gente sabe que existem, que não são muito ética, muitas vezes, mas elas acontecem. Então sim, a gente tem todas essas dificuldades.

Tem hora que a gente também tem que pisar no freio, por exemplo, se tem muita crítica, eu tenho que dizer o seguinte, ó, não, dá um tempo aí porque se a gente sair com crítica toda semana é coisa demais para mim poder lidar. Certo? Porque as pessoas naturalmente, o poder público mesmo reclama.

Se você o tempo todo tá batendo nele, vai falar: "Tô financiando aqui, ó, você tá o tempo todo, você tá indo para oposição e tratamento de oposição e de situação Não existe, não existe essa, esse conto de fadas que ah, eu vou eu vou ser da liberdade total para você agir como imprensa e nos fiscalizar e não importa o que você diga, não importa o que você fale, eh doa quem doer, se tiver correto, tiver fundamentado na verdade ou tiver ou se fosse só, por exemplo, a transmissão da sensação, do sentimento, que é uma coisa subjetiva da população pra gente, você tá guarnecido porque isso é o correto a fazer. Não, não existe isso.

Você sempre tem que lidar com conflito, você tem às vezes receber uma ligação das pessoas perguntando por que que você saiu com determinada notícia, eles tem que conversar, tem que fazer uma diplomacia e às vezes você tem que lidar com ameaça de corte de verba, às vezes você tem que lidar com corte de verba dizendo que você não tem mais relevância quando na verdade você tá aí pisando no calo deles, então às vezes as pessoas também elas manipulam verba de imprensa para órgãos que são mais amigos, que dão mais atenção, Então, todo esse tipo de situação existe, é uma questão política, certo?

E você tem que dançar de acordo com a música. Eu, particularmente, enquanto jornal, eu faço o seguinte, eu sou do tipo que eu eu evito cargas repetidas de crítica o tempo todo, eh mas sempre que tem uma oportunidade e alguma coisa, surge alguma coisa, eu vou lá, falo que que tem que ser feito e aí eu dou oportunidade de dar o posicionamento e eu falo, ah, agora espera um pouco pouco, a mente suja alguma coisa muito grave.

Porque também se você fica o tempo todo batendo em cima, a chance de você ter financiamento público, ela cai a zero."

**Sobre a cobertura do jornal no crime do rompimento da barragem: Vocês estavam preparados para uma cobertura de um desastre ambiental dessa proporção? Vocês tinham profissionais especializados para isso? Quais foram os desafios para fazer essa cobertura?**

"Então, eu vou ser bastante sincero com você, no primeiro momento não teve cobertura. Porque não tinha como ter preparo num jornal local para lidar com uma situação dessa. Quem captou imagem naquela altura ali, eu não sei se foi de helicóptero ou se foi de drone que captou as imagens, certo? Não sei de onde foram vazadas inicialmente, se eu não me engano, o primeiro nacional lá foi a própria Globo, né? Então foi uma coisa tão grande que o primeiro momento foi de incredulidade.

A única coisa que eu posso te dizer é o seguinte, o privilégio que eu tive como órgão de imprensa local, nesse caso, num evento tão grande quanto esse, foi eu tive acesso a algumas informações anteriores de Bento Rodrigues, eu fui a Bento Rodrigues dois anos antes, numa reunião da Samarco, onde a população já antecipava a possibilidade do distrito ficar debaixo da lama.

Eles já falavam com temor sobre isso, só que a gente desconsiderava porque entre o que a população falava e o que essa marca posicionava, era difícil da gente acreditar que essa marca pudesse estar tão errada, certo? Em relação àquela situação como um todo. Mas o ponto que eu, então, o que que acontece? Eu não tinha como mandar alguém para cobrir lá no dia.

Não tinha como mandar uma pessoa para entrar dentro de Bento Rodrigues, não tinha como entrar lá para poder fazer a captação de imagens. Mas foi no momento posterior um mês depois que o jornal se tornou importante. Porque onde as pessoas começaram a sair daqui, já não tinha mais órgãos grandes acompanhando, certo? Os olhos não estavam todos voltados aqui Então a gente pode ver os desdobramentos.

Aí que a gente começou a perceber hotel apinhado de gente em condições ruins, gente tentando tirar o dinheiro da população com pequenos golpes, a própria empresa desorientada sobre o que que tava acontecendo, certo?

E tudo isso foi a parte da nossa cobertura assim que eu acho que foi a mais relevante. Depois a gente produziu algumas peças que foi até usada pela Folha de São Paulo, os nossos repórteres,

certo? Porque foi no segmento, nos desdobramentos, onde já não tinha mais todo mundo aqui olhando a parte do desabafo imediatamente depois, onde a empresa local é que tinha que cumprir esse papel.

Mas se eu for te falar: “ Ah, eu fiz uma cobertura extensa no dia ou uma semana depois”, eu não fiz. Eu não peguei o dado que todo mundo tava replicando, certo? A gente não tinha acesso a todos os acessos que eu tinha, por exemplo, a assessoria de empresa da Samarco, ficaram mudos. Não existia nada, eu não conseguia conversar com mais ninguém. Eu cheguei a conversar com o presidente da Samarco antes em várias oportunidades, certo?

Mas eu não ia, não conseguia mais falar com ninguém, ninguém não tinha uma informação clara. Então, como órgão de imprensa, a menos que eu falar o seguinte: "Ah, vou fazer uma aventura aí, vou pegar meu grupo todo e vou entrar lá em em Bento, porque tinha umas famílias que ainda estavam lá isoladas no dia da do rompimento e coisa e tal. Mas até para isso a gente era uma decisão muito difícil de ser tomada. O que que a gente vai fazer aqui?

O que mais eu conseguia era chegar ali no entorno de algumas casas eles deixavam a empresa entrar, em outros casos não deixavam. Então ficou uma coisa era foi um caos completo. Então essa cobertura inicial, basicamente eu posso dizer que foi só replicar as informações que a gente recebia, certo?

Então a mesma coisa, por exemplo, que o que o órgão de comunicação que tava lá em Brasília, no Rio de Janeiro, tava recebendo, a gente também tava recebendo aqui, por mais que a gente tivesse próximo ao desastre. O que eu vou ter de informação privilegiada sobre o assunto, ou seja, pela proximidade que eu tenho, é no depois.

Depois todo mundo saiu, depois que tudo foi mais estabilizado, aí eu fui ver como estavam acontecendo as coisas e a gente começou a produzir materiais exclusivos sobre o assunto.. E aí o jornal, ele continuou acompanhando, né, os desdobramentos disso ao longo desses quase 10 anos, como que você analisa assim a posição do jornal em relação a esse acontecimento? Ah, acompanhamos, é. A gente acompanhou de todas as frentes, né?

Acompanhamos pela Renova. Ou seja, a gente tinha contato com os jornalistas que trabalhavam na Renova, foram contratados, eram jornalistas aqui da região. A gente teve contato com as pessoas que organizaram, acompanhamos a população, conversamos com a população, com as pessoas que foram vítimas daquela situação, certo?

Fomos aos locais assim, conhecemos o Novo Bento, fomos às várias reuniões entre as mineradoras e entre os populares, certo? As pessoas do entorno aqui que convivem com isso, a gente fez reportagem sobre esse assunto também.

A gente pegou reportagem também dos grupos aqui que representam essa da população, Instituto Guaicuy, os outros institutos que projetos verticais, Cáritas, Padre Luiz, todo mundo Antônio Pereira que até hoje discutiu muito com a Vale, tudo que acontece lá, porque tem família que é incluída numa mancha, tem outras famílias que não são e essas são famílias assim quase vizinhas.

A gente também viu esse processo de retomada agora econômica, como é que tá mais predatório ainda, porque tem mineradoras se instalando aí na região em quantidades imensas e a gente não sabe mais nem o nome das mineradoras. Muitas delas são uma espécie de terceirizadas da Vale, porque elas vendem para vários, então, não se sabe direito o nome de quem são, são várias pequenas mineradoras, mas pequenas entre aspas, porque movimentam milhões e milhões de reais.

E às vezes a gente nem imagina elas tão aqui do lado e aí do nada a gente recebe uma informação de que elas tão, alguém faz um protesto aqui e ali. Eu tive, por exemplo, uma reportagem que o nosso repórter fez, Thiago, o nome dele, lá da Gerdau, foi o primeiro a fazer numa comunidade chamada Crocata de Sá, em onde na a região de Ouro Branco ali, certo?

A Gerdau instalando, tentando instalar um depósito de rejeito, extremamente rejeitado essa ideia pela população, certo? Não gostaram disso. E a gente foi lá e fez a primeira reportagem, isso

daí gerou contatos da própria Gerda com a gente. E a gente também tem essa situação agora em Itabirito, por exemplo, tão instalando grandes empreendimentos lá, mas às vezes é difícil. Se as próprias pessoas que vivem nas comunidades que se comunicam com a gente, se não a gente nem fica sabendo.

Por exemplo, Botafogo é porque a comunidade tá se movimentando e é onde tem que haver o movimento, porque dependendo do poder público em muitas situações, eles querem recolher o imposto, falando com franqueza.”

**Em relação ao conflito de interesses da mineradora ser uma patrocinadora do jornal e a cobertura dos desdobramentos do crime, você enfrentou algum desafio nesse sentido?**

“Eu vou te falar o seguinte, por incrível que pareça, quando a mineradora chega num determinado ponto de poder financeiro, ela, se você não lida muito com as pessoas do chão, você não tem tanto problema. É uma coisa assim curiosa, porque o que parece que existe um entendimento institucional de que a crítica ela vai haver e eles tentam combater isso como?

Eles tentam mandar jogar você em peças, é, press releases onde eles só falam bem de si próprios, certo? Sem falar mal de nada. E aí você se publica isso, publica o outro lado e cria-se uma guerra de narrativa. Então, não existe tanto esse conflito de interesse, por exemplo, como a Vale. A Guerra, pelo que eu conheço da história dela no começo, ela foi extremamente massacrante em relação tanto à comunidade quanto às informações que saíam de lá, certo?

Então ela, mas hoje, por exemplo, a postura dela já é um pouco diferente. Ela aceita, ouve as críticas, mas ela finge que o problema não existe. É a mesma postura da Vale, a postura da Samarco, ela fala: "Não, nós estamos enviando esforços, nós estamos fazendo isso". Agora, quando você chega no representante no nível mais baixo, esse defende a empresa com unhas e dentes. Então, esse é onde você às vezes encontra dificuldade. Mas eu vou falar com você com franqueza.

Eu tenho mais liberdade para publicar uma crítica à Vale, a Samarco e essa crítica sai no jornal, eu coloco desde que ela seja fundamentada, certo? Sem sofrer necessariamente uma retaliação financeira por isso, do que eu tenho em relação ao poder público de modo geral, seja o governo de Minas Gerais, seja o governo federal ou seja dos governos municipais locais. E isso é uma coisa que a maioria das pessoas imagina que não seja assim, mas o poder público ele é muito mais reativo, é em censura, pelo menos eu tenho essa impressão, às vezes o que as grandes empresas. É a minha experiência pessoal.

E e aí eu digo o seguinte, as empresas grandes, elas vão fazer de tudo para poder instalar os os empreendimentos dela e elas vão colocar os tentáculos delas no poder público também.

Então, o que que eles precisam? Eles precisam desse dinheiro. Eles precisam muito desse dinheiro. Então, como eles vão abrir mão disso?

Se abrir mão disso hoje, a estrutura da prefeitura de Mariana, ou a estrutura da prefeitura de Itabirito, ela colapsa. Tudo que eles conseguem fornecer, seja, eu tô falando aí do serviço básico ao privilégio, certo? Tudo entra em colapso. A verba deles vai cair assim, significativamente. Então, você vê que muitas vezes eles fazem vista grossa a coisas erradas em relação a mineração, mesmo que o discurso primário seja: “Ah, eu vou proteger o meio ambiente, eu vou respeitar as comunidades, vai ter tudo isso aí.” Mas na hora que surge a chance deles fazerem, darem um jeito aqui, organiza de um jeito aí que possa atender a mineradora, ganha tempo. Ou então é faz assim, tem uma linha que você tem que respeitar, vamos dizer, na comunidade. “Ah, não, dá um jeito aí.” Eles dão um jeito. Eventualmente acaba que a mineração acaba vencendo, porque é o poder econômico que ele acaba vencendo. E sem o dinheiro, você não consegue fazer nenhum tipo de política pública também.

Mas não é qual a questão das políticas públicas? O enriquecimento da região depende diretamente da mineração. E como que você protege às vezes nascente de água? Como você protege as comunidades antigas que estão aí há muito tempo?

Você não tem uma clareza, por exemplo, você perde às vezes a informação, eles o discurso você sempre ouve o seguinte: "Ah, nós estamos a disposição, nós estamos nós somos somos transparentes e coisa e tal, mas o dado mesmo que seria relevante para você, ele não chega até você. E existe limite até onde você consegue também pesquisar sobre isso."